

BENILDE MARIA LENZI MOTIM

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO PARANÁ
TRADICIONAL - CASTRO - 1850-1900

Dissertação de Mestrado em História do
Brasil, na Universidade Federal do Paraná.
Opção: História Social.

CURITIBA

1987

À

Antonio Cezer,

Viviane e

Eduardo, que,

com muito amor,

me animaram a

persistir.

Aos meus pais e demais familiares,

pelo apoio recebido.

AGRADECIMENTOS

À

Odah Regina Guimarães Costa

e

Ana Maria de Oliveira Burmester,

pela dedicação e compreensão com que realizaram o trabalho de orientação da pesquisa.

Aos Professores:

Carlos Roberto Antunes dos Santos

Roseli Maria Rocha dos Santos

Jayme Antonio Cardoso

Silvia Maria Pereira de Araújo

Brasil Pinheiro Machado e

demais professores do curso de

Mestrado - pelas inúmeras discussões que tivemos.

Pela Assessoria Técnica de:

Prof.^a Iara Simile de Macedo

- tratamento estatístico

Prof. Jayme Antonio Cardoso

- tratamento gráfico dos dados

Prof. Key Imaguire Júnior

- fotografias do fichário - imagem

Emílio Carlos Boschilia

- codificação e tabulação dos dados

Prof.^a Vanilda Lima C. Pereira

- revisão da redação.

Aos meus colegas:

Key, Ivani, Marionilde, Francisco,
Carlos, Sueli, Maria Cristina, Angela,
Eliana e Milena, com quem dividi minhas
preocupações.

À

Eleonora, José Luiz, Beatriz e Dalmi,
que participaram na coleta de dados e
nas fases iniciais da pesquisa.

Em Castro, de modo especial a:

Judith Carneiro de Mello
Dr. Oney Barbosa Borba
Fidelis Franco Bueno, entre outros.

Ao

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior
- Universidade Federal do Paraná

Aos demais colegas, e a todos que ajudaram de alguma forma na realização desta pesquisa, meu reconhecimento e homenagem.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vi
LISTA DE GRÁFICOS.....	vii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	ix
LISTA DE MAPAS.....	x
INTRODUÇÃO.....	1
1 - METODOLOGIA.....	4
1.1 - Métodos.....	4
1.2 - Técnicas e procedimentos operacionais.....	19
2 - FONTES.....	31
2.1 - Fontes primárias manuscritas.....	32
2.2 - Fontes primárias impressas.....	37
2.3 - Fontes de história oral.....	39
3 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	41
4 - A REGIÃO DE CASTRO: ASPECTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS.....	66
4.1 - A questão do modelo.....	77
5 - CARACTERIZAÇÃO DOS IMÓVEIS E DA ESTRUTURA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTRO.....	80
5.1 - Os imóveis de Castro no período de 1854-1856.....	80
5.2 - A concentração da "propriedade" e o uso da terra no período de 1893-96.....	86

5.2.1 - A "propriedade da terra".....	86
5.2.2 - As atividades agro-pastoris na região de Castro.....	94
6 - RELAÇÕES SOCIAIS: "senhores de terras" e trabalhadores...	109
6.1 - Jogo de poder.....	109
6.1.1 - Os grandes sesmeiros.....	112
6.1.2 - Os tropeiros e seus descendentes.....	118
6-2 - Relações de trabalho.....	133
CONCLUSÃO.....	139
ANEXOS.....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	171

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

- B.B.Pr. - Biblioteca Pública do Paraná
- D.A.M.I. - Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem
- I.T.C.F. - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas
- M.P. - Museu Paranaense
- U.F.Pr. - Universidade Federal do Paraná

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
GRÁFICO 1 - Fichário-imagem da primeira fase na posição original.....	27
GRÁFICO 2 - Fichário-imagem da segunda fase na posição original.....	28
GRÁFICO 3 - Classificação dos imóveis, segundo o tipo - primeira fase.....	82
GRÁFICO 4 - Origem dos imóveis da primeira fase.....	83
GRÁFICO 5 - Número de proprietários/ocupantes por imóvel - primeira fase.....	84
GRÁFICO 6 - Classificação dos imóveis, segundo a área - segunda fase.....	87
GRÁFICO 7 - Quantidade de imóveis segundo tamanho e área totais - região de Castro 1893/96.....	88
GRÁFICO 8 - Imóveis segundo o número de ocupantes - região de Castro 1893/96.....	88
GRÁFICO 9 - Imóveis segundo origem e número de ocupantes - segunda fase.....	91

GRÁFICO 10 - Imóveis segundo origem e área - segunda fase....	93
GRÁFICO 11 - Classificação segundo a área e tipo do imóvel - segunda fase.....	98
GRÁFICO 12 - Classificação dos imóveis segundo a área e a atividade econômica - segunda fase.....	99
GRÁFICO 13 - Atividade econômica, segundo o tipo do imóvel - segunda fase.....	100
GRÁFICO 14 - Atividade econômica e tipo do imóvel, segundo os estratos de área - segunda fase.....	102
GRÁFICO 15 - Benfeitorias segundo a área dos imóveis - segunda fase.....	103
GRÁFICO 16 - Benfeitorias segundo o tipo do imóvel - segunda fase.....	104
GRÁFICO 17 - Classificação dos imóveis segundo as benfeito- rias - segunda fase.....	106

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Página
FIGURA 1 - Matriz do fichário-imagem - 1. ^a fase.....	23
FIGURA 2 - Matriz do fichário-imagem - 2. ^a fase.....	24
FIGURA 3 - Folha do fichário-imagem.....	25
FIGURA 4 - Folha do fichário-imagem, dobrada.....	26

LISTA DE MAPAS

	Página
MAPA 1 - Localização das principais fazendas da região de Castro - 1850-1900.....	16
MAPA 2 - Localização dos quarteirões em que estão situados os imóveis - 1855-1896.....	17
MAPA 3 - Localização da região de Castro - área abrangida pela pesquisa.....	18

INTRODUÇÃO

Para que se possa compreender o processo produtivo no campo, é importante o conhecimento da forma como se deu, historicamente, a apropriação da terra.

É por meio da discussão dos estudos existentes a respeito da estrutura agrária brasileira, e de pesquisas que enfoquem novos aspectos do problema, que se chegará a um avanço no sentido do verdadeiro conhecimento da realidade.

A presente pesquisa constitui-se numa contribuição ao estudo da estrutura fundiária do Paraná Tradicional de 1850-1900, a partir de um estudo de caso — a região de Castro.

Esta região está localizada no Paraná e compreende os municípios de Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Tibagi. A cobertura natural da região é caracterizada pelos campos entrecortados por eventuais capões de matas, o que explica, em parte, sua vocação às atividades pastoris.

O período estudado foi marcado por profundas transformações econômicas, políticas e sociais, que se refletiram diretamente na dinâmica da sociedade local.

Entre tais transformações, pode-se citar a aceleração do desenvolvimento industrial na Europa e Estados Unidos; a instalação do Império; a vinda de imigrantes; a abolição gradual do

trabalho escravo, substituído pelo trabalho livre e assalariado; valorização das terras e fortalecimento das elites rurais, que fazem surgir nova legislação de terras; e, a proclamação da República. O açúcar no final da década de 40 e nos anos 50, começa a decair, enquanto o café cresce nas exportações. Assim, passam a fazer parte do aparelho estatal do Império — além da tradicional aristocracia latifundiária nordestina e da burguesia mercantil — também, os fazendeiros fluminenses, mineiros, paulistas, e, mais tarde, também os paranaenses.

Trata-se de uma pesquisa de história social que procurou estudar a estrutura agrária da região de Castro, basicamente, a partir de fontes primárias inexploradas até o momento.

Os Registros de Terras, somados às fontes complementares e convergentes, permitiram uma caracterização parcial da sociedade, da política e da economia da época, dentro de uma abordagem interdisciplinar.

A ausência de quadros ou tabelas estatísticas no texto, justifica-se em razão da opção pelo tratamento gráfico da informação — fichário-imagem — conforme explicações constantes do primeiro capítulo.

A análise realizou-se tanto quantitativa, como qualitativamente, com os seguintes objetivos:

1 - Caracterizar a estrutura agrária da região de Castro, na segunda metade do século XIX;

2 - Verificar até que ponto é válida a hipótese de que : a propriedade da terra na região de Castro esteve, desde os primeiros momentos de sua utilização econômica, concentrada, com grandes extensões de terras sob o monopólio de algumas famílias

que, direta ou indiretamente, detinham posição de mando no conjunto da sociedade campeira;

3 - Analisar até que ponto o modelo de explicação da economia e da sociedade paranaense, proposto por Brasil Pinheiro Machado, é válido para a região de Castro.

Nos três primeiros capítulos realiza-se uma explanação acerca da metodologia empregada, das fontes consultadas, bem como a revisão da literatura, que forneceu subsídios à análise.

O capítulo quatro fornece uma visão da região de Castro, em seus diferentes aspectos, inserida no contexto nacional. Desenvolve-se neste capítulo, a questão do modelo, terceiro objetivo proposto.

Os capítulos cinco e seis estão diretamente relacionados ao segundo objetivo proposto, enquanto a caracterização da estrutura agrária da região de Castro permeia todo o trabalho.

Esta pesquisa não teve por objetivo esgotar as questões apresentadas, mas, apresentar seus aspectos mais significativos.

1 - METODOLOGIA

1.1 - Métodos

A questão do método em história vem sendo discutida, durante anos, por diversas correntes historiográficas. Houve uma renovação metodológica na história, em termos de interdisciplinaridade. Esta renovação está representada pela escola de Annales, com a proposta de uma história serial e de abertura do debate entre historiadores e, destes, com os demais cientistas sociais. Este estudo tem caráter interdisciplinar, pois, apesar de constituir-se em pesquisa de história social, não está desvinculado da economia, da sociologia e da estatística. O método aplicado é o histórico, com os procedimentos da crítica, da heurística e da hermenêutica.

A influência do marxismo foi decisiva na transformação metodológica da história. Do enfoque predominantemente político-institucional, passou-se para uma abordagem sócio-econômica. Há um grande interesse pela história das classes populares e dos movimentos sociais. Conforme Ciro Cardoso, o abstrato deve ter sua confirmação nas sociedades concretas. O pesquisador deverá apropriar-se da matéria em estudo em seus pormenores, formas de desenvolvimento e vinculações.¹

¹ CARDOSO, Ciro F.S. & BRIGNOLI, Héctor P. Os métodos da história. Rio de Janeiro, Graal, 1979. p.445-6.

Nesse sentido, se pretendia, inicialmente, analisar a dinâmica interna da sociedade campeira paranaense, verificando alguns aspectos da teoria do modo de produção escravista, na sociedade de Castro da segunda metade do século XIX. Portanto, procurar-se-ia aprofundar a discussão da natureza do processo histórico brasileiro, a partir do estudo da bibliografia e outras fontes, que permitissem comprovar ou não, alguns elementos do modo de produção escravista na região.

Em relação a esta questão, pode-se adiantar que não se concretizou a realização deste objetivo, devido à impossibilidade de, através das fontes e bibliografia consultadas, se chegar à comprovação, ou não, do que foi proposto. Isto porque não se pôde obter dados sobre as relações de trabalho e nem mesmo a proporção de escravos em relação ao número de propriedades, número de escravos por proprietário, ou ainda, o número de escravos em relação à área dos imóveis.

Deixa-se, portanto, o aprofundamento do debate, a quem pretenda retomá-lo, dispondo, então, de fontes adequadas à análise dessa questão.

Uma inovação que tomou conta dos estudos de economia e de história nos anos trinta, foi o quantitativismo. Este quantitativismo apresentou-se sob formas distintas, ora sendo tratado como método, ora como técnica, e até mesmo como ciência.

O quantitativismo aparece na história dos economistas, neo-positivistas, influenciados por Kusnetz, Colin Clark e François Perroux, cuja escola se limita a focar o econômico, aplicando ao passado a teoria do presente.

Outra corrente é representada pela "New Economic History", que também é uma história feita por economistas, porém, es-

tes utilizam a suposição histórica, para testar suas teorias.

A história quantitativa feita pelos historiadores de Annales, se distingue pela preocupação com o social, com o contexto histórico e em utilizar a técnica da quantificação, sem esquecer o qualitativo. Rompeu-se com a história historizante, o positivismo sociológico, o idealismo, a história narrativa, em favor de uma história que coloca problemas, estabelece hipóteses e busca novas fontes, desconfiando das simplificações. Fernand Braudel coloca o trabalho histórico dentro da multiplicidade do tempo histórico. A história tradicional estaria preocupada com o indivíduo e o acontecimento, sendo, portanto, uma narrativa precipitada, que não explica plenamente a realidade. Existem também os historiadores das conjunturas, ou seja, aqueles que vão além do fato, dividindo o tempo, para efeito de estudo, em períodos de dez, vinte ou cinquenta anos.

Além deste tempo conjuntural, situa-se uma história de duração ainda maior, chamada de longa duração, que corresponderia a aproximadamente um século, e que se refere a um tempo estrutural. Segundo Braudel, este seria o tempo ideal para o estudo da história, pois, somente através do estudo das diversas conjunturas, se chegaria à explicação histórica correta. O presente trabalho é um estudo conjuntural, pois, apesar de basear-se principalmente em duas fases com duração de três a quatro anos cada, abrange o período de cinquenta anos, no que se refere à bibliografia e documentos complementares.

A importância da quantificação está na possibilidade de servir de instrumento para se comprovar algumas hipóteses e fornecer dados indispensáveis para o estudo da história e das outras ciências. Fizemos uma análise baseada na técnica quantita-

tiva, à medida que os dados coletados puderam ser submetidos ao tratamento estatístico. Visando ainda a análise quantitativa e qualitativa dos dados, utilizamos a técnica do Fichário-imagem. Este recurso foi adotado porque permite visualizar claramente, correlações entre diversas variáveis, ao mesmo tempo que nos revela algumas nuances e especificidades, que, devido à natureza das informações, não seriam percebidas num tratamento estatístico.

Grande parte da análise, baseia-se em dados fornecidos pela bibliografia e outros documentos, como as Relações de Camaristas e os Relatórios dos Presidentes da Província, entre outros. Concordamos com Caio Prado Junior, quando diz que a historiografia deve elaborar-se na base da qualidade, onde a quantidade constitui elemento derivado e subsidiário:

(...) a quantificação, isto é, a medição e expressão numérica das situações e circunstâncias de que se compõe a história, tem um papel considerável na elaboração do conhecimento historiográfico. Mas isso sempre em conjugação íntima e inseparável daquelas circunstâncias históricas de que a quantificação fornece a medida. E isso para o fim específico, sempre, de contribuir para o relacionamento de tais circunstâncias, ou seja, das "qualidades", que as configuram e definem. O que representa a operação central e essencial de todo trabalho científico.²

Neste estudo a análise qualitativa e quantitativa foram realizadas praticamente nas mesmas proporções, procurando-se não descuidar do contexto histórico em que se inserem os dados.

² PRADO JÚNIOR, Caio. História quantitativa e método da historiografia. Debate & Crítica. São Paulo, Hucitec, (66):9-19 - jul./1975.

Os modelos constituem instrumentos de análise, utilizados pelos cientistas sociais, na explicação da realidade social. Segundo Braudel, os modelos são hipóteses, sistemas de explicação, que, embora tenham sido elaborados para explicar determinada realidade, aplicam-se a outros meios sociais da mesma natureza. Os modelos devem permanecer válidos através do tempo, constituindo-se instrumentos de conhecimento de longa duração.

Partindo do exposto, este estudo procurou aplicar o modelo de explicação da economia e da sociedade paranaense, proposto pelo Professor Brasil Pinheiro Machado, que vem sendo utilizado por historiadores paranaenses.* Tal modelo consiste em estudar a história do Paraná, como um capítulo da história regional do Brasil. Seria a história da formação de uma comunidade com individualidade própria.³

Quanto à expansão do povoamento, Brasil Pinheiro Machado afirma que existiram dois movimentos distintos de expansão, quais sejam: 1 - Expansão natural (demográfica), que visava a subsistência, partindo das células fundamentais (Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo) em direção ao interior, onde formaram-se sub-núcleos que se conservaram ligados ao núcleo inicial, constituindo uma unidade homogênea de população, interesses, convívio e parentesco; 2 - Expansão

* Ver, sobre este assunto: CARDOSO, Jayme Antonio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. História, questões & debates. Curitiba, APAH., 2(2):5-13, jun. 1981; BREPOHL, Marionilde Dias. Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a história regional. História, questões & debates. Curitiba, APAH., 2(2):15-22, jun. 1981.

³ MACHADO, Brasil P. Sinopse da história regional do Paraná. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, 1951. 26 p. p.7.

oficial, que impeliu a população em direção das fronteiras naturais do Brasil. Assim, conquistou-se, pela posse e por tratados diplomáticos, o interior brasileiro.

Tais movimentos foram resultado de múltiplos estímulos. A expansão natural teria como estímulos a cultura da cana, a criação do gado, a procura do ouro e a caça ao índio, enquanto que a expansão oficial buscava a dilatação das fronteiras e o povoamento. Se, num primeiro momento, os sub-núcleos ficavam ligados ao núcleo inicial, posteriormente adquiriam autonomia, tornando-se centro social de irradiação para a formação de novos sub-núcleos.

A respeito da comunidade paranaense, Brasil Pinheiro Machado assim se expressa:

Sua formação, em traços gerais, se processa do seguinte modo: a) pela formação de um centro social de irradiação, que se localizou em Curitiba; b) pela expansão dirigida desse centro, de onde resultou a conquista, pela posse, de determinado território; c) pela constante subordinação social e política dos núcleos resultantes da expansão, ao centro social inicial de Curitiba, de modo a formar um conjunto.⁴

Quanto à aplicabilidade desse modelo para explicar o povoamento de Castro, discorda-se de Pinheiro Machado em certos aspectos, pois Castro possui algumas especificidades, como por exemplo, uma relativa autonomia em relação à Curitiba e, por outro lado, grande dependência com relação à São Paulo e Sorocaba.

A determinação do período a ser estudado, segunda metade do século XIX, deveu-se à mudança ocorrida nesta ocasião no sis-

⁴MACHADO, p.7.

tema agrário brasileiro (Lei de Terras de 1850). Dentro deste grande período, foram efetuados cortes cronológicos que dividiram a pesquisa em duas fases: 1 - na primeira fase (1854-1857),* houve um registro geral de terras decorrente da lei de terras de 1850 e seu regulamento, pelo decreto nº 1318, de 30/01/1854;⁵ 2 - na segunda fase (1893-1896), foi feito um novo registro de terras, que ficou a cargo dos Estados, conforme a lei nº 68, de 20/12/1892 e seu regulamento pelo decreto nº 1, de 08/04/1893.⁶

O método comparativo foi aplicado, para que fosse possível conhecer a situação da estrutura fundiária de Castro, nas duas fases mencionadas. A comparação foi possível, já que na primeira fase tínhamos os Registros de Terras Possuídas da Paróquia de Castro, e, na segunda, os Registros de Terras feitos nos Juízos Distritais, portanto, os últimos, constituíram-se em novo registro de terras de Castro.

Estes registros, tiveram sua origem em declarações fornecidas pelos posseiros, ou proprietários. Os dados constantes de tais declarações nem sempre são exatos, pois geralmente, os

* Com relação à primeira fase, cumpre observar que, os registros concentram-se principalmente nos anos de 1855-57, embora apareçam alguns registros nos anos de 1858, 60, 63, 64, 89, 91 e 92. No texto, portanto, indicar-se-á, para a primeira fase, as datas de 1854-1857, pois o regulamento da lei de terras é de 1854, e, até 1857, foram efetuados quase todos os registros desta fase.

⁵ BRASIL, Leis, Decretos, etc. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Colleção das Leis do Império do Brasil-1850. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909. T.11, parte 1, p. 234; BRASIL, Leis, Decretos, etc. Regulamentação para execução da lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a que se refere o decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854.

⁶ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Lei nº 68, de 20 de dezembro de 1892. Leis e Regulamentos do Estado do Paraná de 1892. Curityba, Typografia da Imprensa Paranaense, 1893. p. 39; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Regulamento a que se refere o Decreto nº 1, de 8 de abril de 1893. Leis e Regulamentos do Estado do Paraná de 1892. Curityba, Typografia da Imprensa Paranaense, 1893. p.89-111.

imóveis não estavam medidos ou demarcados. Portanto, a área dos imóveis era fornecida aproximadamente, com base em cálculos do próprio declarante, ou não constava. Por outro lado, havia interesse, por parte do ocupante, em declarar o uso da terra, já que uma das exigências para a titulação definitiva era a de "cultivo e morada habitual". Por isso, é provável que tenha havido exagero quanto à indicação de algumas benfeitorias e atividades econômicas. Mesmo assim, os registros de terras constituíram o documento básico desta pesquisa, já que representam o primeiro documento sobre terras, depois dos títulos de sesmarias (Anexo 1)

Os registros de terras permitiram uma caracterização significativa da estrutura fundiária da região. Este estudo de história regional tem por base uma pesquisa cujas fontes principais foram os Registros de Terras, os Relatórios dos Presidentes da Província, juntamente com as Mensagens à Assembléia Legislativa do Estado — dos primeiros anos da República — e as Relações de Camaristas.

Através dos Registros de Terras, obteve-se dados diretamente referentes às terras (extensão, ocupante, origem, benfeitorias, tipo de atividade econômica, limites, entre outros). Os Relatórios dos Presidentes de Província, forneceram dados englobados da região ou da Vila e, muito raramente, dados específicos de determinados imóveis. As Mensagens à Assembléia Legislativa do Estado, embora devessem se constituir em documentação equivalente aos relatórios citados, são bastante sucintas e enfocam aspectos gerais, sem detalhamento, sobre educação, economia, entre outros assuntos. Portanto, estas mensagens forneceram poucos subsídios a esta pesquisa. As Relações de Camaristas dos municípios que faziam parte da chamada "região de Cas-

tro", trazem dados referentes às eleições de Prefeitos e Camaristas. Constam destas relações, a data da eleição e da posse, os nomes dos eleitos e os respectivos cargos, além de outras observações. Assim, obteve-se subsídios para a questão da participação política.

Utilizou-se ainda fontes complementares, como: — fontes de história oral; — alguns registros de compra e venda de terras; — inventários e outros documentos avulsos acerca de pessoas e imóveis de Castro.

Estes documentos permitiram a obtenção de dados referentes a imóveis e à sociedade local, em diferentes anos da segunda metade do século XIX.

Obteve-se, então, pela análise qualitativa e quantitativa desse conjunto de documentos, uma caracterização da sociedade e da estrutura agrária em Castro, naquele período.

A região de Castro foi escolhida, por sua liderança política e expressão econômica, na época da criação do gado tropeirismo, nos Campos Gerais, e também por ser representativa do Paraná Tradicional.

Castro é conhecida historicamente pela sua vocação pastoril, representada pela criação do gado, tropeirismo e invernagem. Em decorrência destas atividades econômicas, próprias para as regiões de campos, e também do sistema de apropriação do solo, a região caracterizou-se pela ocupação de grandes extensões de terras e pelas atividades econômicas extensivas.

O espaço estudado compreende, na primeira fase, os limites da Paróquia de Castro, e na segunda fase, os limites do município de Castro, havendo certa correspondência nas duas fases, exceto pelas divisões administrativas e alterações de divisas

que se verificaram na região.

A área abrangida pelos registros da primeira fase é maior do que a da segunda, pois, em 1854, Tibagi, Jaguariaíva e Pirai do Sul ainda não se constituíam em municípios, o que ocorre em 1872, 1895 e 1881, respectivamente. O município de Tibagi, a exemplo de Guarapuava e Ponta Grossa — cuja criação ocorre em 1852 e 1855, respectivamente, já possui Registros de Terras feitos em sua própria sede.

Observa-se que as terras de Pirai do Sul e de Jaguariaíva são registradas juntamente com as terras de Castro na primeira fase, em suas próprias sedes, na segunda fase. Por outro lado, alguns registros identificados como sendo de Jaguariaíva, pelo próprio vigário, não foram consideradas nesta pesquisa. Apesar disto, apareceram eventualmente, registros de terras de Tibagi, Jaguariaíva e Ponta Grossa, feitos em Castro.

Sabemos da importância de se delimitar a área que se está estudando, principalmente quando se trata de estrutura agrária. Porém, para esta região e nesse período, não existe, até o momento, uma maneira de delimitá-la de forma precisa, já que tanto nos Relatórios de Presidentes da Província, quanto na bibliografia, ou mesmo nos mapas da época, fica clara a indefinição dos limites do município de Castro, entre outros.

Diante do exposto, procurou-se alternativas para a questão da delimitação da área. A solução encontrada foi a sua não delimitação em termos do estabelecimento de divisas, ou do cálculo da área correspondente a Castro nos dois períodos.

Elaborou-se dois mapas da "região de Castro" — compreendendo os atuais municípios de Castro, Tibagi e Pirai do Sul. Para a elaboração destes mapas, foram utilizados elementos des-

critivos da região, exaustivamente levantados, constantes dos Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná e bibliografia, além de alguns mapas antigos que apresentam dados esparsos, que permitiram a localização aproximada das fazendas e quarteirões da região de Castro.

No primeiro mapa, localizou-se as sedes das principais fazendas da região de Castro, incluindo as fazendas registradas em cada uma das duas fases da pesquisa e duas fazendas, atualmente em Tibagi, pela sua importância histórica (Mapa 1). A elaboração deste mapa apresentou dificuldades, pois algumas fazendas mudaram de nome, outras conservaram tradicionalmente as denominações originais, e outras ainda, receberam nomes idênticas.

Visando solucionar esta questão, localizou-se somente aquelas fazendas mais importantes, cujo nome constava de diferentes mapas ou acerca das quais pôde-se obter dados mais seguros, quanto à sua localização. Apesar dos critérios adotados, esta localização é aproximada, e não exata, já que, conforme observou-se anteriormente, as fontes consultadas e as indicações da bibliografia, não permitem que se chegue à exatidão absoluta. Além dos três municípios incluídos no mapa, havia, no município de Jaguariaíva, a fazenda de Jaguariaíva, que, segundo a bibliografia, formaria a própria sede do atual município.

No segundo mapa, indica-se os quarteirões em que estão situados os imóveis (Mapa 2). Não foi possível a localização de todos os quarteirões indicados nos imóveis. Além destes quarteirões, havia outros no próprio município de Castro. Em Piraí, embora não tenham sido localizados, pode-se ainda citar "Pirahy-Mirim, Jararaca, Inxovia, Lagoa, Fundão e Tirania". Havia, provavelmente, entre os quarteirões indicados, outros, si-

tuados em Jaguariaíva, não localizados.

A partir dos mapas, pretende-se dar uma idéia, aproximada, da região ocupada pelos imóveis declarados nos registros de terras feitos em Castro, durante as duas fases do mesmo. Jaguariaíva não foi incluída porque os registros de terras desta Freguesia, quando puderam ser identificados, conforme explicações anteriores, foram excluídos. Considerando ainda que Tibagi tem seus próprios registros, pode-se afirmar que a quase totalidade dos imóveis declarados, pertenciam a Castro e Piraí do Sul.

Quando se faz referências aos dados contidos nos registros de terras, estes dados se referem principalmente a Castro e Piraí do Sul, na primeira fase, e ao município de Castro, na segunda fase. Porém, considerando que a análise vai além dos registros de terras e do período por eles compreendido, entende-se por "região de Castro", a área compreendida atualmente pelos municípios de Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Tibagi, cujas características geo-econômicas e políticas na época, poderiam ser estendidas a Ponta Grossa e Guarapuava, igualmente zonas de criação de gado e tropeirismo (Mapa 3).

24° 30'

50°

30' 24°

LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS FAZENDAS DA REGIÃO DE CASTRO - 1850 / 1900

ESCALA 1 : 600.000

- SEDE DOS ATUAIS MUNICÍPIOS
- SEDE DAS FAZENDAS

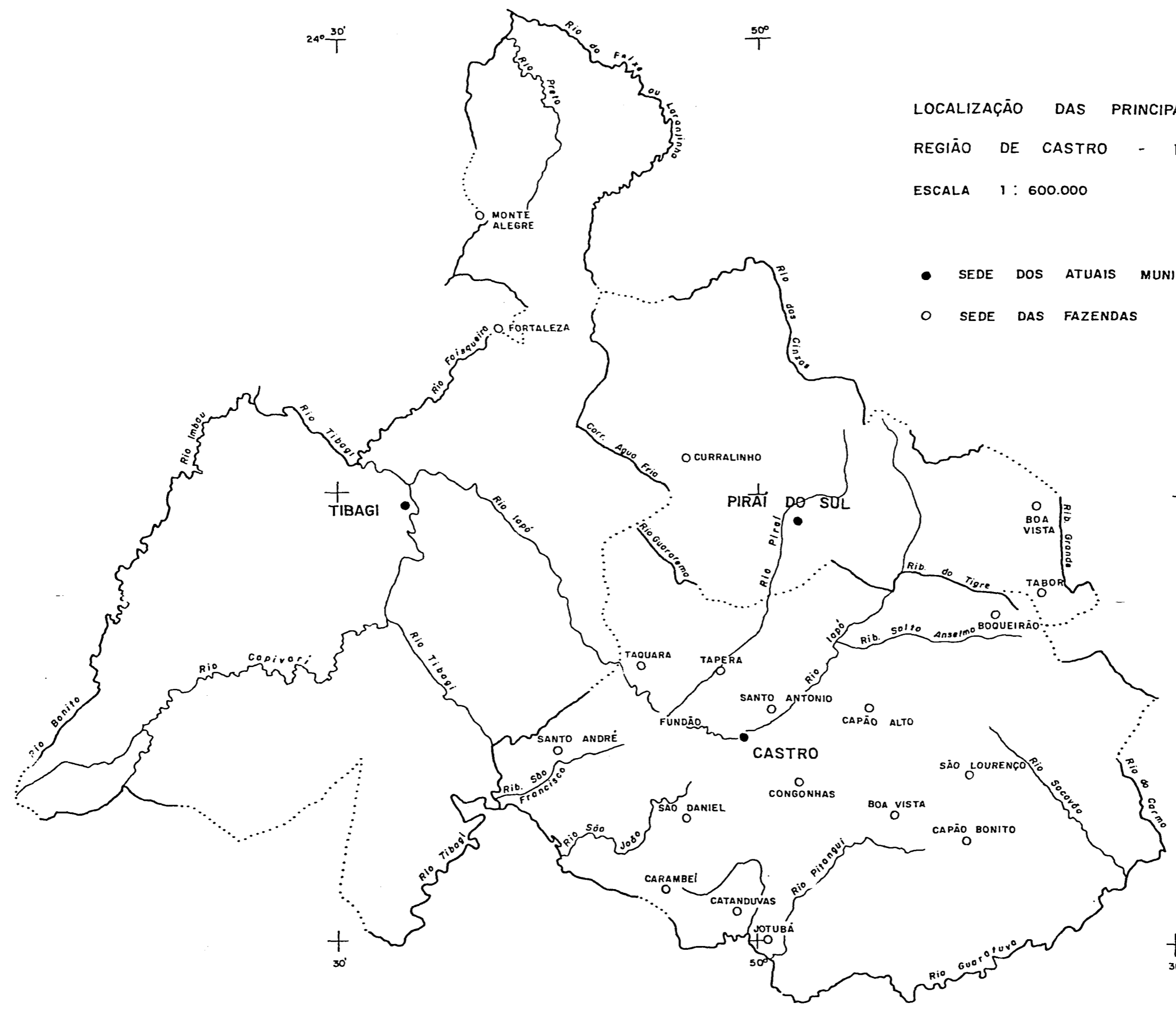
51° 30'

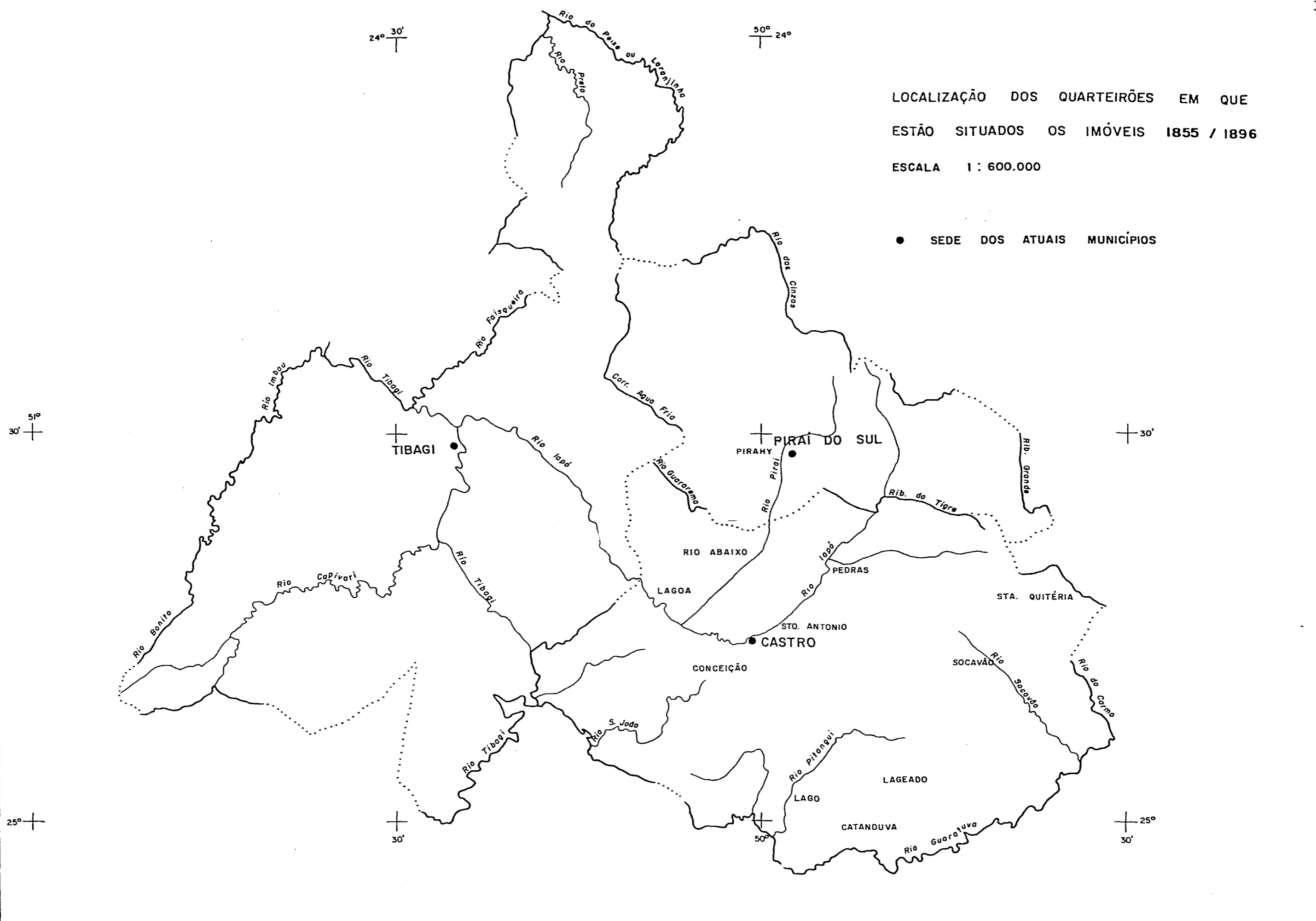
30'

25°

30'

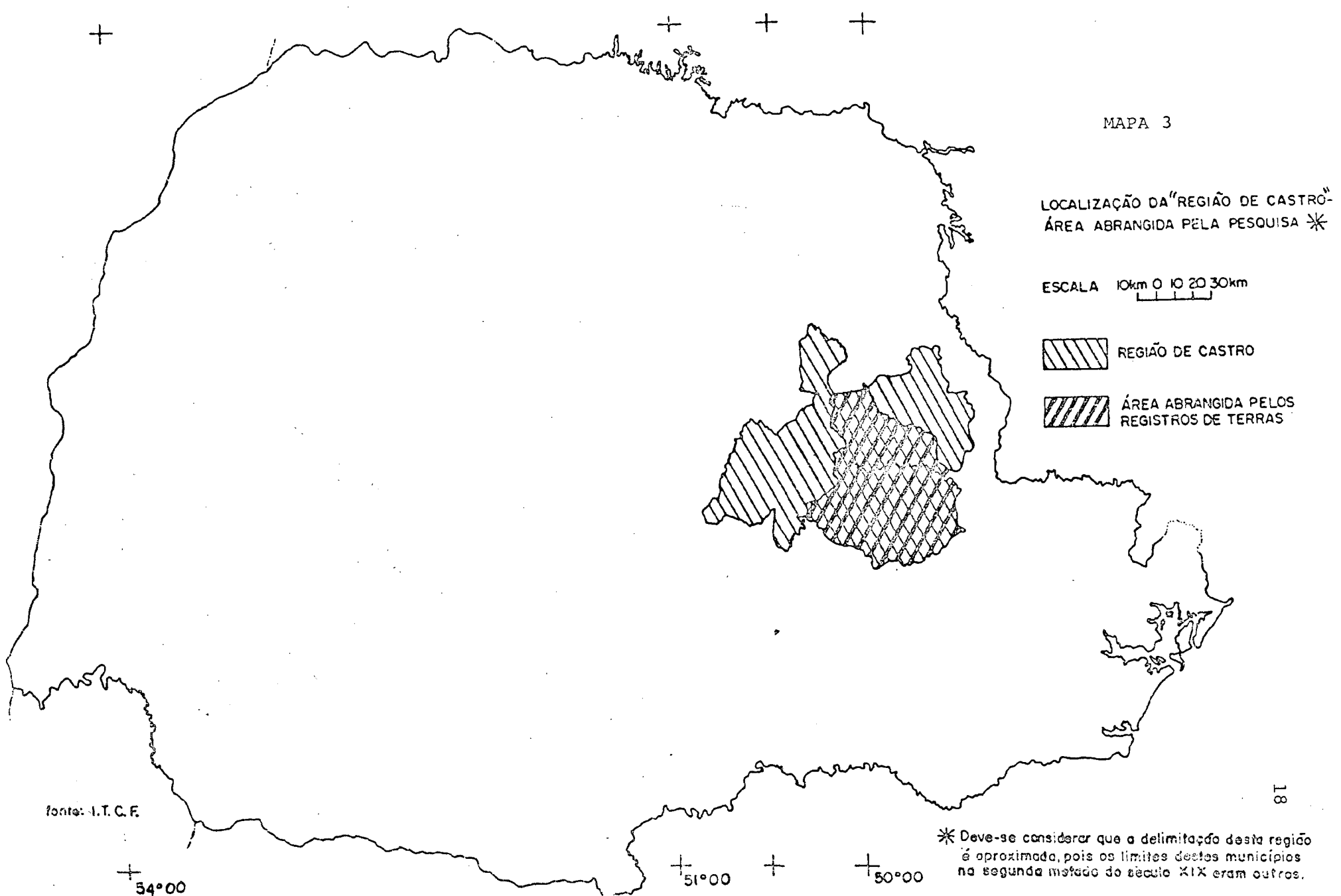
25° 30'





LOCALIZAÇÃO DOS QUARTEIRÕES EM QUE
ESTÃO SITUADOS OS IMÓVEIS 1855 / 1896
ESCALA 1 : 600.000

● SEDE DOS ATUAIS MUNICÍPIOS



fonte: I.T.C.F.

* Deve-se considerar que a delimitação desta região é aproximada, pois os limites destes municípios na segunda metade do século XIX eram outros.

1.2 - Técnicas e procedimentos operacionais

Determinados os limites espaço-temporais, seguem-se as explicações referentes à elaboração do instrumento de coleta de dados, ou seja, o formulário para o preenchimento das informações a partir dos Registros de Terras. (Anexo 2)

O formulário adotado teve origem em diferentes fichas de coleta de dados, através das quais procurou-se obter o maior número de dados dos registros. As diversas fichas passaram por vários testes, após os quais foram reelaborados. O formulário final, permitiu numa ordenação e classificação clara das informações, facilitando o manuseio, possibilitando a codificação dos dados e uma grande economia de tempo.

A seguir, foram elaboradas as instruções para o preenchimento, para que houvesse uniformidade na coleta de dados.

O total de formulários é de 2.664, correspondendo ao número total de imóveis declarados. Devido à grande quantidade de formulários e ao volume de informações neles contidos, houve necessidade da determinação de uma amostra. A determinação da amostragem e o tratamento estatístico foram orientados pela professora Iara Simile de Macedo, sendo consultada também a professora Zélia Milléo Pavão, ambas da Universidade Federal do Paraná.

Para que a amostra fosse representativa do universo estudado, selecionaram-se, de forma sistemática, formulários da primeira e da segunda fase. O primeiro formulário de cada fase foi determinado por sorteio.

Na primeira fase, de um total de 1.568 formulários, retirou-se 224 para a amostra. Portanto, cerca de 14% dos formulários. A retirada destes, foi feita de sete em sete, a partir

do primeiro sorteado entre os sete primeiros, que foi o número 4.

Quanto à segunda fase, de um total de 1.096 formulários, retirou-se 365 para a amostra, que corresponde a cerca de 33% do total. Foram selecionados formulários de três em três, a partir do número três, sorteado entre os três primeiros.

Como se observou, apesar de Castro, na primeira fase, representar uma área maior que a do município de Castro na segunda fase, o número de imóveis declarados não é tão superior na primeira, em relação à segunda. A existência de grande número de imóveis registrados na segunda fase, deve-se, principalmente, ao fracionamento destes.

Os formulários da segunda fase são mais completos, principalmente no que se refere aos dados sobre a área do imóvel. Assim, foi estabelecida uma amostra proporcionalmente maior do que aquela retirada para a primeira fase. Justifica-se a amostragem mais detalhada da segunda fase, pelo maior número de dados contidos nestes registros. Portanto, a análise pôde ser mais aprofundada, possibilitando menor margem de erro.

A técnica utilizada foi a da amostragem sistemática e probabilística, que permite a elaboração de estimativas sobre o universo estudado, com certa fidedignidade. A amostra total foi composta por 589 formulários, correspondendo a cerca de 22% do total de observações, o que, sem dúvida nenhuma, reforça sua representatividade. Os resultados confirmam tendências observadas em pesquisas anteriores, referentes à região, o que se constituiu na comprovação da validade de tal amostragem.

Os diferentes livros de registro contêm, muitas vezes, registros do mesmo ano, por exemplo, o ano de 1856, aparece nos livros de um a sete da primeira fase. Assim sendo, a amostra

acompanhou a seqüência dos livros, porém, respeitando a ordem cronológica. Antes da retirada da amostra, os formulários foram agrupados segundo mês e ano.

Precedendo o tratamento dos dados, houve a transposição dos dados dos formulários para planilhas previamente elaboradas, onde foram anotados apenas os códigos correspondentes, dentro da coluna correspondente a cada variável. (Anexos 3 e 4) Estes códigos foram estabelecidos a partir de diferentes critérios e testes, constando de tabelas indicativas preparadas com este objetivo. (Anexo 5).

A codificação, como a elaboração das planilhas, foram trabalhos demorados, feitos com auxílio de um técnico — Emílio Carlos Boschilia — e, em princípio, visava o tratamento dos dados por meio da informática. Este tratamento não foi realizado, devido ao alto custo do serviço, que não pôde ser prestado pelo Centro de Computação Eletrônica desta Universidade.

A análise quantitativa e qualitativa foi feita principalmente a partir do tratamento gráfico dos dados, através da técnica do fichário-imagem. A elaboração do fichário foi orientada pelo professor Jayme Antonio Cardoso. Este recurso foi utilizado porque permite a manipulação das diferentes variáveis de tal forma que se pode perceber correlações que, em outro tipo de tratamento dos dados, não seriam reveladas. Trata-se da utilização dos princípios da percepção visual sensível às variações de manchas do tom branco ao preto, nas duas dimensões do plano, obedecendo regras da Semiologia Gráfica. Outros pesquisadores da Universidade Federal do Paraná utilizaram esta técnica com excelentes resultados.* Estudos acerca do uso da

*SANTOS, Carlos R.A. dos. L'Economie et la Societé esclavagistes au Parana (Brésil) de 1854 a 1887. Paris, 1976. 362p.

Graphique, disciplina criada por Jacques Bertin (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris)⁷ a partir da sistematização da linguagem visual, vem sendo desenvolvidos também no Brasil.*

A elaboração do fichário-imagem obedeceu à composição de um cabeçalho, com as variáveis dispostas nas colunas, onde foi determinado um espaço proporcional a cada informação. Cada linha é constituída por uma ficha, que corresponde a um imóvel. Os fichários da primeira e da segunda fases tiveram a mesma matriz, alterando-se apenas o título, em função do período abrangido.

O fichário foi executado da seguinte forma:

- 1 - elaboração dos cabeçalhos ou matrizes (Figuras 1 e 2);
- 2 - preparação e multiplicação das fichas (Figura 3);
- 3 - transcrição das informações dos formulários para as fichas — cada uma correspondendo a um imóvel — através da pintura do espaço correspondente, e da anotação do nome do ocupante entre outras observações, seguido da dobra da ficha (Figura 4);
- 4 - completado o fichário, obtêm-se, graficamente, o conjunto de todos os imóveis (Gráficos 1 e 2).

Thèse, Doctorat de 3^e ème. Cycle, Université de Paris X — Nanterre; ARAÚJO, Silvia M. P. de. Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba, Projeto, 1982. 215 p.

* CARDOSO, Jayme A. Cursos de semiologia gráfica. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. (Curso); _____. Construção de gráficos e linguagem visual. História: questões e debates; Curitiba 5(8):37-58, jun.1984; CARDOSO, Jayme A. & WESTPHALEN, Cecília M. Atlas Histórico do Paraná. Curitiba, Projeto, 1981. 78 p.; ARAÚJO, Silvia M.P. de & CARDOSO, Jayme A. O gráfico como instrumento de pesquisa: o fichário-imagem. Curitiba, 1986. Trabalho apresentado na 38ª Reunião anual da S.B.P.C., a ser publicado na Revista Ciência & Cultura nº 15, março/1987.

⁷BERTIN, Jacques. Sémiologie graphique. Paris, Gauthiers Villar Mouton, 1967. 417 p.

Fig. 1 - Matriz do fichário-imagem - 1.^a fase

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE CASTRO - 1.^a FASE: 1855 - 1892

TIPO DO IMÓVEL					ORIGEM					PROPRIETÁRIO / OCUPANTE			ÁREA						BENFEITORIAS										AGRICULTURA					CRIAÇÃO					EXTRAÇÃO							
FAZENDA	SÍTIO	CHÁCARA	PARTE DE TERRAS	OUTRO	HERANÇA	COMPRA	POSSE	DOAÇÃO	OUTRA	UM	DOIS	TRÊS OU MAIS	MINI : 0 - 50 ha	PEQUENO : 50 - 500	MÉDIO : 500 - 2 mil	GRANDE : 2 - 5 mil	MUITO GD : 5 - 15 mil	INDETERMINADO	CASA	CARIJO	POTREIRO	CHIQUEIRO	ESTREBARIA	MANGUEIRA	CURRAL	PAIOL	RANCHO	ENGENHO	FORNO	MONJOLO	NÃO DECLARADO	MILHO	FEIJÃO	CEREAIS	OUTRO TIPO	NÃO ESPECIFICADO	INVERNAGEM	BOVINOS	EQUINOS	SUÍNOS	OVINOS	CAPRINOS	MUARES	NÃO ESPECIFICADO	ERVA - MATE	CALCÁRIO

Fig. 2 - Matriz do fichário-imagem - 2.^a fase

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE CASTRO - 2.^a FASE: 1893 - 1896

TIPO DO IMÓVEL				ORIGEM			PROPRIETÁRIO / OCUPANTE		ÁREA					BENFEITORIAS							AGRICULTURA				CRIAÇÃO					EXTRAÇÃO																
FAZENDA	SÍTIO	CHÁCARA	PARTE DE TERRAS	OUTRO	HERANÇA	COMPRA	POSSE	DOAÇÃO	OUTRA	UM	DOIS	TRÊS OU MAIS	MINI : 0 - 50ha	PEQUENO : 50 - 500	MÉDIO : 500 - 2 mil	GRANDE : 2 - 5 mil	MUITO GD : 5 - 15 mil	INDETERMINADO	CASA	CARIJO	POTREIRO	CHIQUEIRO	ESTREBARIA	MANGUEIRA	CURRAL	PAIOL	RANCHO	ENGENHO	FORNO	MONJOLO	NÃO DECLARADO	MILHO	FEIJÃO	CEREAIS	OUTRO TIPO	NÃO ESPECIFICADO	INVERNAGEM	BOVINOS	EQUINOS	SUÍNOS	OVINOS	CAPRINOS	MUARES	NÃO ESPECIFICADO	ERVA-MATE	CALCÁRIO

Fig. 3 - Folha do Fichário-Imagem

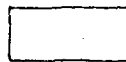
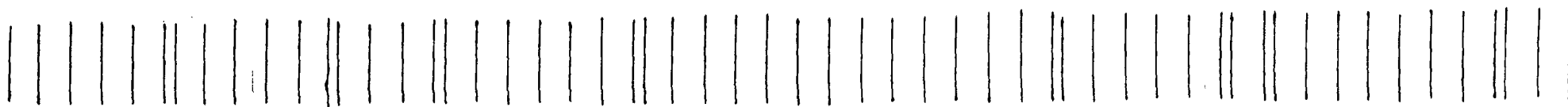


Fig. 4 - Folha do Fichário-Imagem, dobrada

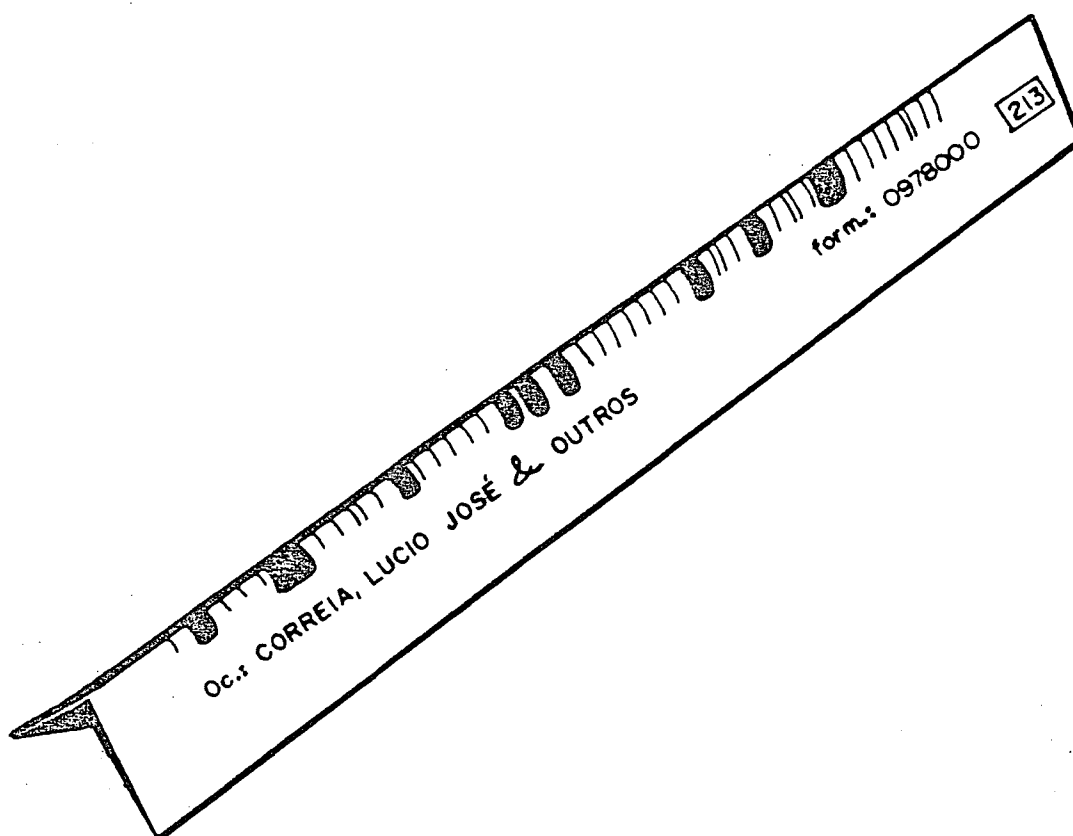


Gráfico 2 - Fichário-imagem da segunda fase na posição original



Fonte: DAMI - Registros de Terras.

Considerando que se está diante de componentes de ordem diferencial (um imóvel é apenas diferente de outro e não há uma ordem natural a seguir), é possível a permuta entre as diversas fichas. Esta permuta obedece ao princípio da diagonalização, que permite aproximar os semelhantes e afastar os diferentes, numa seqüência de manipulações, até que se chegue a um resultado considerado satisfatório.⁸

No tratamento dos dados, foram efetuadas diversas manipulações no fichário e cada conjunto de manipulações foi registrado em foto. Tais manipulações tiveram por objetivo ordenar informações e verificar algumas correlações, segundo os principais interesses da pesquisa. Assim, obteve-se o cruzamento múltiplo de variáveis, que permitiram uma imagem significativa do conjunto, sem que se perdesse o detalhe de cada imóvel.

No que se refere à tabulação, para que fosse possível classificar os imóveis segundo a área, foram determinados dez estratos, já que a amplitude é muito grande. Estes dez estratos foram posteriormente reagrupados em cinco estratos, levando-se em consideração as semelhanças existentes entre eles. Assim, os imóveis foram finalmente classificados em: mini (de 0 — 50 ha); pequeno (de 50 — 500 ha); médio (500 — 2000 ha); grande (de 2000 — 5000 ha); muito grande (5000 — 15000 ha).

Esta classificação foi estabelecida a partir da análise de obras de outros autores que estudaram a propriedade da terra, classificando-a segundo suas dimensões, em diferentes re-

⁸ CARDOSO, Jayme A. Construção de gráficos e linguagem visual. História: questões & debates. Curitiba, 5(8):56 jun. 1984.

giões do país.* Não sendo possível a adoção, para a região estudada, das classificações existentes, optou-se pelo cálculo da área média dos imóveis. Comparando as áreas de cada imóvel com a média obtida e com as classificações de outros autores, elaborou-se uma classificação própria para os imóveis da região, naquele determinado período, levando-se ainda em consideração as atividades extensivas nela desenvolvidas.

Observa-se que o imóvel considerado pequeno, na classificação anteriormente mencionada, corresponde ao que hoje seria considerado médio, ou grande. A área média dos estabelecimentos rurais em 1960, para a mesma região, está entre 50 e 100 hectares em Castro e em mais de 100 hectares nos municípios de Jaguariaíva e Tibagi.⁹

A diminuição no tamanho dos imóveis deve-se principalmente às partilhas feitas através do sistema de heranças, ao crescimento da população, mas também à diversificação da produção e ao desenvolvimento tecnológico, que permitem uma maior produtividade nas atividades agropastoris.

Hoje, surgem outras formas de aproveitamento da terra, em lugar da criação extensiva, muito comum no século passado na região de Castro e no Paraná em geral.

* Ver CANABRAVA, Alice Piffer. Terras e escravos. In: PELÁEZ, Carlos Manuel & BUESCU, Mircea (Coord.) A moderna história econômica. Rio de Janeiro, APEC, 1976. p.13-26; _____. A repartição da terra na capitania de São Paulo, 1818. Estudos Econômicos. São Paulo, 2(4):77-130, 1972; SILVA, José Grazianno da. Progresso Técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, Hucitec, 1981. 210 p; _____. A estrutura agrária no Estado do Paraná. Revista paranaense de desenvolvimento, Curitiba, (64):9-42, jul.ago. set./1978; _____. Estrutura fundiária e relações de produção no campo brasileiro. In: ANAIS - Segundo Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP, 1981. p.81-109.

⁹ BARTHELMESS, Heloisa. Área média dos estabelecimentos rurais - 1960. Curitiba, D.G.T.C., s.d. 1 mapa.

2 - FONTES

As fontes para a história social existem em grande quantidade e são ricas em dados qualitativos, apesar de nem sempre permitirem a quantificação.

As fontes constituem inicialmente um testemunho da percepção dos contemporâneos da época em estudo, com relação à organização, relações sociais, crenças e usos coletivos. Portanto, para que se possa utilizar dos documentos produzidos com outras finalidades que não a de fornecer subsídios para a pesquisa, é necessário submetê-los a um tratamento, que varia segundo a natureza das fontes.¹⁰

Nesté estudo da estrutura fundiária na segunda metade do século XIX, optou-se por três tipos de fontes principais, quais sejam: os Registros de Terras, feitos a partir de 1854, pelos vigários da paróquia de Castro, e, em 1893-1896, pelos juizes distritais do Município de Castro, a coleção de Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná, de 1854-1889, assim como as Mensagens à Assembléia Legislativa do Estado até 1900; as Relações de Camaristas do final do século XIX e início do século XX.

A escolha se justifica na medida em que, para esse período, são os Registros de Terras, os únicos documentos específicos sobre imóveis, que se apresentam de forma seqüencial, haven-

¹⁰ DAUMARD, Adeline. Cinco aulas de história social. Salvador, Universidade Federal da Bahia; Centro de Estudos Baianos, 1978. p.22-4.

do uma certa uniformidade nos registros. Os Relat6rios e Mensagens foram escolhidos por apresentarem a situa76o de todos os setores da Prov6ncia e do Estado (economia, coloniza76o, transportes, pol6tica, justi7a, educa76o, etc.). As Rela76es de Camaristas, fornecem os nomes daqueles que ocuparam cargos pol6ticos na regi6o.

2.1 - Fontes prim6rias manuscritas

Esta an6lise teve por base a pesquisa em fontes prim6rias manuscritas, representadas pelos Registros de Terras.

A origem dos registros est6 na lei de terras n6 601, de 18 de setembro de 1850, e seu regulamento, pelo decreto n6 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Assim reza a lei em seu artigo 136:

O mesmo governo far6 organizar por freguesias o registro das terras possuidas, sobre as declara76es feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas e penas aquelles que deixarem de fazer nos prazos marcados as ditas declara76es, ou as fizerem inexatas.¹¹

O Regulamento deveria dar organicidade 6 Reparti76o Geral das Terras P6blicas. Somente a partir do Regulamento de 1854 6 que a lei passou a ser aplicada, portanto, as declara76es apresentadas em duas vias, uma ficando com o vig6rio e outra com o declarante, passaram a ser registradas pelos vig6rios nos livros competentes.

¹¹BRASIL, leis, decretos, etc. Lei n6 601 de 18 de setembro de 1850. Colle76o das leis do Imp6rio do Brasil-1850. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909. T.11, parte 1, p.234.

Os livros de Registro das Terras Possuídas na Paróquia de Castro, são numerados de 1 a 7, manuscritos, em formato 22 cm. x 32 cm., encadernados. As folhas são numeradas e rubricadas, a legibilidade é relativamente boa. Os registros são numerados sequencialmente.

Estes livros fazem parte do acervo do Departamento do Arquivo e Microfilmagem, subordinado à Secretaria de Estado da Administração, onde receberam nova numeração, que vai de 8 a 14, respectivamente. Estes registros constituem a primeira fase da pesquisa.

Os registros de terras utilizados na segunda fase da pesquisa, tiveram origem na lei nº 68, de 20 de dezembro de 1892, e seu regulamento, pelo decreto nº 1, de 08 de abril de 1893, já que a República passara para os Estados, as responsabilidades referentes a terras, especialmente terras devolutas.

As declarações eram apresentadas aos Juizes Distritais, que as registravam em livros próprios. São dois livros de Registro de Terras Possuídas a Título Legítimo de Compra, Legitimação ou Revalidação, ou Concessão Independente de Revalidação, conforme artigo 107, do regulamento de 08 de abril de 1893, do Distrito e Município de Castro. Há também, um livro de Registro de Terras Sujeitas à Legitimação ou Revalidação, conforme artigo 108, do mesmo regulamento, situadas igualmente no Distrito e Município de Castro. Estes livros receberam os números 1, 2 e 1, respectivamente, são manuscritos, formato 48 x 33 cm., encadernados, as páginas são numeradas e rubricadas, a legibilidade é boa. Os registros receberam numeração em ordem crescente.

Estes livros também fazem parte do acervo do Departamento do Arquivo e Microfilmagem, onde receberam a numeração 64,65

e 66, respectivamente.

A consulta a estes registros é livre, facilitando o trabalho do pesquisador. Os livros da primeira fase não estão bem conservados, porém os da segunda fase estão em bom estado.

Nos registros da primeira fase, constam: o número do registro; nome do declarante; localização do imóvel; paróquia a que pertence; características, tipo e denominação do imóvel; divisas e confrontações, detalhadamente; origem do imóvel e documento existente; local e data da declaração; assinatura do declarante; local e data do registro; assinatura do vigário e do escrevente. Em alguns destes registros constam a residência, atividade econômica e benfeitorias.

Os registros da segunda fase apresentam as seguintes informações: número do registro; nome do declarante; município a que pertence; localização do imóvel; residência; origem do imóvel; tipo do documento; características, tipo e denominação do imóvel; divisas e confrontações; atividades econômicas; benfeitorias; área e preço do imóvel; local e data da declaração; data do despacho e local e data do registro; assinatura do escrivão e do Juíz Distrital.

A utilização destes documentos coloca muitas questões relativas ao tipo de abordagem, já que o tratamento técnico é dificultado pela variação dos dados da primeira e da segunda fase. Há também muita imprecisão na indicação dos limites e confrontações, porém é justamente através deste item que se obtém dados preciosos sobre as vias de acesso ao imóvel, os recursos hídricos, algumas vezes sobre benfeitorias e ainda sobre a área. Outros problemas encontrados, como a declaração de mais de um imóvel no mesmo registro, e de mais de um possuidor para o mes-

mo imóvel, foram estudados e solucionados, conforme as seguintes explicações:

1 - Quando um ocupante declarava mais de um imóvel no mesmo registro, e era possível distinguí-los, foi preenchido um formulário para cada imóvel, repetindo-se o nome do ocupante e o nº do registro. Para diferenciar os imóveis, o nº do formulário indica a seqüência dos imóveis, conforme exemplo: "Rodolpho Santa Anna do Rosário, registro nº 10, possui um sítio no bairro do Rio Abaixo (...), uma parte de terras no bairro dos Agostinhos (...) e uma parte de terras lavradas no lugar chamado Morcegos". Formulário nº 08-010-01 - Rodolpho Santa Anna do ROSÁRIO; nº 08-010-02 - Rodolpho Santa Anna do ROSÁRIO; e nº 08-010-03 Rodolpho Santa Anna do ROSÁRIO.

2 - Quando o imóvel tinha mais de um ocupante, e os nomes destes ocupantes eram indicados, estes nomes aparecem todos no formulário, sendo que os dados pessoais se referem ao primeiro nome indicado. Na planilha, foram indicados somente os dois primeiros nomes de ocupantes, sendo os demais, indicados na observação. Porém, quando os nomes dos ocupantes não eram todos indicados, colocou-se apenas a indicação "em comum e/ou pró-indiviso", a exemplo do que constava nos próprios registros. Nas fichas do fichário-imagem, colocou-se apenas o primeiro nome que constava no registro, acompanhado da expressão & outro ou & outros, conforme fossem dois ou três e mais ocupantes.

Quanto à fidedignidade dos dados, deve-se considerar o fato de se tratarem de declarações, não havendo outros documentos que possam confirmar as informações prestadas, exceto eventuais contratos de compra e venda. Por outro lado, trata-se de documentação exigida e regulamentada por lei, e, portanto, fundamen-

tada na verdade, já que existiam punições aos que transgredissem a lei.

A reunião dos formulários da primeira e da segunda fases, permitiu um cadastro de terras da região, para a segunda metade do século XIX. Os principais dados constantes deste cadastro, são: a condição de ocupação do solo (proprietário ou posseiro), tipo do imóvel (sítio, fazenda,), a relação jurídica (adquirido por compra, herança, posse, sesmaria,), nomes dos ocupantes, nível de alfabetização e limites. Especialmente na segunda fase, elaborou-se ainda, um perfil da atividade econômica, benfeitorias e área dos imóveis.

As Mensagens à Assembléia Legislativa do Estado, também manuscritas, dos anos de 1895 a 1924, pertencem ao acervo do Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Estas Mensagens apresentam boa legibilidade e forneceram alguns subsídios para a pesquisa. São documentos oficiais, cuja versão é, muitas vezes, passível de críticas.

As Relações de Camaristas, também denominadas Relação dos Prefeitos, Camaristas e Suplentes das Câmaras Municipais do Estado, são livros manuscritos, nos quais se anotou, em cada folha, a relação de camaristas de um município, em determinada data. Para esta pesquisa, foram selecionadas as Relações de Camaristas dos municípios de Castro, Tibagi, Jaguariaíva, Piraí, Ponta Grossa e Tomazina, em três períodos distintos, quais sejam: de 1892 a 1896; de 1896 a 1900 e 1908 a 1912. Estes livros fazem parte do acervo do Departamento do Arquivo e Microfilmagem, recebendo os números 0732, 0733 e 0717, respectivamente.

Outras fontes manuscritas foram encontradas dispersas em

diversos arquivos da cidade de Castro. Estes documentos, permitiram complementar algumas informações, constituindo-se em fontes convergentes. Os documentos consultados foram: Livro de Inventários (1850-1889), do cartório do Cível; Livro de Transcrição de Imóveis (1870-1901), do Cartório de Registro de Imóveis, e alguns documentos avulsos a respeito de alguns imóveis, do Museu do Tropeiro.

De uma maneira geral, estes documentos manuscritos apresentam uma legibilidade regular, enquanto alguns tem sua leitura dificultada. Nos inventários, poucos são os dados relativos a terras. Os documentos que forneceram informações valiosas, foram os Livros de Transcrição de Imóveis e os documentos avulsos do Museu do Tropeiro.

2.2 - Fontes primárias impressas

Os Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná são documentos impressos, apresentados por ocasião da abertura das atividades das Assembléias Legislativas Provinciais, nas transmissões de cargos dos Presidentes e Vice-Presidentes da Província. Estes documentos apresentam-se em forma de Relatórios, Falas ou Exposições. Sua consulta é indispensável para qualquer estudo relacionado com o período de 1854-1889 no Paraná, graças à variedade de informações que contém, tanto em seu texto como nos anexos, incluindo dados estatísticos. Trata-se de documentação oficial.

Foram consultados os microfilmes destes relatórios, do acervo do Departamento do Arquivo e Microfilmagem. Os micro-

filmes estão bem conservados e a coleção está completa.

Foram consultadas também as legislações de terras e boletins do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, encontrados no Instituto de Terras e Cartografia, Departamento do Arquivo e Microfilmagem, Biblioteca Pública do Paraná e Assembleia Legislativa do Estado.

Os mapas da 5.^a Comarca, da Província e do Estado do Paraná — referentes a períodos distintos — juntamente com mapas dos municípios da região, forneceram elementos para a localização das fazendas e quarteirões, entre outras informações acerca da vegetação, atividades econômicas, caminhos históricos, hidrografia Estes mapas fazem parte dos acervos do Museu Paranaense, Biblioteca Pública do Paraná, Instituto de Terras, Cartografia e Florestas e Departamento do Arquivo e Microfilmagem.

Geralmente, estes mapas não indicam sequer a escala na qual foram elaborados, outras vezes, falta a data. O estado de conservação é bastante precário, bem como seu arquivamento e as condições de consulta. A ausência de condições adequadas à sua localização e manipulação, favorece a destruição destes mapas, e com eles, talvez o único recurso que — apesar de muitas vezes impreciso, serviria a objetivos determinados de historiadores e outros cientistas.*

* Os mapas consultados serão devidamente relacionados ao final deste trabalho, juntamente com as demais fontes de pesquisa.

2.3 - Fontes de História oral

As entrevistas realizadas com pessoas ligadas ao estudo da história de Castro e representantes das famílias "tradicionais" daquela cidade, forneceram dados tanto do período estudado, como de períodos mais recentes. São oito entrevistas gravadas em fitas cassetes de sessenta minutos, sendo ao todo onze fitas. Os entrevistados foram: Dr. Oney Barbosa Borba, advogado, tendo escrito alguns livros sobre a região; Álvaro Carneiro Martins (Arvico), antigo morador; Ester Meira Martins, fazendeira; Conceição Ferrari, antiga moradora; Fidelis Franco Bueno, com inúmeros artigos escritos para jornais locais e dedicado à reconstituição da história indígena de Castro; Manoel Rolim de Moura, de família tradicional; Dr. Silvio Marques de Souza, dentista; e Odórico Barbosa, fazendeiro.

A entrevista com o Dr. Oney Barbosa Borba, fornece dados preciosos sobre a Vila de Castro e todo o Paraná. Estes dados foram pesquisados pelo Dr. Oney em jornais, documentos cartoriais e processos de inventários, entre outras fontes.

Na entrevista de Álvaro Carneiro Martins, pode-se obter dados sobre a sociedade e a política do final do século XIX, com destaque aos conflitos político-partidários.

Fidelis Franco Bueno, em sua entrevista, ressaltou as particularidades da atividade tropeira, das fazendas antigas, conflitos políticos e detalhes pitorescos da pesquisa acerca da sociedade indígena.

As demais entrevistas, constituem histórias de vida dos entrevistados, elementos atuantes na comunidade local. Embora praticamente não forneçam dados diretamente ligados aos objeti-

vos principais desta pesquisa, permitem a análise de diversos aspectos da sociedade castrense e curitibana do início do século XX até hoje.

Além das fontes descritas e analisadas anteriormente, foram consultadas fontes secundárias, representadas pela bibliografia científica, incluindo obras de cunho jurídico, metodológico, de história econômica e social, de sociologia, entre outras. A literatura em geral serviu de fundamentação para os argumentos, a análise e a crítica desenvolvidas no decorrer da pesquisa, e será comentada no próximo capítulo.

3 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na bibliografia a respeito da história e da economia brasileira, a partir dos anos sessenta, percebe-se um maior interesse dos pesquisadores e estudiosos, pelos temas ligados à estrutura agrária brasileira. Multiplicam-se os trabalhos que tratam da produção, comercialização, relações de trabalho e estrutura fundiária, em diferentes regiões do país.

Entre as obras que dão tratamento jurídico ao assunto, pode-se destacar a de Ruy Cirne Lima, Pequena história territorial do Brasil,¹² que comenta as cartas régias desde a implantação do sistema de concessão de sesmarias, o período de extinção das mesmas e a lei de terras de 1850. Ainda, a obra de Luís de Lima Stefanini, A propriedade no direito agrário, na qual o autor expõe e avalia o alcance e as conseqüências da legislação do direito agrário, no desenvolvimento da estrutura fundiária brasileira e na sociedade.¹³

Um trabalho que retrata claramente a situação dos estudos de história da agricultura brasileira é o de Maria Yedda Linhares & Francisco Carlos Teixeira Silva, História da agricultura brasileira.¹⁴ Dividido em três partes, trata, inicialmente, das

¹² LIMA, Ruy Cirne. Pequena história territorial do Brasil. 2. ed. Porto Alegre, Livraria Sulina, 1954.

¹³ STEFANINI, Luis de Lima. A propriedade no direito agrário. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1978.

¹⁴ LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História da agricultura brasileira: combates e controvérsias. São Paulo, Brasiliense, 1981. 170 p.

mudanças e reformas numa sociedade agrária, onde destacam-se três momentos de crise de transição do sistema sócio-econômico, que se refletem no nível das idéias: 1º momento, a virada do século XVIII para o XIX, caracterizada pelos prenúncios da crise do sistema colonial; 2º momento, meado do século XIX, com a aceleração do desenvolvimento industrial; 3º momento, após a segunda guerra mundial, numa conjuntura internacional de "guerra fria". Fornece a base necessária para uma caracterização do período estudado, segunda metade do século XIX, marcado pelas revoltas em diferentes pontos do Império e pelo revezamento dos gabinetes conservadores e liberais no poder. As "eleições são convocadas para constituir maiorias que formam gabinetes".¹⁵ Além destas questões, outros fatores provocam alterações substanciais na conjuntura econômica e social, entre eles a cessação do tráfico de escravos e a Lei de Terras de 1850. Os autores esclarecem também, a questão de métodos e fontes, especialmente a quantificação, chamando a atenção para a falta de estudos quantitativos sobre o tema, sugerindo novos procedimentos, e ainda, algumas teorias e modelos, colocando questões e discutindo posições de alguns autores a respeito da agricultura de subsistência e das crises na economia colonial.

Entre estas críticas, os autores discutem a noção de "ciclos econômicos", e a concepção de que um produto, por manter vínculos comerciais com o mercado mundial, possa se irradiar por todos os demais setores da economia colonial. Esta concepção contribuiu para uma visão compartimentada e estanque da história. Por outro lado, o uso da noção de ciclo abriu a perspectiva da

¹⁵ LINHARES, M.Y. & SILVA, F.C.T. p.29.

regionalização no estudo da história do Brasil, o que foi positivo. São questionados também os modelos de Celso Furtado, ao nível da unidade produtiva, e a interpretação globalizante de Ciro Cardoso e Jacob Gorender. Nestes dois modelos, segundo os autores, "não há possibilidade da produção de alimentos se realizar através de formas como 'brecha camponesa na sociedade escravista' ou mesmo via um segmento de homens livres não vinculados à plantagem",¹⁶ já que tais formas não seriam funcionais ao sistema escravista.

Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva não se preocupam em classificar as fontes segundo especializações como história econômica, social, demográfica, pois o mesmo documento, muitas vezes, servirá ao historiador ou aos demais cientistas sociais. Eles elaboraram uma tipologia das fontes para a história da agricultura no Brasil. Esta tipologia se refere apenas às fontes suscetíveis de uma abordagem serial, no período do século XIX até 1930, aproximadamente. Primeiro tratam da documentação diretamente referente à estrutura fundiária. Aí estariam incluídos, além dos Registros de Terras decorrentes da Lei de Terras de 1850, o cadastro do INCRA algumas enquetes de certas Províncias e Estados. O segundo tipo seriam fontes para o estudo das estruturas sociais, divididas em: demográficas, eleitorais, cartoriais e fiscais. Terceiro, as fontes de natureza econômica e político-institucional. Quarto, a documentação de tipo tradicional, que seriam principalmente os relatórios oficiais, como os Relatórios dos Presidentes de Províncias. O trabalho destes autores, é indispensável aos que se dedicam ao estudo da história do Brasil, pois nele são analisa-

¹⁶ LINHARES, M.Y. & SILVA, F.C.T. da p.110-7.

das as políticas e ideologias, bem como as fontes e os métodos que são comentados e criticados com rigor científico.

A noção de ciclos econômicos foi utilizada por diferentes autores ao estudarem a economia brasileira. Frédéric Mauro, por exemplo, comparando o Brasil e a América Latina, afirma que a economia brasileira caracteriza-se por uma flutuação estrutural que há muito se chamou de "ciclo".¹⁷ Estes ciclos teriam duração de aproximadamente um século. Assim, desenvolve-se no século XVI o ciclo do pau-brasil, a seguir o do açúcar, do ouro, do café e, finalmente, da industrialização no século XX. As produções suplementares, conforme suas palavras, correspondiam ao fumo, algodão, borracha, cacau, que também eram destinados à exportação. Explica ainda que o ciclo se divide em dois subciclos, cujo exemplo mais característico seria o do café do Vale do Paraíba, apoiado na mão-de-obra escrava, e, na segunda fase, pelo café de São Paulo, baseado na mão-de-obra escrava e assalariada (colono). A produção principal, seria acompanhada de produções e atividades complementares, que seriam as economias de subsistência. Na fase de expansão, desenvolve-se uma economia dinâmica, ligada ao comércio internacional, ao passo que, na fase de retração, surge uma economia estacionária, de subsistência, ligada à vida e à satisfação das necessidades locais.

Os "ciclos econômicos" são característicos das economias coloniais em geral e não somente da economia brasileira. Os produtos que caracterizam cada ciclo, não acabam, perdem o dinamismo, mas a estrutura permanece, como ocorreu no caso do açúcar e

¹⁷ MAURO, Frédéric. O Brasil e a América Latina: Conjuntura econômica e estrutura social desde a época colonial (um estudo comparativo). Universidade de Paris. p.87-92 - Texto mimeografado.

do ouro.¹⁸

Caio Prado Junior fala em dois setores de produção. Um, seria o dos grandes produtos de exportação, e o outro, o da economia de subsistência cuja finalidade era fornecer os meios de subsistência às populações empregadas naquele setor.¹⁹

Celso Furtado, coloca que a criação de gado sempre esteve ligada à exportação, como podemos verificar no texto:

A pecuária, que encontrara no sul um habitat excepcionalmente favorável para desenvolver-se — e que, não obstante sua baixíssima rentabilidade, subsistia graças às exportações de couro — passará por uma verdadeira revolução com o advento da economia mineira.²⁰

O autor defende a idéia de que, se no nordeste, partiu-se de um vazio econômico para a formação de uma economia pecuária dependente da açucareira, no sul, a pecuária foi anterior à mineração. Ele não concorda com a idéia de ter sido a pecuária que uniu as diferentes regiões, dizendo que quem as uniu, "foi a procura de gado que se irradiava do centro dinâmico constituído pela economia mineira".²¹

Observa-se que, Frédéric Mauro, Jacob Gorender, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, admitem — embora utilizando terminologias diversas — a existência de dois tipos distintos de atividades econômicas, complementares, que se desenvolvem paralelamente.

¹⁸ GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 2. ed. São Paulo, Ática, 1978, 592 p. p.

¹⁹ PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 19. ed. São Paulo, Brasiliense, 1976. p.41.

²⁰ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 14. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976. 284 p. p.76.

²¹ FURTADO, p.77.

te no Brasil. É o que se poderia denominar de economia de exportação e economia de subsistência.

Ao estudar a estrutura agrária brasileira, não se pode ignorar os autores que tentaram explicar a natureza do processo histórico brasileiro. Esta questão foi e está sendo debatida até hoje, sem que haja um consenso, ou uma resposta definitiva.*

Alguns autores colocam a classe senhorial como centro da sociedade brasileira, patriarcal e aristocrática, por exemplo, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Estes autores explicam a sociedade brasileira, a partir da classe senhorial.²²

Uma das teses sobre a natureza do processo histórico brasileiro, defende a existência de feudalismo, de forma integral ou apenas restos, ou traços feudais. Para alguns destes autores, o feudalismo foi implantado no Brasil por ocasião da colonização, para outros, ele se deve à uma involução ocorrida a partir da abolição da escravidão.²³ Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, representantes desta corrente de pensamento, admitem as idéias de Vianna e Freyre de que a sociedade seria patriarcal e aristocrática, mas têm como categoria central explicativa o latifúndio. Nestor Duarte também compartilha desta visão acerca da

* Para discussão desta questão, ver: AMARAL LAPA, José Roberto do. Org. Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980. 210 p. e CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982. 182 p.

²² FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. 6. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1950. 2 v.; OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. de. Populações meridionais do Brasil. 4. ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1938. 2 v.

²³ SINGER, Paul. Agricultura e desenvolvimento econômico. In: SZMRECSÁNYI, Tomás & QUEDA, Oriovaldo. Org. Vida rural e mudança social. 2. ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1976. p.137-8.

natureza do processo histórico brasileiro.*

Exemplificando, na obra Quatro séculos de latifúndio, Alberto Passos Guimarães coloca que: — a estrutura latifundiária atual, semifeudal e semicolonial, apresenta características do pré-capitalismo; — o caráter comercial da produção não é uma característica do capitalismo, mas do mercantilismo; — o regime econômico implantado no Brasil-Colônia foi o feudal e não o capitalista.²⁴ Em seu trabalho, A crise agrária, mantém a idéia do feudalismo e afirma que nos países sub-desenvolvidos, onde há o predomínio da propriedade privada tradicional (concentração de latifúndios improdutivos e minifúndios de baixa produtividade), a propriedade privada do solo "é causa visível, clara, incontestável, dos pequenos avanços e recuos e das grandes deformações que ocorrem na marcha da industrialização da agricultura".²⁵ A proposta de Alberto P. Guimarães, para mudar esta estrutura, é a revolução democrática burguesa, ou seja, uma reforma agrária que provoque uma revolução anti-feudal e anti-imperialista.²⁶

Outra tese defende que o Brasil não conheceu o regime feudal, já que o sistema de plantação colonial é uma organização capitalista adaptada à grande exploração de uma região tropical. Esta tese é defendida por alguns representantes da historiografia

* Ver sobre a tese feudal: GUIMARÃES, Alberto P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968. 225 p.; GUIMARÃES, A. P. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 362 p.; DUARTE, N. A ordem privada e a organização política nacional. 2. ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1966, 129 p.; SODRÉ, Nelson W. Formação histórica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973. 280 p.

²⁴ GUIMARÃES, A.P. Quatro séculos..., p.35.

²⁵ GUIMARÃES, A.P. A crise..., p.151.

²⁶ GUIMARÃES, A.P. Quatro séculos..., p.38.

econômica.* O enfoque central seria o comércio exterior e a sociedade capitalista. Neste quadro destaca-se a teoria dos ciclos econômicos, cujo principal representante é Roberto C. Simonsen. A estrutura agrária exportadora da economia colonial, segundo Caio Prado Jr., se compõe de três elementos essenciais: o latifúndio, a monocultura e o trabalho escravo.²⁷ Entre os autores que defendem a mesma tese, pode-se citar Celso Furtado, Alice Canabralva, Fernando Novais. No trabalho, Formação econômica do Brasil, Celso Furtado analisa processos, captando as grandes linhas do desenvolvimento econômico brasileiro. A categoria central por ele estudada é o empresário colonial, e a sociedade brasileira poderia ser considerada como capitalista periférica.²⁸

A tese dualista defende a existência de uma dualidade básica na sociedade brasileira, representada por uma oposição entre o setor arcaico, feudal, rural e o setor moderno, capitalista e urbano. Seus principais representantes são Ignácio Rangel e Jacques Lambert.**

Defendendo a existência de um modo de produção escravista colonial, ou apenas modos de produção específicos, aparecem: Eugene Genovese, Ciro F.S. Cardoso e Jacob Gorender.

Eugene Genovese detectou especificidades nos modos de produção das Américas, afirmando que só aparentemente seria uma ressurreição do escravismo mediterrâneo antigo.²⁹

* Ver discussão desta questão em: PRADO JÚNIOR, Caio. A revolução brasileira. 5. ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.

** Ver: RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962. 108 p.; LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. 7. ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1971. 288 p.

²⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica..., p.32.

²⁸ FURTADO, Celso. Formação..., 284 p.

²⁹ GENOVESE, Eugene. Economie politique de l'esclavage. Paris, 1968. _____. Roll, Jordam, Roll. New York, Vintage Books, 1976. 823 p.

Partindo de Genovese, Ciro F.S. Cardoso aprofunda a análise e conclui que não só na América surgiu a idéia da peculiaridade nos modos de produção coloniais. O escravismo colonial, reflete um "processo genético-evolutivo" diverso do escravismo antigo, pois "não tem o mesmo nível e formas de organização das forças produtivas, está sujeito a uma relação colonial que influi em sua estruturação e funcionamento."³⁰

Em sua obra, O escravismo colonial, Jacob Gorender trata da existência no Brasil de um modo de produção historicamente novo — modo de produção escravista colonial — que é o dominante na formação social brasileira, vinculando-se com o modo de produção capitalista, que, a nível internacional, é o dominante. Para o estudo da economia e da sociedade colonial, segundo Gorender, deve-se partir da categoria modo de produção e do fator trabalho, o que levaria às relações de produção baseadas no trabalho escravo.³¹ Foi Jacob Gorender que mais divulgou e melhor sistematizou a tese em questão, apresentando as leis específicas deste modo de produção. Sua obra provocou muita polêmica, críticas e revisões entre os cientistas sociais, principalmente porque criticou todas as teses que, até então, tentaram explicar o processo histórico brasileiro.

Outra tese, é defendida por Christian Topalov, em sua obra Estruturas agrárias brasileiras.³² Afirma que as teorias sobre a estrutura agrária brasileira, foram determinadas por ati-

³⁰ CARDOSO, Ciro F.S. & BRIGNOLI, Héctor P. Os métodos da história. Rio de Janeiro, Graal, 1979. p.95-9.

³¹ GORENDER, J., p.20-2.

³² TOPALOV, Christian. Estruturas agrárias brasileiras. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978. 88 p.

tudes políticas e propõe nova abordagem para o problema agrário brasileiro — o modo de produção latifundiário. Neste modo de produção, coexistiria o setor de plantação comercial e o de subsistência e o trabalhador não estaria completamente separado dos meios de produção. A situação seria a seguinte: - os proprietários maximizando a produção global e não a produtividade da terra ou do trabalho; - baixo nível tecnológico nas regiões onde o setor de consumo dispõe de um excedente de produção; - os latifundiários conservando o máximo da população na propriedade ou na região.

Acerca desta discussão sobre a natureza do processo histórico brasileiro, constata-se que não se tratava de uma organização feudal, como afirma Alberto Passos Guimarães. O período colonial não se caracterizava por modos de produção tipicamente capitalistas, apesar de existirem as características apontadas por Caio Prado Jr. e Celso Furtado, entre outros. A tese dualista tentou explicar contradições existentes na sociedade brasileira, sem maiores comprovações, limitando-se a afirmar a existência de tais contradições. Quanto à tese do modo de produção latifundiário, ela não explica a escravidão, apesar de toda sua argumentação, para refutar a tese feudal e capitalista, ser procedente.

Partindo-se do exposto e da análise dos argumentos apresentados por Ciro Cardoso^{*} e Jacob Gorender, conclui-se que a ex-

^{*} Sobre a argumentação de Ciro Cardoso, ver: CARDOSO, C.F.S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1979; _____. As concepções acerca do "Sistema econômico mundial" e do "antigo sistema colonial". In: LAPA, J.R. do A. Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980. p.109-132; _____. As estruturas agrárias da América Latina na época colonial: tentativa de síntese interpretativa. História: Questões & Debates, Curitiba 3(4):11-26, jun. 1982.

plicação para o processo histórico brasileiro está no seu caráter escravista e colonial. O período colonial foi caracterizado por formas não capitalistas de produção, subordinadas ao sistema capitalista mundial.

Conforme se observou no capítulo referente à metodologia, não se pôde aprofundar a análise da questão da natureza do processo histórico, já que o procedimento correto seria o enfoque de dentro para fora, verificando-se a dinâmica interna da sociedade estudada. Portanto, as conclusões apresentadas acerca desta questão, baseiam-se nas leituras realizadas, sendo apenas uma interpretação das mesmas.

O sociólogo José de Souza Martins critica as explicações que analisam de forma dissociada a terra e o capital, uma vez que a contradição entre ambos seria apenas uma contradição do capitalismo. Para ele, a proliferação de modos de produção, nas explicações, deve-se a este erro de análise. Defende a tese de que:

O proprietário da terra não é uma figura de fora do capitalismo, mas de dentro. A propriedade da terra não é exatamente um empecilho à expansão do capital no campo; ela é fundamentalmente uma das contradições do capitalismo, movimento, transformação e possibilidade de transformação.³³

Este autor coloca ainda que "não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital". Portanto, a luta pela terra será uma luta "contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência".³⁴

³³ MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3(4):214, abr., 1980.

³⁴ MARTINS, J. de S. A sujeição..., p.219-20.

Em O cativo da terra, José de Souza Martins analisa a questão da relação entre propriedade da terra e mão-de-obra, a qual será tratada no decorrer deste trabalho.*

No trabalho de Geraldo Müller sobre a Baixada do Ribeira,³⁵ Estado, estrutura agrária e população, encontram-se explicações claras para o desenvolvimento da estrutura agrária daquela região, que poderão servir de base para a análise de outras regiões brasileiras. O autor analisa como se compõem as unidades produtivas agrícolas regionais, enquanto resultado da divisão social do trabalho no país e como princípio organizador do trabalho social regional; a forma de obtenção dos meios de vida e dos meios de acumulação das populações trabalhadoras; o modo como o Estado, através de políticas gerais e específicas incide na produção e na circulação local e no estoque populacional trabalhador e não trabalhador.

Outro autor que trata com profundidade dos assuntos ligados à agricultura é José F. Graziano da Silva. Em seu artigo Estrutura fundiária e relações de produção no campo brasileiro,³⁶ faz uma periodização baseada no trabalho de Cardoso de Mello (1975), acerca do desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil, destacando quatro etapas principais: 1 - de 1850-1888, da proibição do tráfico negreiro à abolição da escravatura; 2 - de 1888-1933, auge dos reflexos da crise de 29 sobre o setor cafe-

* Ver: MARTINS, J. de S. O cativo da terra. 2. ed. São Paulo, Lech, 1981. 157 p.

³⁵ MÜLLER, Geraldo. Estado, estrutura agrária e população. Petrópolis, Vozes & Cebrap, 1980. p.11-22.

³⁶ SILVA, José Graziano da. Estrutura fundiária e relações de produção no campo brasileiro. In: ANAIS - Segundo Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP, 1981. p.81-109.

eiro; 3 - de 1933-1955, início de uma nova fase de transição; 4 - de 1956-1967, processo de industrialização pesada. Afirma que a subordinação da terra representa sua reprodução pelo capital, já que cria a forma de propriedade adequada a si mesmo. Fala, também, da importância do conhecimento da forma como se deu a apropriação histórica da terra, para a compreensão do processo produtivo no campo.

Os trabalhos de José F. Graziano da Silva, José de Souza Martins e Geraldö Müller, relativos a um período mais recente, contribuíram para a elucidação da questão da renda fundiária, para a compreensão da forma como a terra deixa de ser um obstáculo à expansão capitalista no campo, e, dos diferentes agentes que atuam sobre a organização da produção agrícola. Nesta pesquisa não houve a preocupação de se discutir a questão da renda fundiária, já que não apareceram indicativos da produção em termos quantitativos e outros dados concretos que permitissem uma análise conclusiva. A questão da expansão do capitalismo no campo, e, dos diferentes agentes que influem na organização da produção agrícola são problemas atuais, que tiveram menção, embora não se relacionem diretamente com a preocupação central desta análise.

Os comentários seguintes referem-se às obras que forneceram um embasamento teórico para a discussão da articulação entre as esferas política e econômica e as que esclareceram a respeito do movimento partidário no Brasil e a ideologia que lhes serve de base.

A obra de Victor Nunes Leal, Coronelismo, enxada e voto, mostra claramente como a organização política se constitui lentamente, no Brasil, em função do poder privado. O autor trata, principalmente, das relações e alianças que se estabelecem entre

representantes do poder econômico e do político, na esfera municipal. Nesta esfera, a liderança política era exercida pelos coronéis, representados, sobretudo, por fazendeiros de muitas posses, que influíam direta ou indiretamente no resultado das eleições. Embora tenha sido editada pela primeira vez em 1949, trata-se de obra indispensável a todos que estudam de alguma forma a estrutura agrária, o regime representativo, as elites, ou o processo político brasileiro, já que aborda questões que estão sempre em pauta.³⁷

Uma abordagem mais globalizante da mesma questão é realizada por Nestor Duarte, em A ordem privada e a organização política nacional. A análise é feita em relação à organização portuguesa e a nacional, onde a segunda decorre da primeira. O proprietário privado "exercita" o governo, precedendo ao poder político, que surge e se desenvolve através da concorrência e hostilidade daquele.³⁸ Percebe-se que, quando o poder público não recebe o apoio dos grandes proprietários, este poder se esvazia, surgindo conflitos decorrentes dos interesses distintos.

A obra de Raymundo Faoro, Os donos do poder, ressalta, em cada fase da história brasileira, a composição das diferentes classes, especialmente da elite governante. Considerando a estreita ligação entre poder político e propriedade da terra, analisa a evolução da mesma. Assim como Victor N. Leal, Faoro também analisa a questão da forma como eram preenchidos os cargos políticos, envolvendo toda sorte de favoritismos.³⁹

³⁷ LEAL, Victor N. Coronelismo, enxada e voto. 4. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978. 276 p.

³⁸ DUARTE, Nestor. A ordem privada..., p.25.

³⁹ FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 2. ed. Porto Alegre, Globo, 1975. 2.v.

Referindo-se a um período mais recente, após 1930, Octávio Ianni, em O colapso do populismo no Brasil, examina as mais importantes estratégias políticas de organização das atividades produtivas, ou seja, as formas pelas quais o político interfere no econômico.⁴⁰

Pode-se ressaltar que, embora tendo pontos de vista diferentes e convicções ideológicas distintas, os autores — V. N. Leal, N. Duarte, R. Faoro e O. Ianni, chegam a um ponto comum, quando analisam as diferentes formas pelas quais a organização e o poder econômico determinam a estruturação e o poder político. Ianni vai mais além, buscando também as determinações do político sobre o econômico.

Esta dissertação aborda a questão do poder político, mas não pretende aprofundar a análise dos partidos políticos brasileiros, o que poderia constituir-se em objeto de nova pesquisa. Há outros estudos que explicam a dinâmica dos partidos e os movimentos que lhes deram origem, alguns dos quais são analisados a seguir.

A obra de Paulo R. Motta, Movimentos partidários no Brasil, procura estabelecer algumas hipóteses sobre as estratégias da elite agrária e dos militares como fatores de mudança no sistema partidário. O autor desenvolve quatro premissas, como segue: 1.^a - "os partidos políticos brasileiros carecem de base ideológica e geralmente cresceram em torno da personalidade de um líder"; 2.^a os partidos políticos, têm bases regionais, alcançando expressão nacional, através da aliança entre líderes regionais; 3.^a - os partidos são controlados por grupos oligárquicos

⁴⁰ IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. e.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

que tentam transformar seus desejos em normas e programas partidários; 4.^a - "os partidos políticos brasileiros têm mostrado, desde 1945, uma tendência para adquirir características de partidos de classe".⁴¹ Concorde-se com o autor, quanto às premissas elaboradas, pois de uma maneira geral, as três primeiras, confirmam tendências observadas no decorrer desta pesquisa. Pode-se conhecer, por meio da obra citada, a fundamentação dos partidos políticos imperiais e republicanos, bem como sua evolução, o que era necessário para situar os acontecimentos políticos locais no contexto nacional.

Em sua tese A ação empresarial de Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, na conjuntura paranaense, Odah R. G. Costa situa, claramente, na conjuntura nacional, a dinâmica partidária paranaense, ou seja, o jogo político entre conservadores e liberais.⁴²

Outras obras fornecem subsídios para o conhecimento histórico da política brasileira em diferentes períodos. Entre estas, podemos citar a de Edgard Carone, A primeira república, que trata, entre outros assuntos, da "Política dos Governadores".⁴³ Ainda, o texto de Dea R. Fenelon sobre o liberalismo e de Carlos C. Lemos, Coronelismo e oligarquias no Brasil.⁴⁴

⁴¹ MOTTA, Paulo R. Movimentos partidários no Brasil. Rio de Janeiro, F.G.V., 1971. p. XIII.

⁴² COSTA, Odah R.G. A ação empresarial de Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, na conjuntura paranaense. Curitiba, 1974. 333 p. Tese, Livre Docência, Universidade Federal do Paraná. p.121-183.

⁴³ CARONE, Edgard. A primeira república. São Paulo, Difusão Européia, 1969. p.103-108.

⁴⁴ FENELON, Dea R. Cairú e o liberalismo brasileiro na consolidação do Estado Nacional. 50 textos de história do Brasil. São Paulo, Hucitec, 1974. p.89-93; LEMOS, Carlos C. Coronelismo e oligarquias no Brasil. Curitiba, 1980. Texto não publicado.

Os relatos de viajantes que aqui estiveram no século XIX, trazem contribuição significativa para se conhecer o modo de vida da população, as atividades que desenvolviam, além da descrição de aspectos físicos da região por eles visitada, inclusive a de Castro. Entre estes viajantes, pode-se citar Auguste de Saint-Hilaire e Thomas P. Bigg Wither. O primeiro, em Viagem à Província de São Paulo, descreve com riqueza de detalhes, praticamente todos os aspectos da vida da população.⁴⁵ O segundo, em sua obra a Província do Paraná, descreve a sociedade da época, tratando especialmente da vida e da atividade do tropeiro, das invernadas e das fazendas paranaenses.⁴⁶

O estudo de Mafalda P. Zemella, O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII, é fundamental, na medida em que revela todo o processo de povoamento das Gerais e a maneira como se deu a organização dos mercados para o suprimento das necessidades de abastecimento daquela Capitania. Para o presente trabalho, o capítulo IV, do referido estudo, que trata do transporte dos gêneros, utensílios e escravos, fornece subsídios importantes, principalmente porque o Paraná haveria de contribuir para o abastecimento daquela região, através das atividades de criação de gado e tropeirismo. A autora afirma que o comércio com a Minas, dinamizando áreas remotas, forçando a abertura de caminhos e fazendo convergir correntes fornecedoras do norte

⁴⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de São Paulo. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1972. 357 p.

⁴⁶ BIGG WITHER, Thomas P. Novo caminho no Brasil meridional: a Província do Paraná. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974. 420 p.

e do sul, concorreu para o fortalecimento da unidade nacional.⁴⁷

A seguir serão analisados os trabalhos que tratam mais especificamente do Paraná.

Para uma análise da economia e da sociedade paranaense na segunda metade do século XIX, a tese de Carlos R.A. dos Santos, "L'Économie et la société esclavagistes au Parana (Brésil) de 1855 a 1887", traz inúmeros subsídios, abordando com clareza e profundidade, as questões ligadas à mão-de-obra escrava, ao poder dos donos de terras e às atividades econômicas desenvolvidas na região, sempre situando estes fenômenos no contexto regional e nacional, que explicam a configuração dos mesmos.⁴⁸

A dissertação de Mestrado, do mesmo autor, Preços de escravos na Província do Paraná: 1861-1887, trata do mercado de mão-de-obra escrava, seu preço, atividades em que era empregada, entre outras questões. Constitui-se em contribuição significativa a todos que procuram entender a participação do escravo na economia paranaense.⁴⁹

A escravidão no Paraná, foi estudada por Octávio Ianni e os resultados da pesquisa estão em sua obra, já clássica, As metamorfoses do escravo. Nesta obra o autor demonstra as diferentes representações que envolvem as relações senhor-escravo, branco-negro e branco-mulatos. As questões por ele abordadas, podem ser resumidas no trecho conclusivo que se segue:

⁴⁷ ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, U.S.P., 1951. 275 p.

⁴⁸ SANTOS, Carlos R.A.dos. L'Économie... 362 p.

⁴⁹ SANTOS, Carlos R.A.dos. Preços de escravos na Província do Paraná: 1861-1887. Curitiba, 1974. Tese, Mestrado em História do Brasil, Universidade Federal do Paraná.

... é a condição escrava do trabalho e do trabalhador que define a estrutura econômico-social escravocrata como uma categoria histórica. Somente a especificidade da ordem social assim caracterizada é que pode explicar as diversas configurações assumidas pelo africano e seus descendentes: como cativo, manumitido, ingênuo, pardo, negro. Assim como se constituem o senhor e o escravo, emergem também as outras categorias, geradas, pelo regime em seu ciclo de formação ou na etapa final. Nesse contexto, como vimos, o mulato é o produto antitético do branco e do negro. Mas, se é a negação do regime, pela sua própria formação, também os negros e mulatos são atingidos pela situação criada, pois a cor emerge como atributo negativo de um e outro.⁵⁰

O historiador Brasil Pinheiro Machado, na Sinopse da história regional do Paraná, divide o estudo da história do Paraná em vinte e dois capítulos sendo que o nono, trataria da conquista da terra pelo proprietário privado, da história do aproveitamento desta terra e do tipo de vida rural do século XIX. O décimo capítulo seria da história da vida política da Província, no conjunto da vida política do Império e com as peculiaridades que a caracterizam, assim como a história das instituições provinciais e municipais. O décimo segundo capítulo seria a história da estrutura econômica da população, com o sistema escravista.⁵¹ O presente estudo é uma contribuição para elucidar parte da história paranaense, nestes capítulos colocados pelo autor.

O modelo proposto por Brasil P. Machado, no artigo citado, foi exposto no primeiro capítulo desta dissertação e será

⁵⁰ IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962. 312 p. p.281.

⁵¹ MACHADO, Brasil Pinheiro. Sinopse da história regional do Paraná. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, 1951. p.8-26.

analisado posteriormente, em relação à história de Castro.⁵²

Outro artigo do mesmo autor, Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais, trata do desenvolvimento da pecuária e do tropeirismo nos Campos Gerais, da propriedade e seus diferentes usos no século XIX.⁵³

Acerca do final do século XIX e século XX, o artigo de Altiva Pilatti Balhana, Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais, mostra as alterações ocorridas — em função da imigração e da queda dos negócios do tropeirismo — na estrutura agrária da região. Os Campos Gerais passam das atividades quase que exclusivamente pastoris às atividades mistas, ou seja, agro-pastoris, com predomínio da pecuária sobre a agricultura.⁵⁴

Na obra, Campos Gerais: estruturas agrárias, de diversos autores, houve a preocupação de investigar: - até que ponto uma estrutura social histórica transforma-se em outra ou é substituída por outra; - em que medida as comunidades de imigrantes integram-se na estrutura econômica da área metropolitana, como produtoras e como consumidoras de bens e serviços; - se é verdadeira a hipótese de que a assimilação de imigrantes está na direta dependência de sua integração econômica.⁵⁵

A Tese de Aída Mansani Lavalle, Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro: 1830-1854, teve como

⁵² MACHADO, Brasil P. Sinopse... p.3-8.

⁵³ MACHADO, Brasil P. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. Curitiba, Boletim da Universidade Federal do Paraná, (3):1-27, jun. 1963.

⁵⁴ BALHANA, Altiva Pilatti. Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais. Curitiba, Boletim da Universidade Federal do Paraná, (3):28-52, jun. 1963.

⁵⁵ BALHANA, A.P; MACHADO, B.P. & outros. Campos Gerais: estruturas agrárias. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1968. p.8.

um de seus objetivos, a constatação da formação de grupos sociais dependentes da atividade tropeira, especialmente na região dos Campos Gerais.⁵⁶ Por isso, há interesse particular nesta obra, já que o presente trabalho estuda grupos ligados à atividade tropeira. A autora fez um estudo sobre a economia das tropas, na primeira metade do século XIX, considerando-a como atividade subsidiária, porém, dependente das implicações externas, que influem no mercado exportador e importador brasileiro.

O presente trabalho focaliza o período em que se observam grandes transformações nas atividades econômicas da região, ou seja, o incremento do tropeirismo e da invernagem, seguido do seu declínio, do retorno à criação de gado, e, do desenvolvimento da agricultura. Portanto, todos estes trabalhos que tratam da história daquela região, forneceram a base para esta pesquisa.

Especificamente sobre reforma agrária no Paraná, tem-se a tese de Odah R. Guimarães Costa, A reforma agrária no Paraná, bem fundamentada e abrangente, tratando dos aspectos jurídicos, sociais, políticos e econômicos da história agrária paranaense.⁵⁷ Neste estudo, a autora parte do modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado, estudando o Paraná como um capítulo da história do Brasil. Afirma que a questão de terras no Paraná apresenta fases distintas de evolução, inserindo-se no contexto sócio-econômico, político-administrativo e cultural, tanto local como nacional; - que houve necessidade da realização de

⁵⁶ LVALLE, Aida Mansani. Análise quantitativa das tropas passadas no Registro do Rio Negro: 1830-1854. Curitiba, 1974. 180 p. Tese, Livre Docência, Universidade Federal do Paraná.

⁵⁷ COSTA, Odah R.G. A reforma agrária no Paraná. Curitiba, 1977. 318 p. Tese, Professor Titular de História Contemporânea, Universidade Federal do Paraná.

reformas agrárias, da ação direta e decidida do Governo do Estado no processo de colonização e de aplicação de uma política de preços de terras acessíveis, facilitando a compra da terra e sua utilização econômica.

Os trabalhos de Odah R. G. Costa, fornecem elementos indispensáveis para a presente pesquisa, no que se refere à legislação de terras e às questões ligadas às tentativas de reforma agrária e às alterações no sistema de ocupação da terra no Paraná.*

O trabalho de Marina Lourdes Ritter, As sesmarias do Paraná no século XVIII,⁵⁸ baseou-se na consulta dos documentos mais antigos sobre concessão de sesmarias. Sua pesquisa refere-se às sesmarias da pecuária e da economia de subsistência, nas áreas principalmente dos Campos de Curitiba e Gerais. Sua intenção foi "captar o momento em que a região sul concorreu para o abastecimento das minas, integrando-a ao comércio interno desenvolvido na Capitania de São Paulo".⁵⁹

A dissertação de mestrado de Alcioly T.G. de Abreu, Aposse e o uso da terra,⁶⁰ é um dos pioneiros a utilizar os registros de terras possuídas, feitos pelos vigários, em consequência do Regulamento de 30 de janeiro de 1854. A autora procurou verificar até que ponto a sociedade guarapuavana foi um prolonga-

* Ver também: COSTA, Odah R.G. O preço de terras na colônia Içara 1939-1968. Curitiba, 1974. Tese, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

⁵⁸ RITTER, Marina Lourdes. As sesmarias do Paraná no século XVIII. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980. 248 p.

⁵⁹ _____, p.9.

⁶⁰ ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. A posse e o uso da terra - modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba, 1981. 364 p. Dissertação, Mestrado História do Brasil, Universidade Federal do Paraná.

mento da sociedade campeira dos Campos Gerais, e quais os fatores que contribuíram para a mudança da estrutura agrária, considerando a posse e o uso da terra nos séculos XIX e XX.

Outro trabalho que se utiliza dos registros de terras possuídas, feitos nas Paróquias, e dos registros de terras sujeitas à legitimação ou revalidação, efetuados pela Secretaria das Obras Públicas e Colonização, está em fase de elaboração, e refere-se à pesquisa de Odah R. Guimarães Costa, Estruturas Agrárias de Curitiba - Paraná - 1850 a 1900.⁶¹ Entre os objetivos da pesquisa, há a proposta de uma caracterização dos grupos de possuidores de terras e do tipo de exploração econômica e a análise de mudanças introduzidas no sistema de aquisição de terras, através da compra, por força da lei de 1850, e da regulamentação das posses do ponto de vista jurídico-institucional.

Nos trabalhos de Alcioly T.G. de Abreu e Odah R.G. Costa, fica comprovada a validade da utilização dos registros de posse de terras sugerida também no trabalho de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva.

No artigo, Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno, de Cecília M. Westphalen e outros, tem-se um panorama do processo de ocupação da terra em diferentes zonas, e períodos. Os autores afirmaram que a ocupação das terras no século XX, resultou, em parte, de movimentos expansionistas internos de forma isolada e espontânea, e em parte, de dois movimentos de expansão, que tinham motivações e objetivos de produção diversos — cultura do café no Norte do Estado

⁶¹ COSTA, Odah R.G. Estruturas agrárias de Curitiba - Paraná - 1850-1900. Curitiba, (projeto de Pesquisa apresentado em seminário dia 19.03.81, no Departamento de História da UFPR).

e cultura de cereais e criação de suínos no Oeste — mas as mesmas características de ocupação colonizadora.⁶²

Todos estes trabalhos sobre o Paranã, colocam novos problemas e sugestões com relação à metodologia, fontes, teorias e interpretações, que muito contribuem para o desenvolvimento de novas pesquisas acerca da história regional.

Algumas obras foram utilizadas especificamente como fonte de pesquisa, pois tratam da biografia, da genealogia e de acontecimentos relevantes registrados no período estudado. Entre estas, destacam-se a Genealogia Paranaense, de Francisco Negrão, Galeria de ontem e de hoje de David Carneiro, História do Paranã, de Romário Martins e História do Paranã, de diversos autores.⁶³

Outros trabalhos, específicos sobre a região de Castro, contribuíram para a análise do tema estudado, principalmente quanto ao conhecimento da região, da sociedade da época e de fatos pitorescos que marcaram a história da região. Entre estas obras, destacam-se: Povoadores dos Campos Gerais do Paranã e Pequena história de Castro, de Oney Barbosa Borba, A fundação da cidade de Castro, de José Pedro Novaes Rosas, e História de Tibagi, de Edmundo A. Mercer & Luiz L. Mercer.⁶⁴

⁶² WESTPHALEN, C.M.; MACHADO, B.P.; BALHANA, A.P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paranã Moderno. Curitiba, Boletim da Universidade Federal do Paranã, (7):1-52, set./1968.

⁶³ NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1950. 6 v.; CARNEIRO, David. Galeria de ontem e de hoje. Curitiba, Vanguarda, 1963. 2 v.; MARTINS, Romário. História do Paranã. 3 ed. Curitiba, Guaíra, s.d. 378p.; História do Paranã. Curitiba, Grafipar, 1969, 4 v.

⁶⁴ BORBA, Oney B. Povoadores dos Campos Gerais do Paranã. Curitiba, Ed. Litero-Técnica, 1969; . Pequena História de Castro. Curitiba, Vicentina, 1972. 86 p.; ROSAS, José P.N. A fundação da cidade de Castro. Curitiba, Vicentina, s.d. 124 p.; MERCER, Edmundo A. & MERCER, Luiz L. História de Tibagi. Curitiba, CENICOM, s.d. 196 p.

Estes autores da literatura local, mesmo não sendo historiadores, fizeram a história da região, baseando-se em documentos diversos, principalmente fontes cartoriais e documentos particulares, além de outros trabalhos. Suas obras serviram como fontes complementares e convergentes.

4 - A REGIÃO DE CASTRO: ASPECTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS

O século XIX, no Brasil, foi marcado por mudanças estruturais de ordem política, econômica e social, bem como por diversos movimentos sociais de caráter revolucionário. Essas transformações e estes movimentos tiveram grande influência na configuração da sociedade brasileira, em geral, e da regional, em particular.

O Brasil passou de Colônia a Império e depois à República. O regime escravocrata que predominou durante a Colônia e o Império, desapareceu às vésperas da República, embora a substituição do trabalho escravo estivesse sendo prevista à algum tempo, pois a política imigratória havia sido adotada anteriormente.

A regulamentação da posse e uso da terra sofreu algumas alterações, entre as quais pode-se citar a extinção do regime de sesmarias no início do Império (1822), o que permitiu a ocupação indiscriminada das terras durante muitos anos, até que, em 1850, surgisse a Lei de Terras. Esta lei e seu regulamento (1854) estabeleceram que as terras ainda não ocupadas seriam consideradas devolutas e só poderiam ser adquiridas através da compra. Os títulos de Sesmarias, ou outro documento de posse de terras, recebidos até aquela data, deveriam ser registrados, bem como as terras possuídas sem documento, desde que se justificasse a possibilidade de aproveitá-las economicamente. Não foi ocasional que a Lei de Terras tivesse surgido no mesmo ano em que se proi-

bia o tráfico de escravos, mas porque a terra "livre" necessita do trabalho escravo. No momento em que se cogitou a impossibilidade da utilização da mão-de-obra escrava, tornou-se necessário "escravizar" a terra — transformá-la em propriedade só transferível pela compra — como a única maneira de se exercer o controle sobre a produção.⁶⁵

Na esfera política, o liberalismo exerceu grande influência sobre a sociedade. Com a Independência, firmam-se duas correntes partidárias de ideologias e programas diferentes: os liberais e os conservadores. Estas duas facções se revezam no poder durante todo o Império. Foi o apoio dos conservadores mineiros e baianos que possibilitou a criação da Província do Paraná, em 1853, pois estavam interessados em diminuir a força política dos paulistas. Na luta pela emancipação da 5.^a Comarca de São Paulo os conservadores e liberais se uniam em defesa dos ideais separatistas. As fronteiras partidárias eram muito tênues, pois trocava-se de partido, em busca de objetivos determinados, e conforme a conjuntura do momento.

Os partidos políticos imperiais eram dependentes da elite agrária, pois não havia eleições diretas, e era necessária uma renda mínima para participar nas várias instâncias do processo político eleitoral. Esta exigência pode ser demonstrada pelo seguinte trecho de Paulo Roberto Motta:

A Constituição requeria também uma renda mínima anual de 100 mil réis, advinda de propriedades, indústrias, comércio ou empregos, para ser eleitor nas assembleias paroquiais; uma renda anual mínima de 200 mil réis (dentre os qualificados para votar nas assembleias paro-

⁶⁵ MARTINS, J. de S. O cativoiro....

quiais) para votar em candidatos a deputado, senador e membros do Conselho Provincial; uma renda mínima de 400 mil réis, para candidatar-se a deputado.⁶⁶

As eleições diretas (a partir de 1881), não minimizaram o controle das oligarquias, que prosseguiram no uso da coerção e repressão, antes utilizadas.⁶⁷ A criação do Partido Republicano, em 1870, representava a participação dos grupos urbanos na vida política, e uma forma de protesto e insatisfação contra as normas estabelecidas pelos senhores rurais.

Após a Independência, as forças militares eram formadas pela marinha, guarda nacional e as forças mercenárias. Através da guarda nacional, a elite rural pôde assegurar seus privilégios. Os militares, quando foram criados os partidos Liberal e Conservador, estavam comprometidos politicamente, pois participavam nas revoluções e movimentos armados.⁶⁸

A Revolução Farroupinha (1835-45) e a Revolta de Sorocaba (1842), tiveram influência decisiva sobre a sociedade e a política da 5.^a Comarca. Segundo Oliveira Viana, parecia existir uma preocupação permanente dos revolucionários, do norte, do centro e do sul, em resguardar a pessoa do Imperador. A revolta liberal de 1842, além da revogação da lei centralizadora de 41, queria livrar o imperador da coação exercida pelo ministério e pelo partido que o cercava.⁶⁹

Nos primeiros anos da República, eclodiu mais um movimen-

⁶⁶MOTTA, P.R. Movimentos.... p. 7-8.

⁶⁷_____. _____ . p.8.

⁶⁸_____. _____ . p.11-5.

⁶⁹VIANA, F.J. de O. Populações.... p.330.

to revolucionário, o qual foi denominado de Revolução Federalista. Este movimento teve por palco o sul do Brasil, sendo desarticulado e vencido no Paraná. Está registrado na história da região de Castro, pela participação ativa dos políticos, e, porque, em consequência dos acontecimentos, Castro foi então, Capital do Estado (1894).

Além das alterações político-administrativas, das revoltas e revoluções internas, o Brasil do século XIX, foi sacudido pela guerra com o Paraguai, a qual requereu a participação de grande contingente populacional.

O povoamento e as atividades econômicas dos Campos Gerais se inserem na economia e no povoamento das Minas Gerais e de São Paulo. A economia do gado atua como atividade de subsistência ligada à economia aurífera e cafeeira.

No início do século XVIII, devido à descoberta de ouro em Minas Gerais, grande número de homens dirigiu-se de São Paulo para aquela região. A ambição destes aventureiros não permitiu que se preocupassem com sua subsistência. Alguns historiadores falam numa crise de subsistência, na qual pessoas morriam de fome com os bolsos cheios de ouro.

As vilas paulistas, segundo Mafalda P. Zemella, não estavam preparadas para suprir as necessidades de alimento dos mineiros, mas, mesmo assim, foram fornecidos diversos gêneros alimentícios, a ponto de encarecer bastante o custo de vida dos paulistas, chegando-se a estabelecer leis proibindo a saída de gêneros alimentícios para fora de São Paulo.⁷⁰

⁷⁰ZEMELLA, M.P. O abastecimento....

Tendo em vista o suprimento desta demanda, alguns habitantes do planalto passaram a criar gado nos Campos de Curitiba, e, a seguir, buscá-los nas planícies do Rio Grande do Sul, Uruguai, Corrientes e Entre-Rios, uma vez que a criação, feita naqueles campos, não era suficiente para abastecer os centros de mineração de animais de carga, para as lavras e transporte do ouro. O comércio de São Paulo amplia-se não só com a região das Minas, mas também com o Sul. Este comércio realizava-se através do caminho Viamão-Sorocaba, sendo a condução do gado feita por tropeiros.

Quanto às tropas e tropeiros, José A. Goulart retratou-os com riqueza de detalhes, considerando o tropeirismo como o elo de ligação entre os grupos humanos dispersos pelo Brasil.⁷¹

A grande maioria do gado que compunha as tropas, era gado muar, pois havia escassez deste gado para o transporte, em São Paulo e Minas Gerais.

Aida M. Lavallo coloca que houve um afluxo crescente de muares a partir da década de 1730, quando foi aberta a estrada Viamão-Sorocaba. Foi através deste comércio que os paulistas puderam obter grandes lucros, bem como o imposto de meio-direito e direito-inteiro, cobrado em Sorocaba sobre o gado criado nos Campos Gerais. Esta região foi a mais influenciada por este comércio, porque tinha uma organização econômica pastoril e servia para a invernada das tropas.⁷²

Com a decadência da mineração, principal centro de demanda das tropas de muares, as tropas continuaram servindo de forma

⁷¹ GOULART, José Alípio. Tropas e tropeiros na formação do Brasil. Rio de Janeiro, Conquista, 1961. 269 p., p.65.

⁷² LAVALLE, A.M. Análise quantitativa.... p.1-2.

crescente às regiões agrícolas do açúcar e do café (São Paulo e Vale do Paraíba, respectivamente). No século XIX, até a implantação das ferrovias, o maior mercado de muares concentrou-se nas proximidades do Rio de Janeiro.

O povoamento* do Paraná teve início com a mineração nas zonas de Açungui e Paranaguá. Com a descoberta de ouro em Minas Gerais e Cuiabá arrefeceu a atividade mineradora naquelas zonas. Isto ocorreu no início do século XVIII, o que revela a instabilidade da população mineradora. Devido à dificuldade do trabalho nas minas, e por não se constituir em trabalho remunerador, bem como, ao braço escravo estar sendo absorvido pelas zonas auríferas ricas que surgiram nas outras regiões do país, a alternativa que se apresentava ao minerador era a migração para as Minas Gerais.

Os mineiros que não migraram para novas minas "tornaram-se sedentários e transformaram-se em criadores de gado e tropeiros".⁷³ A mineração e a criação eram dois sistemas econômicos que se complementavam. A pecuária teve grande importância nos campos de Curitiba, assim como no povoamento do Paraná. Curitiba localizou-se no ponto de contato entre os habitantes do litoral e os dos campos. A agricultura não adquiriu tanta importância quanto a criação de gado, como fonte de abastecimento, porque roçar, semear, cuidar da plantação, tomava mais tempo do que criar gado. Os criadores exerciam a atividade mineradora de forma esporádica.

* O termo povoamento, refere-se à expansão e ocupação pelos europeus e seus descendentes, apesar de não se ignorar a ocupação anterior pelos índios.

⁷³ BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no estado do Paraná. Rev. Brasileira de Geografia, 14(2), out./dez., 1952, p.59.

A necessidade de abastecimento das Minas, manifestando-se com maior intensidade, fez com que se multiplicassem as fazendas no Paraná e o povoamento se expandisse pelas zonas de campo localizadas mais a oeste.

Os Campos Gerais, no século XVIII, com o tráfico de gado e tropas para São Paulo, tornaram-se a base do povoamento do Paraná. Além do comércio de gado, o Paraná foi zona de trânsito do comércio norte-sul de mercadorias para o sustento de colonos e tropas militares sediadas no Rio Grande do Sul.*

Diversos autores afirmam que foi dos pousos de tropas e das invernadas, que surgiram muitos núcleos de povoamento estáveis, entre eles, a Vila de Castro. Porém, deve-se considerar que algumas famílias instalaram-se na região, antes da intensificação do comércio de gado. A criação e o permanente tráfico de gado permitiram a integração da zona de Castro na economia regional e nacional.

Durante o período colonial e imperial, a população brasileira organizou-se em função de uma economia principal. Com base em unidades familiares, ou em grupos de migrantes que efetuavam o transporte e o comércio de tropas, procuravam abastecer as populações que se dedicavam à monocultura de exportação, ou à atividade mineradora.

Havia uma complementariedade entre as atividades econômicas das diferentes regiões do país, bem como uma articulação de diversas categorias sociais — minerador, tropeiro, fazendeiro,

* Sobre este trânsito de gado e mercadorias, ver: WEST-PHALEN, Cecília Maria. Paraná - zona de trânsito. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, I.H.G.E.P., 7(3-4):45-55, jul./dez., 1957; HISTÓRIA do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. V. 1.

escravo e agregado.

A população que compunha a sociedade do Paraná Tradicional, mais especificamente a Vila de Castro, passou por diversas fases, que podem ser assim expressas:

1 - A fase da "ocupação da região", quando os fazendeiros fundam seus estabelecimentos, deixando seus prepostos para zelar pelas cabeças de gado, onde iam eventualmente, permanecendo a maior parte do tempo em sua residência distante da fazenda;

2 - Numa segunda fase, estes fazendeiros mudam-se com suas famílias para a região, onde incrementam a criação de gado e promovem sua própria subsistência;

3 - A terceira fase refere-se ao tropeirismo, durante a qual os homens ausentam-se por longos períodos de sua fazenda e as mulheres permanecem no local. Muitas vezes, as pessoas que se dedicavam ao tropeirismo mudavam-se para as cidades, o que fez com que a criação ficasse esquecida, já que o tropeirismo e a invernagem representavam atividades bem mais lucrativas;

4 - A quarta fase refere-se, aproximadamente, ao ano de 1876, quando graças à queda dos negócios de tropas, os fazendeiros retornam gradativamente à criação de gado. Nesta fase, há uma certa estagnação econômica na região, com a população se dedicando à economia de subsistência em sítios e fazendas;

5 - A partir de 1885, inaugura-se uma nova fase, com a participação do imigrante na economia e na sociedade da região e, a partir daí, também a agricultura desperta o interesse dos produtores.

O número, concentração e condição jurídica dos habitantes da 5.^a Comarca no século XVIII, não são fornecidos com precisão nos censos realizados e, conseqüentemente, a bibliografia apre-

senta dados contraditórios a este respeito. Embora algumas vezes os dados demonstrem que houve diminuição da população de Castro, por exemplo, essa diminuição não é real e sim, consequência da imprecisão gerada pelos procedimentos adotados nos recenseamentos da época.

No decorrer das cinco fases mencionadas, o número de habitantes e a composição da população teve alterações significativas.

No início do século XIX, até 1835, a população de Castro diminuiu de fato, algumas vezes. Em 1806, houve uma grande epidemia de sarampo. Entre 1810 e 1820, a Vila de Castro se esvaziou, tendo em vista as expedições paulistas que recrutavam homens e animais para a conquista de Guarapuava. Em 1835, com a Revolução Farroupilha, há um novo esvaziamento da Vila. Aproximadamente em 1837, havia 6.190 habitantes na Vila de Castro, dos quais 3.231 eram homens e 2.959, mulheres. Desse total, 1.593 eram escravos.⁷⁴

No ano de 1854, segundo relatório do Chefe de Polícia, nos dezesseis distritos que compunham a Vila de Castro, havia 5.899 indivíduos. No relatório consta que haveria 796 escravos, mas não especifica se estes estariam ou não incluídos no total citado.⁷⁵ É mais provável que os escravos tenham sido contados à parte, caso contrário, não se justificaria a defasagem entre os dados de 1837 e os de 1854.

⁷⁴ MULLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo. São Paulo, Tipografia de Costa Silveira, 1838.

⁷⁵ PARANÁ. Governo. 1854 (Fernandes Jr.) Relatório apresentado ao Exm^o Presidente da Província do Paraná Cons. Zacarias de Goes e Vasconcellos pelo Chefe de Polícia Antonio Manoel Fernandes Junior em Julho de 1854. Curityba, Typ. Lopes, 1854, p.19-21.

A população de Castro, nos anos que se seguiram, pode ser avaliada a partir dos seguintes dados, baseados em diferentes fontes:⁷⁶

Data	Nº de habitantes
1870	15.140
1872	18.777
1890	10.319

Pode-se perceber que também os dados sobre a população de Castro, no século XIX, são contraditórios. Porém, a diminuição da população, entre 1872 e 1890, se justifica pelos desmembramentos sofridos pelo município de Castro, que deram origem aos municípios de TIBAGI (1872), SÃO JOSÉ DA BOA VISTA (1876) e PIRAI DO SUL (1881). O município de Jaguariaíva foi criado mais tarde (1895).⁷⁷

Quanto aos imigrantes, a primeira leva chegou a Castro em 22 de julho de 1885. Eram 17 famílias, totalizando 54 pessoas, para as quais foram distribuídos 17 lotes nas colônias Santa Leopoldina e Santa Clara.⁷⁸

Com a ocupação dos campos de Guarapuava, Palmas e Tibagi, a sociedade campeira atinge seus limites de expansão no final do

⁷⁶ PARANÁ. Governo. 1870. (Carvalho). Relatório do Presidente da Província do Paraná, Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho no dia 15 de fevereiro de 1870. Curitiba, Typ. Paranaense, 1870. (ANEXOS); PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, Hucitec & Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. p.28-30.

⁷⁷ PARANÁ. Governo. 1956. (Lupion). Mapa genealógico dos municípios paranaenses. Curitiba, D.A.T.M., 1956.

⁷⁸ BORBA, Oney B. Pequena.... p.57.

século XIX e início do século XX.⁷⁹

Dois tipos de exploração permitiram incrementar o crescimento econômico da Província, nas últimas décadas do século XIX, quais sejam, a extração do mate e da madeira. Assim, as fazendas diversificam suas atividades, embora o extrativismo nem sempre fosse feito dentro do próprio imóvel. A extração da erva-mate foi responsável pela intensificação do povoamento em diversas áreas do interior da Província. A expansão e a exportação da erva-mate, em grandes quantidades, provocou uma queda sensível na produção de gêneros alimentícios, que precisaram ser importados.

Em 1881, a erva-mate e a madeira tornam-se as duas produções mais importantes da Província, enquanto a agricultura limitava-se à produção de subsistência. O cultivo do algodão em Castro decaiu, assim como o comércio de muares e cavalares destinados à feira de Sorocaba. Porém, a criação e exportação do gado vacum torna-se regular.⁸⁰

No último quartel do século XIX, dois outros fatores deram impulso ao desenvolvimento da Província: a imigração e o surto agrícola. Surge então o "colono" para abater a mata virgem, cultivar grandes áreas, dirigindo-se cada vez mais para oeste. Um terceiro fator de progresso foi a estrada-de-ferro, no final do século XIX e início do XX, que possibilitou incrementar o po-

⁷⁹ PILATTI BALHANA, Altiva; PINHEIRO MACHADO, Brasil e outros. Campos Gerais - estruturas agrárias. Curitiba, Faculdade de Filosofia da U.F.Pr., 1968. 42-3; WESTPHALEN, Cecília Maria; PINHEIRO MACHADO, Brasil; PILATTI BALHANA, Altiva. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. In: Boletim do Conselho de Pesquisas da U.F.Pr., Departamento de História, nº 7, Curitiba, set. de 1968. 52 p. p.10.

⁸⁰ PARANÁ. Governo. 1881. (Pedrosa). Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Paraná, Dr. Joao José Pedroza no dia 16 de fevereiro de 1881. Curityba, Typ. Paranaense, 1881. p.32-9. Rolo nº 6 - Microfilme.

voamento das áreas que até então estavam pouco povoadas.⁸¹

4.1 - A questão do Modelo

Por meio desta pesquisa, pôde-se reconhecer a validade do modelo de explicação da economia e da sociedade paranaense, proposto por Brasil Pinheiro Machado, conforme exposto no primeiro capítulo desta dissertação. Porém, deve-se ressaltar que sua aplicação ao povoamento de Castro, encontra alguns pontos divergentes.

Quando Pinheiro Machado fala numa "constante subordinação social e política dos núcleos resultantes da expansão, ao centro social inicial de Curitiba, de modo a formar um conjunto",⁸² discorda-se, pois considera-se, diferentemente daquele autor, o povoamento de Castro (Povoação do Yapô), como expansão espontânea da célula fundamental, representada pela capital paulista. Esta afirmação baseia-se no fato de que o povoamento da região teve origem oficialmente, nas concessões de sesmarias às famílias paulistas no início do século XVIII. A primeira concessão de sesmaria na região do Iapô foi feita ao paulista Pedro Taques de Almeida e sua família, em 19 de março de 1704. A partir de então, diversas famílias paulistas receberam suas concessões. Inicialmente, enviaram alguns escravos e capatazes para tomar posse das terras. A seguir, algumas destas famílias mudaram-se para a região, onde os Taques mandaram erigir uma capela

⁸¹ WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B.P.; BALHANA, A.P. Nota prévia.... p.11.

⁸² MACHADO, B.P. Sinopse.... p.7.

consagrada a Nossa Senhora Sant'Ana.⁸³ A família fazendeira passa a ser o núcleo social básico do povoamento da região. O "pouso do Iapó", constitui-se num sub-núcleo socialmente subordinado ao núcleo paulista. O "pouso do Iapó" compreendia uma Igreja e uma Companhia de Cavalaria, comandada pelo Capitão Francisco Carneiro Lobo. Em 1770, o povoado atingiu a categoria de Freguesia, com a denominação de Freguesia de Sant'Ana do Iapó. Na década de 1770, a Freguesia prospera rapidamente. Devido a este desenvolvimento e às dificuldades decorrentes da distância que a separava de Curitiba, foi solicitada sua elevação à categoria de Vila, o que ocorreu em 20 de janeiro de 1789.⁸⁴

No sub-núcleo de Castro, os fazendeiros exerciam o mando político, mesmo após a criação da 5ª Comarca de São Paulo, com sede em Curitiba (29.11.1832).

A dependência de Castro em relação à São Paulo e Sorocaba confirma-se através dos laços resultantes das atividades econômicas desenvolvidas com o comércio de gado. O tropeirismo esteve presente na região, desde a instalação das primeiras sesmarias. Portanto, Castro estava socialmente ligada a São Paulo por vínculos de parentesco, e mantinha estreitos laços econômicos com Sorocaba, para onde enviava as tropas de gado muar, trazidas do Rio Grande do Sul. Mesmo nas questões político-administrativas, eram mais importantes ou influentes, as relações dos castrenses com São Paulo do que com Curitiba que, enquanto cabeça de Comarca, pouco poder e autonomia tinha para administrá-la.

⁸³ SANTOS, C.R.A.dos. Arquivos da Cidade de Castro. Curitiba, Boletim do Departamento de História - UFPR, nº 16, 1972, p.5.

⁸⁴ SANTOS, C.R.A.dos. Arquivos.... p.5-6.

Em relação à Curitiba, os laços sócio-econômicos eram bastante tênues. No período da 5.^a Comarca, observa-se, pela Bibliografia, que eram frequentes as queixas relativas ao abandono em que ficava a região de Castro, por não ter comunicação frequente com Curitiba, considerando-se a distância que as separavam. Foi sugerido, inclusive, que Castro deveria ser cabeça da 5.^a Comarca pela sua localização e facilidade de comunicação com São Paulo. Neste período, Castro era praticamente independente de Curitiba.

Enquanto Castro se constitui em centro com individualidade própria, lentamente, pelo desenvolvimento de outras atividades econômicas além do tropeirismo, também passa a depender mais concretamente, nas questões político-administrativas, de Curitiba, quando esta torna-se Capital da Província. Esta mudança resulta da maior articulação entre os diversos centros sociais e produtores da Província.

Conclui-se que Castro não faz parte dos sub-núcleos resultantes da expansão do centro social de Curitiba, mas sim, da expansão da célula fundamental paulista, constituindo-se, a exemplo da Capital, num centro social de irradiação para o surgimento de outras povoações como Tibagi, Jaguariaíva e Pirai do Sul, além de contribuir para o povoamento de Guarapuava e Palmas.

As questões levantadas neste capítulo mereceriam um estudo pormenorizado, que pudesse explicar por exemplo: - a dinâmica dos diversos conflitos sociais; - as divergências dos dados referentes à população de Castro;* - e, a questão do modelo, discutida em alguns aspectos, requer maior aprofundamento.

* Quanto à população de Castro, será certamente valiosa a contribuição de: PINTO, Elizabete Alves. População de Castro a partir das listas nominativas de habitantes: 1800-1830. Tese de Doutorado em andamento.

5 - CARACTERIZAÇÃO DOS IMÓVEIS E DA ESTRUTURA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTRO

Este capítulo tem por objetivo apresentar a configuração da estrutura agrária da região de Castro, na segunda metade do século XIX, basicamente, a partir dos Registros de Terras. Portanto, a análise baseou-se, principalmente, nos gráficos representados pelo Fichário-imagem.

5.1 - Os imóveis de Castro no período de 1854-1856.

Poucos elementos puderam ser analisados, neste período, pois os Registros de Terras da primeira fase são incompletos, conforme observou-se anteriormente. Não foi possível a caracterização detalhada da atividade econômica da região, ou das benfeitorias existentes nos imóveis.

A área dos imóveis também não foi indicada, salvo exceções que permitem identificar a existência de imóveis Pequenos, Grandes e Muito Grandes.

Embora não se possa oferecer uma visão ampla acerca da estrutura fundiária, neste período — a partir dos documentos consultados — pôde-se analisar os dados referentes ao tipo do imóvel, origem e número de ocupantes, verificando a existência ou não, de correlação entre eles.

O tipo ou denominação do imóvel, em grande parte, não foi

especificado. Estes, foram classificados sob a denominação parte de terras, e representam aproximadamente 75% dos imóveis. Em segundo lugar, aparecem os sítios, embora em proporção bem menor. As fazendas são poucas, e as chácaras, apenas duas, conforme se pode observar no gráfico 3.

A forma de aquisição dos imóveis, aqui denominada de origem, foi, predominantemente, a compra e a herança, embora as adquiridos por posse sejam em número bastante significativo, conforme gráfico 4 (A e B).

Pode parecer paradoxal que, num período caracterizado essencialmente pelos apossamentos, observe-se grande incidência de imóveis originados da compra e herança. A explicação para este fato é que o imóvel obtido por posse, era vendido ou herdado, como se já se constituísse em propriedade legal.

Aproximadamente 75% dos imóveis têm apenas um ocupante. Deve-se considerar que, em geral, este ocupante representa, no mínimo, a "cabeça do casal", o que significa dizer que a referência a um ocupante corresponde, em geral, a uma família. Gráfico 5.

As partes de terras, em sua maioria, têm apenas um ocupante e originaram-se por compra, herança e posse, principalmente. Gráfico 3(A)

Parte significativa destes imóveis têm dois ocupantes e originaram-se da herança e da compra. As partes de terras com três ou mais ocupantes, também provêm, essencialmente, da herança e da compra, conforme gráfico 3 (B e C).

Os sítios têm, em sua maioria, apenas um ocupante. Destes, grande parte originou-se por compra, posse e herança, enquanto outros por doação. Alguns sítios têm três ou mais ocupantes, sendo que destes, todos originaram-se de herança, ou herança e

compra, simultaneamente. Gráfico 3 (D)

As poucas fazendas têm apenas um ocupante em cada uma, e, quase todas, foram adquiridas por compra. Gráfico 3 (E).

As chácaras têm três ou mais ocupantes e originaram-se de herança e compra. Gráfico 3 (F).

Alguns imóveis originaram-se por herança/compra; herança/posse; compra/posse; posse/doação; compra/doação; herança/posse/doação, simultaneamente. Isto significa, por exemplo, que o ocupante declara uma terra, onde parte corresponde à herança e parte à uma compra feita a outro herdeiro, ou até mesmo a um terceiro.

Percebe-se que não há correlação entre o tipo do imóvel e o número de ocupantes, ou entre o tipo do imóvel e sua origem. Por outro lado, observa-se alguma correlação entre a origem do imóvel e o número de ocupantes.

O Gráfico 5 (A), mostra, entre os imóveis com dois e três ou mais ocupantes, o predomínio das heranças. Nos imóveis com um ocupante, os adquiridos por herança são minoria em relação às compras e posses. Gráfico 5 (B).

Esta correlação demonstra o fenômeno do parcelamento dos imóveis pelo sistema de heranças e a tendência dos herdeiros, em permanecer juntos, utilizando-se do imóvel como um todo.

5.2 - A concentração da "propriedade" e o uso da terra no período de 1893-96.

5.2.1 - A "Propriedade da Terra"

Procura-se, neste item, demonstrar a hipótese acerca da concentração da propriedade da terra na região de Castro.

Nos registros de terras desta segunda fase, mais de 50% dos imóveis têm a área indeterminada (226 imóveis). Pôde-se trabalhar com a variável área, no restante dos imóveis, estabelecendo-se algumas correlações.

Para os imóveis de área indeterminada foram trabalhadas as variáveis: tipo do imóvel, origem, número de ocupantes, benfeitorias e atividade econômica.

Os imóveis classificados são, em sua maioria, pequenos e mini, portanto, com uma área de até 500 hectares. Em proporção bem menor aparecem os médios e muito grandes. São raros os imóveis grandes. Gráfico 6

A concentração dos imóveis nas mãos de poucos ocupantes, pode ser claramente percebida através das representações gráficas de números 7 e 8. Entre os imóveis com um ocupante, aparecem em grande proporção, os classificados como Mini e Pequenos. Nos imóveis com dois ocupantes, predominam os Pequenos, assim como nos imóveis com três ou mais ocupantes. Gráfico 8.

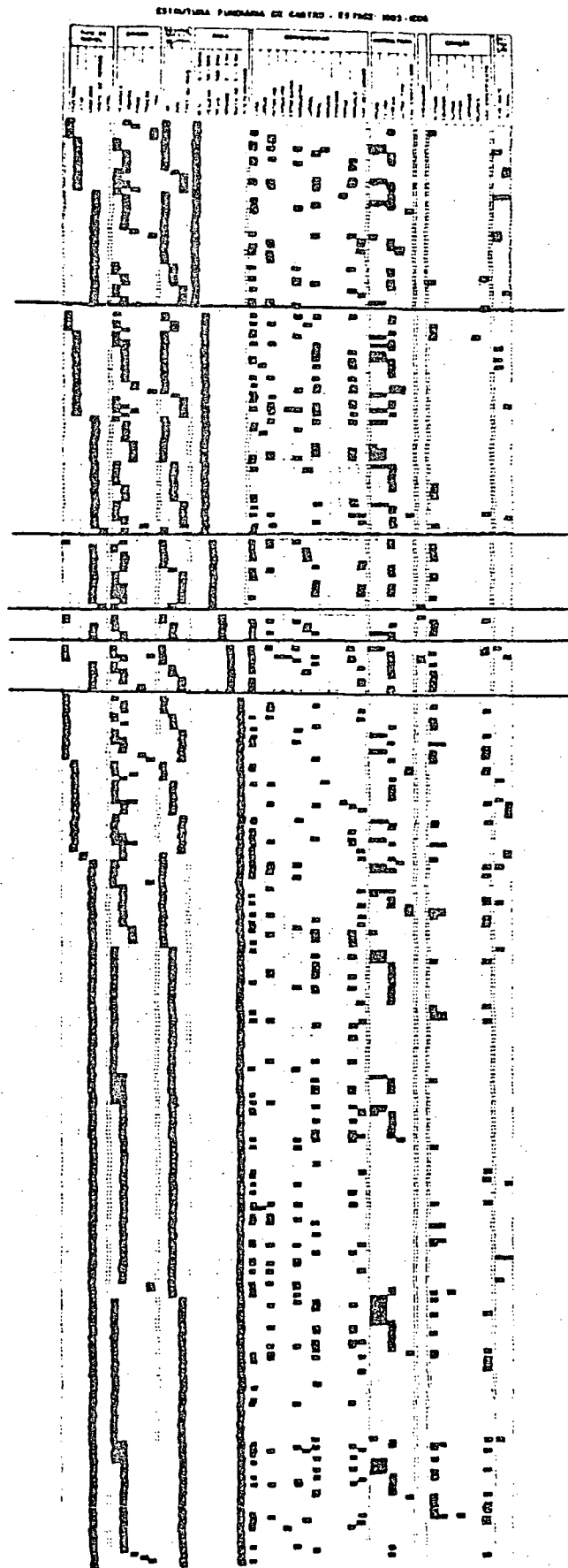
Se as comparações forem feitas na vertical, entre os gráficos desta representação, pode-se verificar que os mini-imóveis têm principalmente um ocupante, enquanto os imóveis com dois ocupantes são em número um pouco maior que os que têm três e/ou mais ocupantes. A mesma tendência se verifica para os imóveis peque-

Gráfico 6 - Classificação dos imóveis, segundo a área - segunda fase

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE CASTRO - 2ª FASE: 1893 - 1896

TIPO DO IMÓVEL	FAZENDA	ORIGEM	PROPRIE- TÁRIO/ OCUPAN- TE	ÁREA	BENEFÍCIARIAS										AGRICULTURA			CRIAÇÃO					EX- TRA- ÇÃO																							
	CHACARA				HERANÇA	COMPRA	POSSE	DOAÇÃO	OUTRA	UM	DOIS	TRES OU MAIS	MINI : 0 - 50ha	PEQUENO : 50 - 500	MÉDIO : 500-2mil	GRANDE : 2 - 5mil	MUITO GO: 5 - 15 mil	INDETERMINADO	CASA	CARIJO	POTREIRO	CHIQUEIRO	ESTREBARIA	MANGUEIRA	CURRAL	PAIOL	RANCHO	ENGENHO	FORNO	MONJLO	NÃO DECLARADO	MILHO	FELIJO	CEREAIS	OUTRO TIPO	NÃO ESPECIFICADO	INVERNAGEM	BOVINOS	EQUINOS	SUINOS	OVINOS	CAPRINOS	MUARES	NÃO ESPECIFICADO	ERVA-MATE	CALÇARIO
	PARTE DE TERRAS				OUTRO	HERANÇA	COMPRA	POSSE	DOAÇÃO	OUTRA	UM	DOIS	TRES OU MAIS	MINI : 0 - 50ha	PEQUENO : 50 - 500	MÉDIO : 500-2mil	GRANDE : 2 - 5mil	MUITO GO: 5 - 15 mil	INDETERMINADO	CASA	CARIJO	POTREIRO	CHIQUEIRO	ESTREBARIA	MANGUEIRA	CURRAL	PAIOL	RANCHO	ENGENHO	FORNO	MONJLO	NÃO DECLARADO	MILHO	FELIJO	CEREAIS	OUTRO TIPO	NÃO ESPECIFICADO	INVERNAGEM	BOVINOS	EQUINOS	SUINOS	OVINOS	CAPRINOS	MUARES	NÃO ESPECIFICADO	ERVA-MATE

Matriz do fichário-imagem - 2.ª fase



Fonte: DAMI - Registros de Terras.

QUANTIDADE DE IMÓVEIS SEGUNDO TAMANHO E ÁREAS TOTAIS

REGIÃO DE CASTRO 1893 / 96

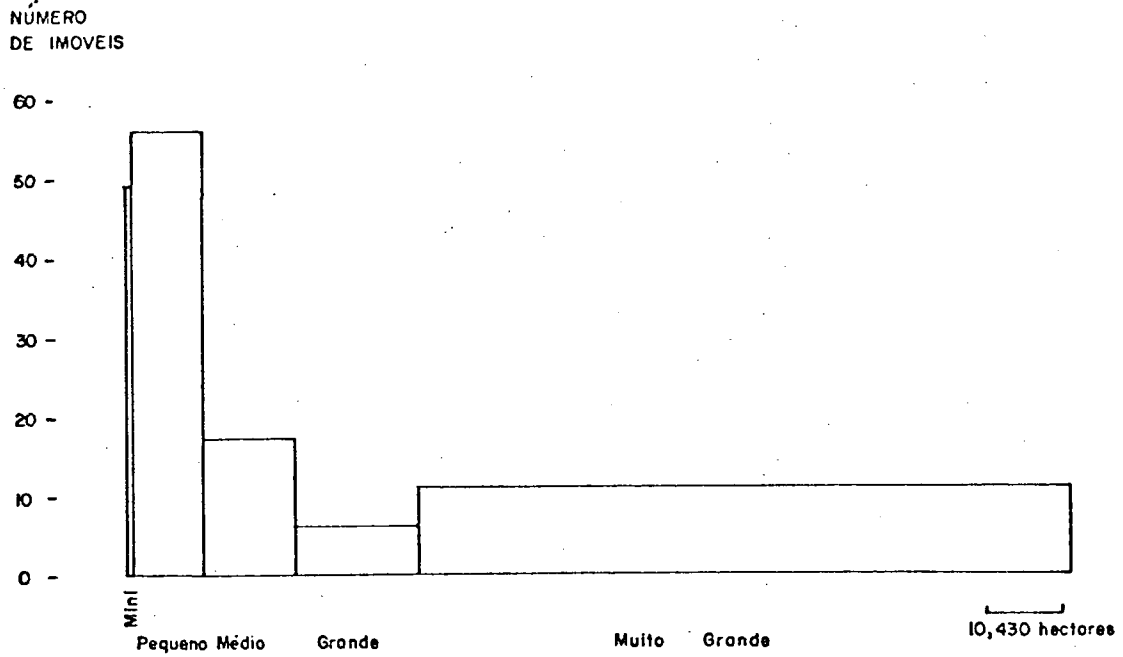
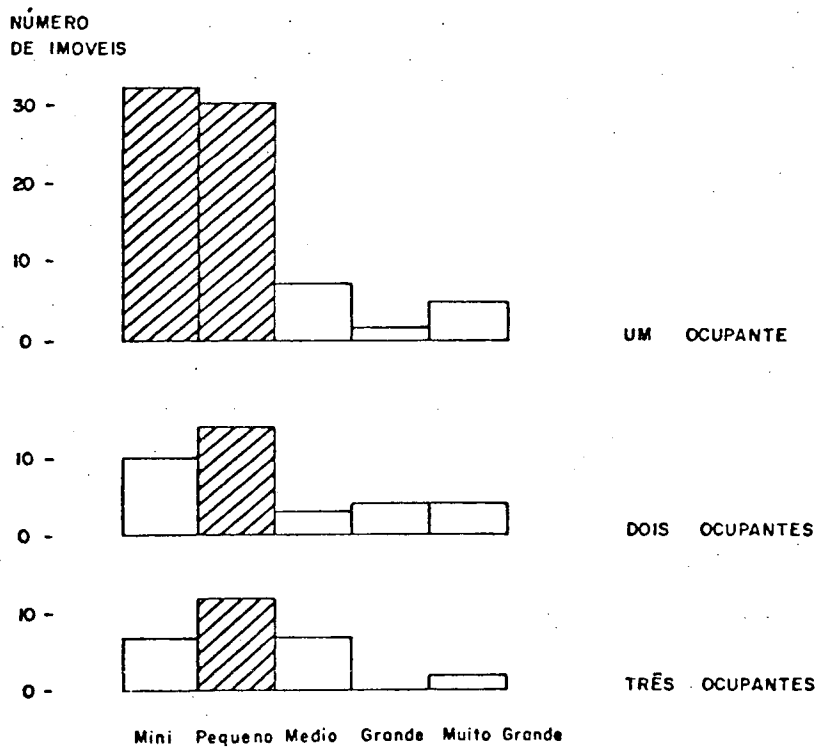


GRÁFICO 8

IMÓVEIS SEGUNDO O NÚMERO DE OCUPANTES - REGIÃO DE CASTRO 1893 / 96



nos, embora proporcionalmente, a participação dos imóveis com dois e três ou mais ocupantes seja maior.

Nos imóveis médios verifica-se a existência, nas mesmas proporções, de imóveis com um e, três ou mais ocupantes. Os imóveis médios com dois ocupantes são poucos.

Entre os imóveis grandes, a maior parte tem dois ocupantes, e o restante apenas um, não havendo nenhum com três e mais ocupantes.

Os imóveis muito grandes têm principalmente um ocupante e o número de imóveis decresce à medida que aumenta o número de ocupantes.

A tendência geral, exceto nos imóveis grandes, é o predomínio dos imóveis com um ocupante.

A evidência do monopólio de grandes áreas por poucos ocupantes, mostra-se de forma absoluta no gráfico 7, comprovando a hipótese da concentração da terra na região de Castro.*

A área correspondente a 49 mini-imóveis é de 1.043 hectares, enquanto os 56 pequenos ocupam uma área de 9.572 hectares. No extremo oposto, aparecem 6 imóveis grandes com 17.150 hectares ao todo, e 11 imóveis muito grandes com uma área total de 88.748 hectares.

Somando-se a área compreendida pelos 122 imóveis dos três primeiros estratos (Mini, Pequenos e Médios), obtém-se 23.493 hectares, enquanto que para os 17 imóveis dos dois últimos estratos (Grandes e Muito Grandes), obtém-se 105.898 hectares. Em relação ao total de imóveis, os classificados nos três primeiros

* As tabelas que deram origem aos gráficos 7 e 8, constam dos anexos desta dissertação.

estratos representam 33,42%, e sua área 18,16% da área total determinada. Os grandes e muito grandes representam 4,65% do total de imóveis, ocupando uma área de 81,84% em relação à total determinada.

Embora 61,93% dos imóveis não tenham sua área determinada, a fidedignidade da amostra permite afirmar que a concentração da terra é um fato, também nestes imóveis, pois a pesquisa revela as tendências globais.

Verificando-se a correlação entre origem do imóvel e número de ocupantes, observa-se que entre os imóveis adquiridos por herança, grande parte tem três e dois ocupantes, sendo poucos os que têm somente um ocupante. O mesmo se observa para os imóveis que foram adquiridos por herança/compra, simultaneamente. Gráfico 9 (A e B).

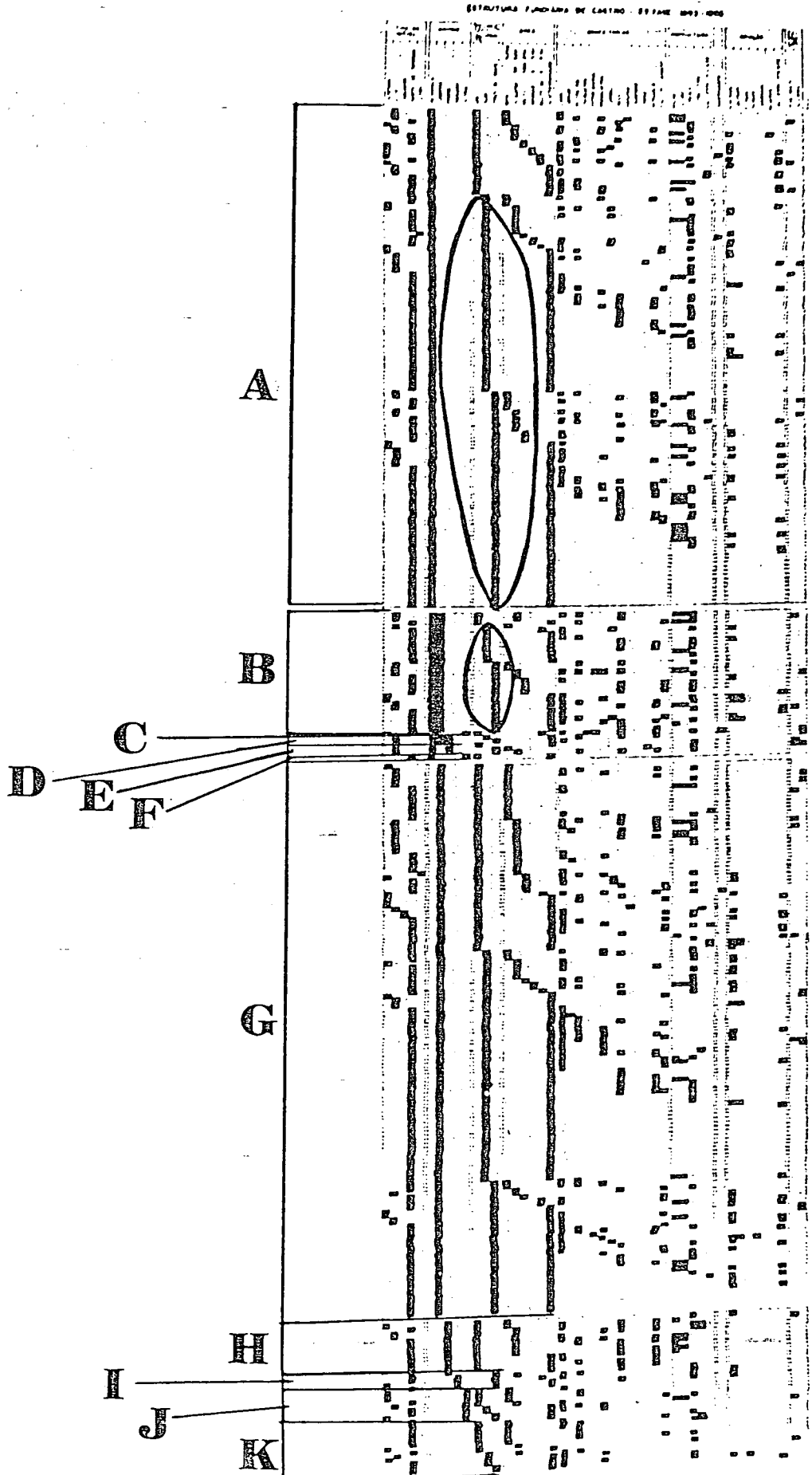
Quanto aos imóveis adquiridos por compra, a grande maioria tem dois ocupantes, mas, quase na mesma proporção aparecem os imóveis com apenas um. Os imóveis com três ocupantes são em menor número, mas, com participação significativa. Gráfico 9 (G)

Os imóveis adquiridos por posse são poucos, e têm apenas um ocupante. O número de doações é insignificante e têm todos, três ou mais ocupantes. Gráfico 9 (H e I).

Alguns imóveis registram outra origem, e têm um, dois e três ocupantes. Outros, ainda, não indicam a forma de aquisição. Gráfico 9 (J e K).

Também nesta fase se estabelece a correlação entre as variáveis origem e número de ocupantes, principalmente quanto às heranças, confirmando mais uma vez o fracionamento dos imóveis entre membros da família. Por outro lado, se o ocupante declara que tem terras em comum e/ou pró-indivisas com outros herdeiros

Gráfico 9 - Imóveis segundo origem e número de ocupantes - segunda fase



Fonte: DAMI - Registros de Terras.

ros, o fracionamento não se deu efetivamente, permanecendo concentrado o imóvel.

O fato de se manter a unidade do imóvel, pode ser explicado pelas necessidades decorrentes da pecuária extensiva, característica da época. Ou seja, era preferível permanecer juntos, plantando e criando gado em comum, para não inviabilizar a atividade econômica.

Geralmente, a área dos imóveis não estava medida ou demarcada, outras vezes não era declarada por estar pró-indiviso e/ou em comum. A razão da não medição e/ou demarcação era a dificuldade e o alto custo na realização do trabalho, que requeria um especialista em agrimensura.

Os imóveis obtidos parte por herança e parte por compra, podem significar a necessidade de ampliar novamente o imóvel fracionado, através da compra das partes de outros herdeiros ou de terras próximas, pertencentes a terceiros.

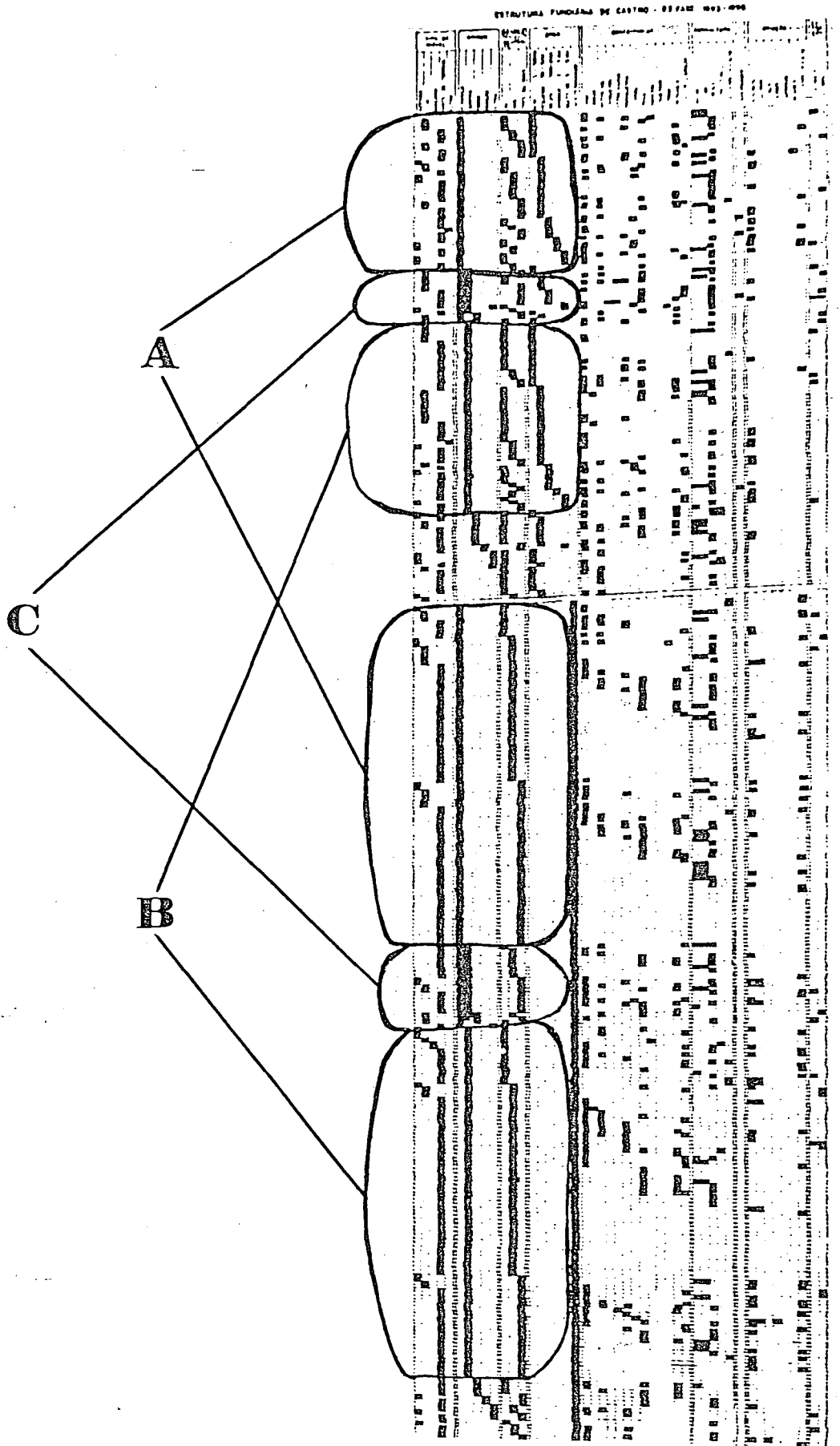
O parcelamento dos imóveis fica claro também quando se analisa o gráfico 10, onde se observa que os imóveis obtidos por herança são classificados, predominantemente, nos estratos pequeno e mini, e têm como já foi observado, dois ou mais ocupantes (A).

Os imóveis adquiridos por compra são, em sua maioria, pequenos e mini. Destes, quase todos têm apenas um ocupante, embora constem alguns com dois e três ou mais (B).

Os imóveis de área indeterminada têm, aproximadamente, a mesma distribuição dos anteriormente citados, quanto à origem. Predominam as heranças e compras com dois e três ou mais ocupantes e são denominados partes de terras, em sua maioria. (A e B).

Uma parte pequena, mas significativa de imóveis, foi ad-

Gráfico 10 -- Imóveis segundo origem e área - segunda fase



Fonte: DAMI - Registros de Terras.

quirida simultaneamente por herança/compra, e têm, quase todos, dois e três ou mais ocupantes. Existem outras indicações como herança/compra/posse; herança/posse; herança/outra origem. (C).

Apenas alguns imóveis, foram adquiridos por posse, doação, outra origem, ou origem não declarada. Destes, quase todos têm dois e três ou mais ocupantes, exceto as posses que têm apenas um.

5.2.2 - As atividades agro-pastoris na região de Castro

A organização do trabalho e a vida dos habitantes dos Campos Gerais baseava-se na criação do gado solto. Para esta criação, assim como para a lavoura de subsistência, o fazendeiro contava com os escravos e os agregados. Havia simplicidade e monotonia na vida da fazenda.

As propriedades, nesta região, eram de certa forma auto-suficientes, como fala Brasil Pinheiro Machado:

Na economia quase auto-suficiente das fazendas, o trabalho fundamental era, necessariamente, o da produção de alimentos, que consistiam basicamente em carne de porco, milho, feijão, mandioca e arroz. Eram os artigos de subsistência.⁸⁵

Além desta economia de subsistência, nas fazendas dos Campos Gerais, plantava-se algodão, preparava-se a erva-mate e criava-se gado bovino. A maioria das propriedades tinha instalações simples.

Havia outros imóveis rurais na região, além das fazendas.

⁸⁵ MACHADO, B.P. Formação da.... p.12.

Eram os sítios, unidades produtivas de retaguarda das fazendas, na fase do tropeirismo. Aos que não tinham recursos para dedicar-se à agricultura de exportação ou condições para organizar a exploração das minas, a pecuária apresentava-se como a melhor opção.

O tropeirismo — pelas perspectivas de lucro e aventuras — atrai os fazendeiros para fora de suas fazendas.

O contato do fazendeiro com a feira de Sorocaba, como tropeiro, transforma sua vida e proporciona oportunidade para a compra de quinquilharias e artigos importados de alto custo.

A invernação estava estreitamente ligada ao tropeirismo, constituindo-se, em 1860, no principal negócio da Província, ocupando grande parte dos campos.

Entre outros fatores, a queda dos negócios de tropas está associada à diminuição da procura, pois a estrada-de-ferro substitui aos poucos o trabalho antes realizado por bestas. Ainda, as grandes despesas dos tropeiros com o transporte de animais através de péssimos caminhos, contribui para desestimulá-los.

O comércio de tropas e a invernação, assinalaram uma fase importante da história do Paraná, que começa a mudar em 1876, aproximadamente.

No último quartel do século XIX, os fazendeiros dos Campos Gerais voltam a criar gado. Os tropeiros procuram estabelecer suas fazendas, aproveitando as vantagens destes campos para a criação e engorda de animais.

A criação de gado vacum, entre outros, desenvolve-se amplamente em Castro, apesar das dificuldades representadas pela concorrência com o gado de São Paulo; a baixa renda da propriedade; o aumento do número de famílias fazendeiras; e o final da

ocupação das terras de campo.

O gado criado nestes campos era suficiente para abastecer toda a Província e exportar para São Paulo, apesar da criação não ser intensiva, conforme indica um dos Relatórios de Presidentes da Província. Há referências também, ao abandono em que ficara a criação do gado na fase anterior, e, à sua baixa qualidade.

Percorrendo os Campos Geraes, de que se tem feito tão bellas descripções, sempre áquem da realidade, notei que a criação do gado ali não corresponde a grande extensão e riqueza dos pastos; rara vez se encontra uma pequena ponta de gado; fazendas de três a quatro léguas de magníficos campos, contêm apenas 600 a 800 rezes.⁸⁶

Visando incentivar o desenvolvimento da criação de gado, o Governo promoveu o estabelecimento das charqueadas, preparando a carne para a exportação.⁸⁷

Procura-se, neste item, a confirmação do que foi descrito anteriormente, bem como demonstrar a correlação entre o tipo ou denominação do imóvel e seu tamanho e a atividade econômica característica de cada tipo de imóvel.

Os imóveis são: fazenda, sítio, chácara, parte de terras e outros. As partes de terras predominam tanto no geral, quanto em cada estrato de área em particular, mas aparecem principalmente entre os imóveis de área indeterminada.

⁸⁶ PARANÁ. Governo. 1876. (Lins). Relatório apresentado à (...) pelo Exmº Presidente da Província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins, no dia 15 de fevereiro de 1876. Curitiba, Typ. Paranaense, 1876. p.116. Rolo nº 5. Microfilme.

⁸⁷ PARANÁ. Governo. 1884. (Bello). Relatório apresentado (...) pelo Presidente da Província do Paraná Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, no dia 22 de agosto de 1884. p. 28. Rolo nº 6. Microfilme.

Os sítios estão em segundo lugar, e classificam-se nos estratos pequeno e mini, aparecendo também entre os imóveis de área indeterminada. Gráfico 11 (A). Não há sítios médios, grandes ou muito grandes.

Existe correlação entre tamanho e tipo do imóvel. Os sítios são, conforme se observou, imóveis relativamente pequenos, cuja área não ultrapassa 500 hectares.

Os pequenos e mini-imóveis podem ser caracterizados, entre outros fatores, pela atividade econômica predominantemente agrícola. Cultiva-se, principalmente, cereais e milho/feijão. Estes produtos são característicos dos sítios e partes de terras. Gráficos 12 (A) e 13 (A e B).

Mais de 50% dos mini-imóveis e cerca de 70% dos pequenos imóveis, são aproveitados economicamente com atividades de subsistência.

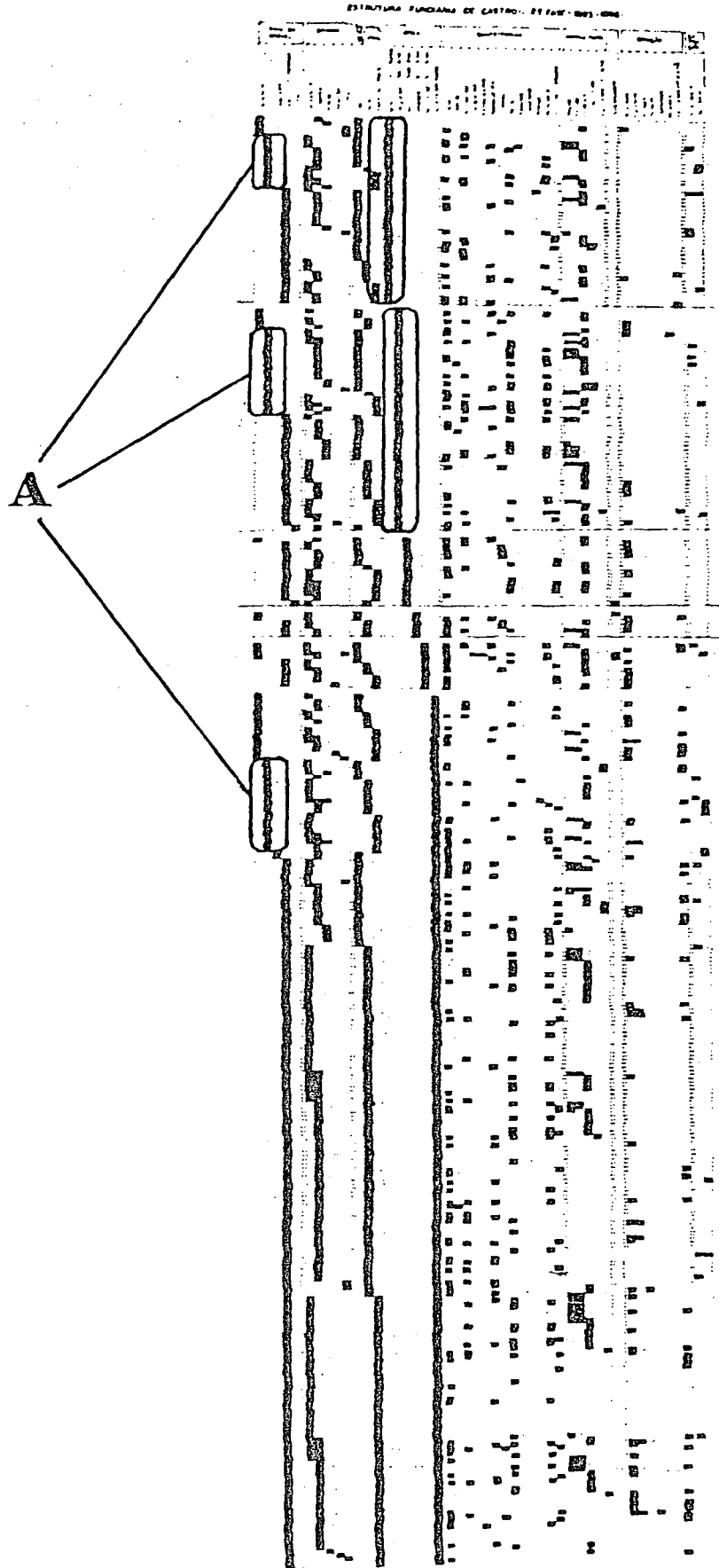
As partes de terras de área determinada que têm por base a agricultura de subsistência, representam aproximadamente 60% e as de área indeterminada, 40%.

É provável que os sítios e partes de terras de área indeterminada, onde se produz para a subsistência, possam ser classificados, também, entre os mini e pequenos imóveis.

O milho era indicado, algumas vezes, separado dos demais cereais e, quase sempre, associado ao feijão, por isso procurou-se manter as indicações dos próprios declarantes. É possível que nos imóveis em que constava apenas o cultivo de cereais, estivesse presente, o milho.

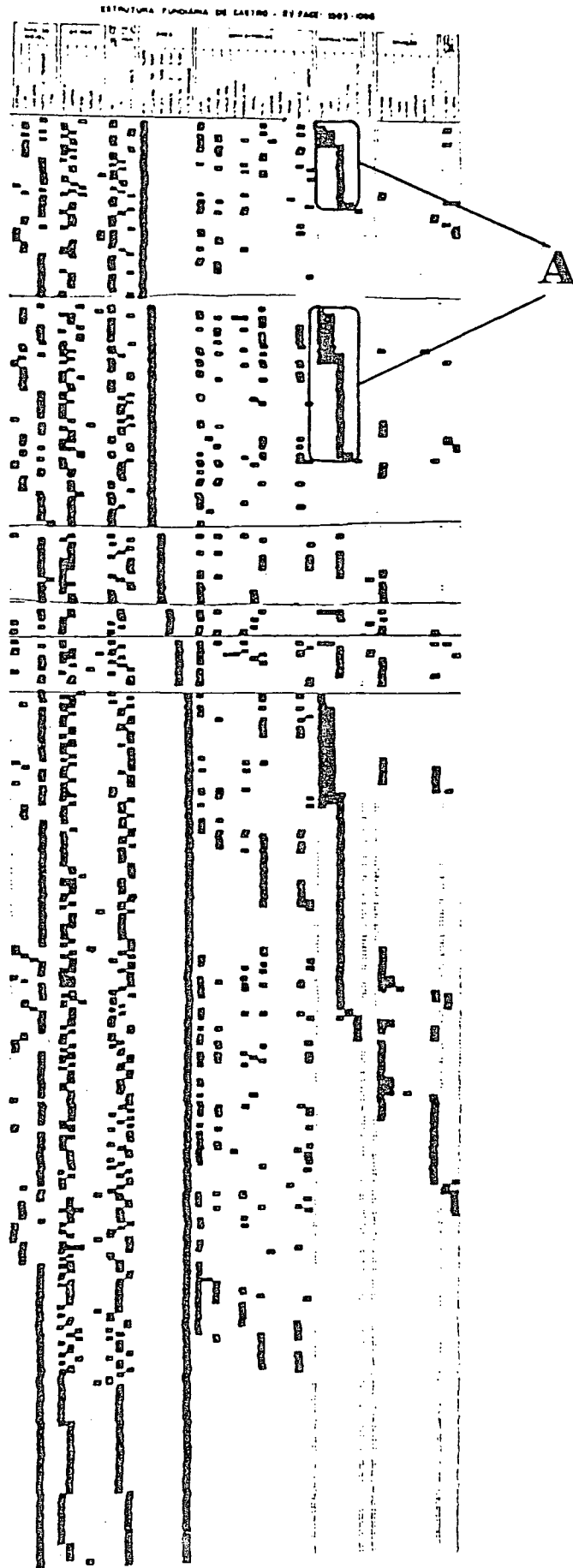
Nos mini e pequenos sítios, portanto, cultivava-se cereais, às vezes associados à extração de erva-mate e calcário. A associação milho/feijão, em alguns imóveis era acompanhada da ex-

Gráfico 11 - Classificação segundo área e tipo de imóvel - segunda fase.



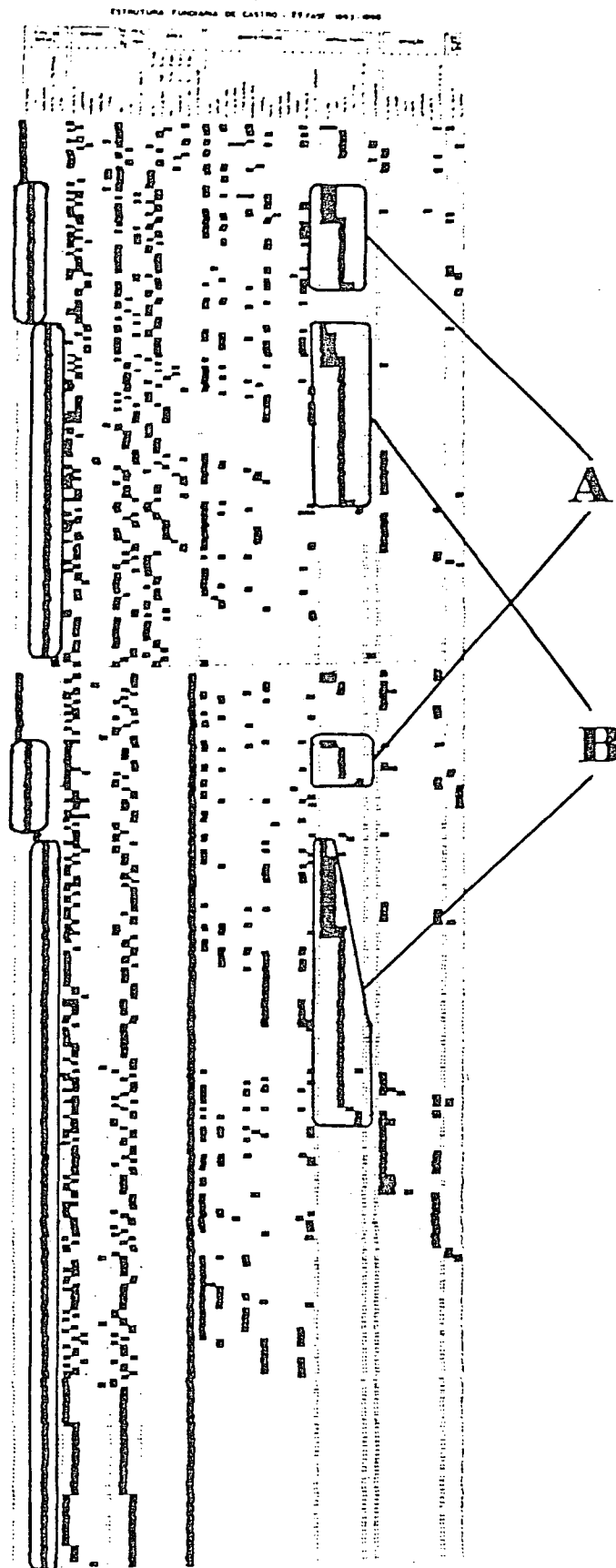
Fonte: DAMI - Registros de Terras.

Gráfico 12 - Classificação dos imóveis segundo a área e a atividade econômica - segunda fase.



Fonte: DAMI - Registros de Terras.

Gráfico 13 - Atividade econômica, segundo o tipo do imóvel - segunda fase.



Fonte: DAMI - Registros de Terras.

tração da erva-mate. Nos pequenos sítios, além das atividades mencionadas, aparecem outros tipos de agricultura e a criação de gado, especialmente bovinos e muares. Gráfico 14 (A).

Do exposto, conclui-se que, nos imóveis denominados sítios e partes de terras, praticava-se a agricultura de subsistência, ficando a criação e o extrativismo para os imóveis maiores, cujos proprietários pudessem dispender mais recursos.

Quanto às benfeitorias, elas constam na maior parte dos imóveis em cada um dos estratos. As mais comuns são casa e paiol, embora sejam freqüentes os poteiros, mangueiras e monjolos. Gráfico 15.

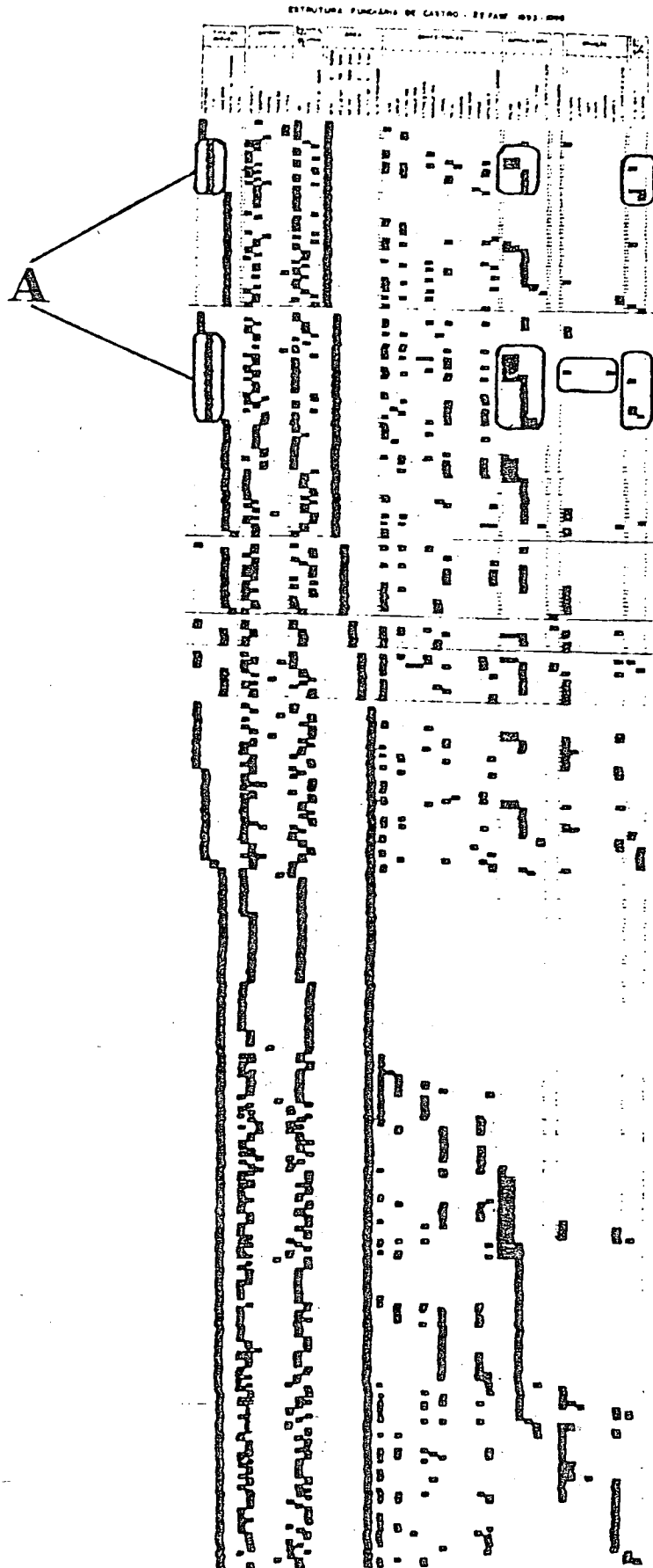
Nos mini e pequenos imóveis onde há algum tipo de atividade econômica, especialmente agrícola, há também alguma benfeitoria. Naqueles em que estas não estão presentes, não aparece a criação e o extrativismo, atividades não características destes estratos.

Entre os mini e pequenos imóveis, aproximadamente 40% possuem casa. Nos mini, as outras benfeitorias são, por ordem de importância os poteiros, mangueiras, monjolos e paióis. Ainda rancho, forno e outras benfeitorias não especificadas. Nos pequenos imóveis, além das casas, aparecem, com freqüência, os paióis, monjolos e poteiros. Ainda, as mangueiras, currais, carijos, estrebarias e outras benfeitorias.

Quase metade dos sítios possuem casa. Na mesma proporção, encontra-se a indicação de paióis e monjolos, e ainda, com grande freqüência, os poteiros e mangueiras. Gráfico 16. Em menor número, e em apenas alguns sítios, aparecem os carijos, estrebarias, ranchos, fornos e benfeitorias não especificadas. Gráfico 16.

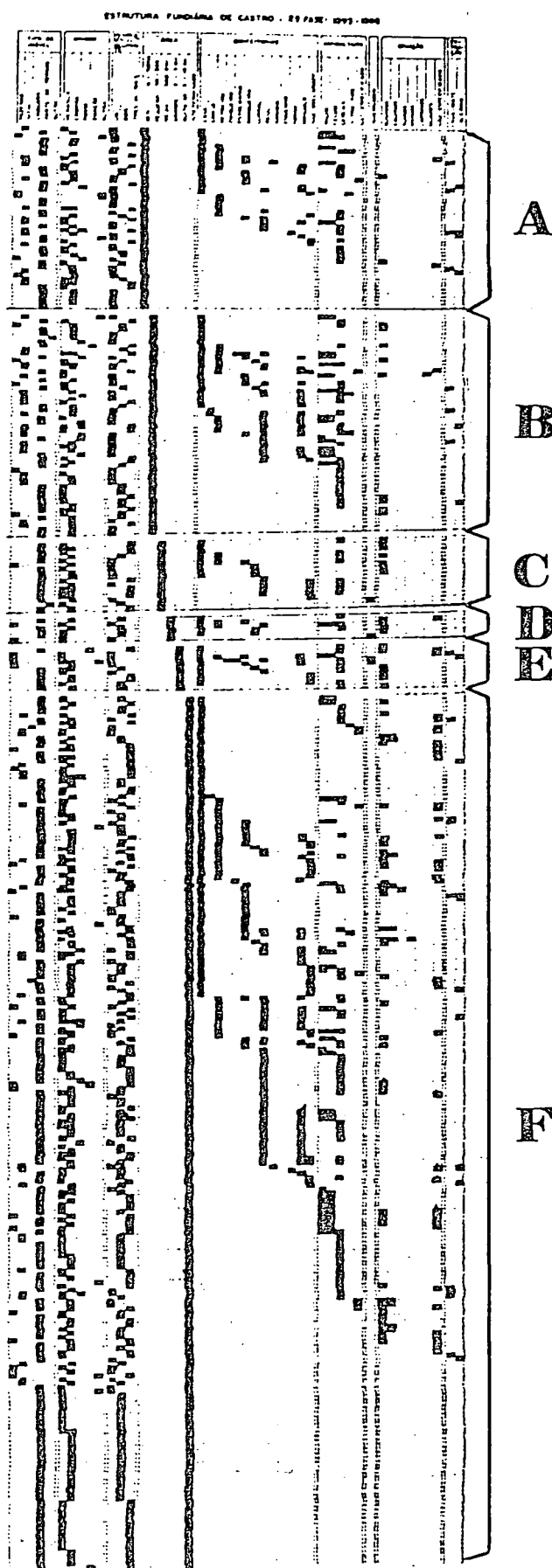
Feita a caracterização dos mini e pequenos imóveis, pas-

Gráfico 14 - Atividade econômica e tipo de imóvel, segundo os estratos de área - segunda fase.



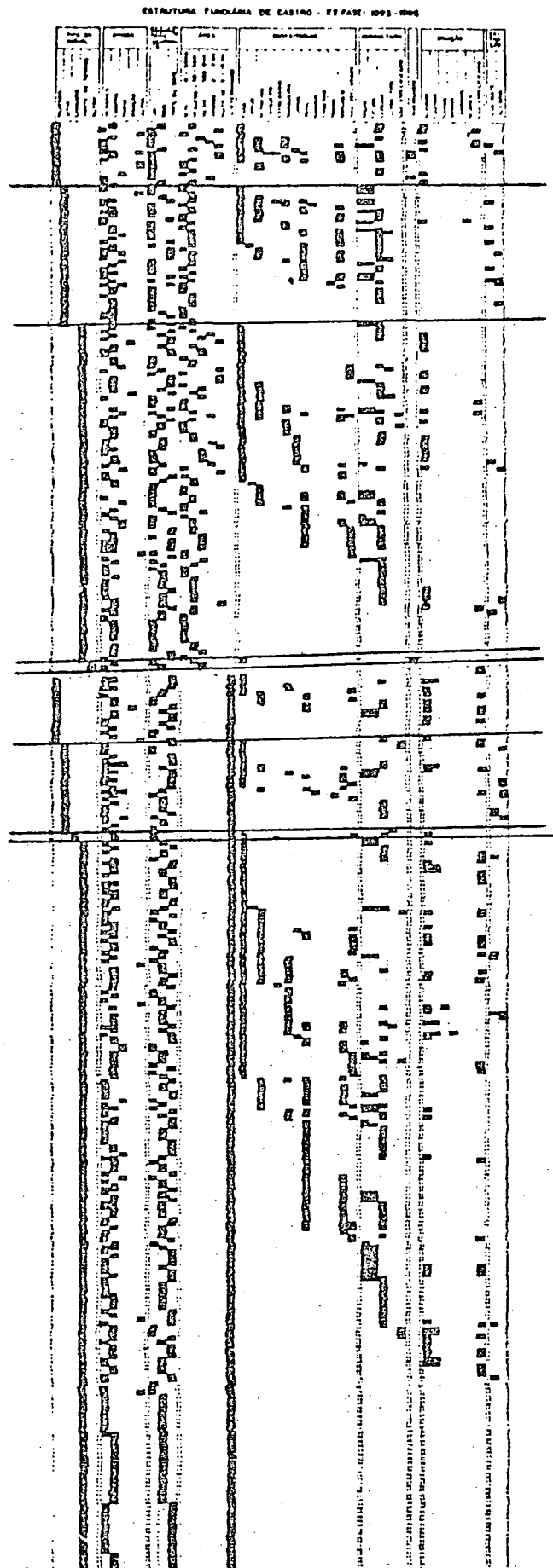
Fonte: DAMI - Registros de Terras.

Gráfico 15 - Benfeitorias segundo a área dos imóveis - segunda fase.



Fonte: DAMI - Registros de Terras.

Gráfico 16 - Benfeitorias segundo o tipo do imóvel - segunda fase

Fonte: DAMI - Registros de Terras.

sa-se à caracterização dos demais.

Nos imóveis médios, constam os cereais, a invernação e a criação de bovinos, sendo que a agricultura e a criação aparecem dissociadas. Gráfico 12. As benfeitorias constam em quase todos os imóveis médios. Mais de 50% destes, têm casas. São também frequentes os paióis, currais e outras benfeitorias não especificadas, além de alguns poteiros e mangueiras. Gráfico 15.

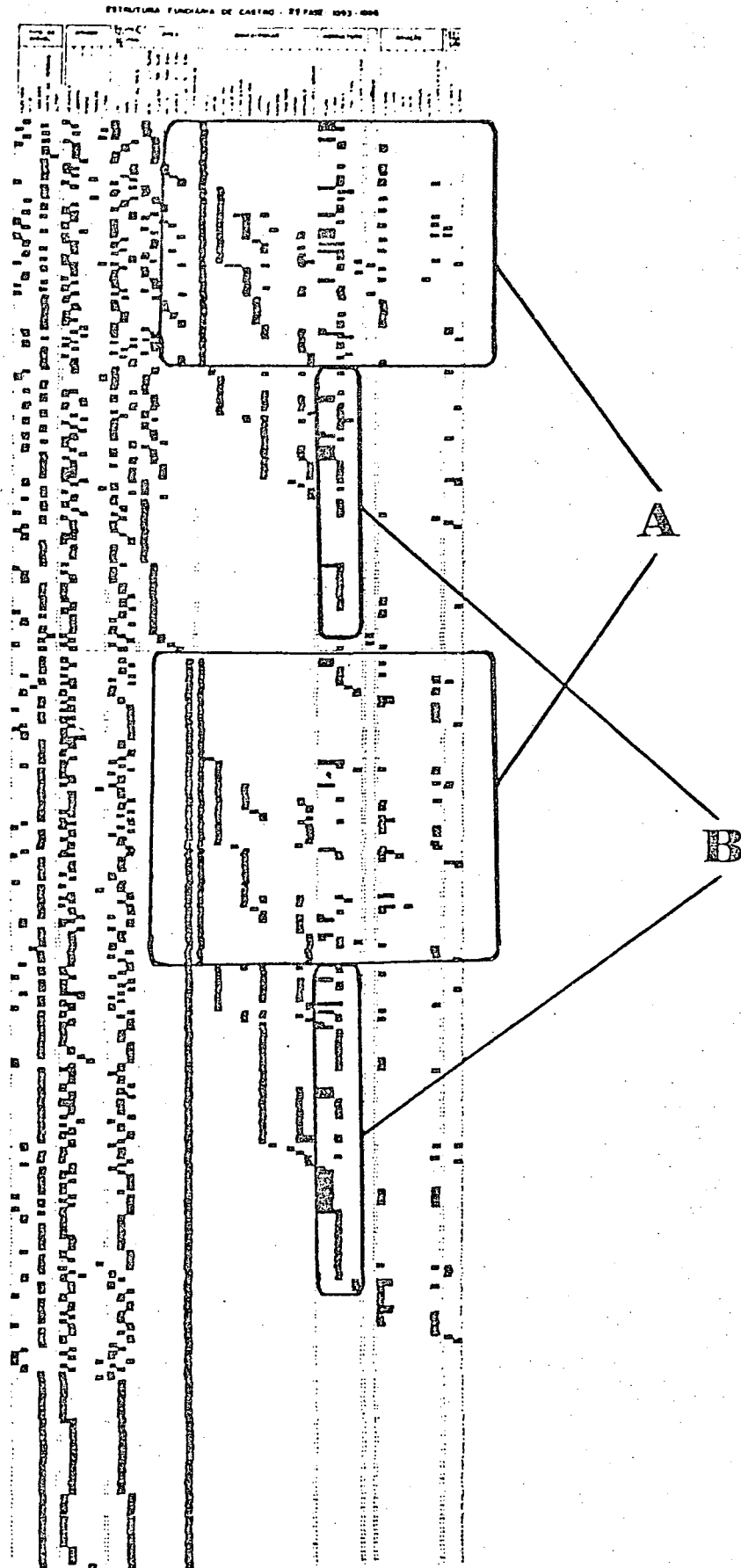
Nos imóveis grandes e muito grandes, há o predomínio da criação do gado e cultivo de cereais. Tem também, a associação milho/feijão, invernação, criação não especificada e extrativismo de erva-mate e calcário. Gráfico 12. Quase todos os imóveis destes estratos, têm casa. Nos muito grandes, aparecem os monjolos e outras benfeitorias não especificadas, em grande quantidade, e, alguns chiqueiros e estrebarias. Tanto nos grandes, quanto nos muito grandes, aparecem outras benfeitorias como poteiros, mangueiras, currais e paióis. Gráfico 15.

Há uma correlação entre a existência ou não de casa e o tipo de atividade econômica dos imóveis. Assim, os imóveis que têm casa, em geral, mantêm algum tipo de criação, enquanto naqueles onde se pratica a agricultura e o extrativismo, não há casas. Esta mesma correlação entre casa e criação, pode ser observada também nos imóveis de área indeterminada. Gráfico 17 (A).

Uma explicação para a correlação mencionada, pode ser o fato de que, os criadores de gado possuíam mais capital, e portanto, condições de fazer uma casa. Os agricultores construíam paióis e ranchos, que muitas vezes lhes serviam também de moradia. Eles constituíam, entre os proprietários de terras, uma camada relativamente pobre.

O Gráfico 17 demonstra que, no grupo de imóveis que têm ca-

Gráfico 17 - Classificação dos imóveis segundo as benfeitorias - segunda fase.



sa, aparecem outras benfeitorias em grande quantidade, como potreiros, mangueiras, monjolos e currais. Com menor freqüência, surgem também os paióis, chiqueiros, estrebarias e outras benfeitorias não especificadas. Com exceção do monjolo e do paiol, as demais são todas benfeitorias ligadas à criação de gado.

Nos imóveis que não têm casas, são mais freqüentes os paióis, seguidos dos potreiros e dos monjolos. Menos freqüentes, são as benfeitorias não especificadas, carijos, mangueiras e fornos. Exceto os potreiros e mangueiras, as demais, são características das atividades agrícolas. Gráfico 17.

Dois exemplos retirados dos Registros de terras permitem demonstrar a correspondência entre tamanho da propriedade, atividade econômica e benfeitorias. O primeiro, refere-se à uma das fazendas do Coronel Indalécio Rodrigues de Macedo. Neste imóvel, classificado como muito grande, cultivava-se milho e feijão, e, embora não estivesse declarado, as evidências permitem inferir que a criação ou a invernagem do gado também se desenvolveram na fazenda durante certo período, já que entre as benfeitorias constam dois potreiros e uma mangueira. Havia também, duas casas, um monjolo, árvores frutíferas e quintal. O segundo exemplo, diz respeito à duas das fazendas do Coronel Sebastião José de Madureira, nas quais cultivava-se cereais e invernava-se gado. Ambos os imóveis foram classificados como muito grandes e tinham como benfeitorias, monjolos, árvores frutíferas, quintais, piquetes e invernadas. Além destas benfeitorias, em uma das fazendas havia três casas, duas estrebarias, paiol, chiqueiro, muros de tijolos e pedras calcárias. A outra tinha uma casa e uma mangueira.

A partir do exposto, confirma-se que os criadores de gado

tinham grandes propriedades — geralmente fazendas com instalações apropriadas às atividades pastoris — onde viviam confortavelmente. Estes fazendeiros, conforme se observou, mantinham plantações de cereis associadas à criação de gado, não só para a subsistência, mas para alimentação do rebanho.

Foi a partir desta camada social — fazendeiros e tropeiros — que se procurou caracterizar uma parcela da sociedade e da economia paranaenses.

6 - RELAÇÕES SOCIAIS: "SENHORES DE TERRAS" E TRABALHADORES

6.1 - Jogo de poder

Pretende-se demonstrar a relação entre poder econômico, prestígio social e poder político, no processo histórico da região de Castro. Com este objetivo, procurou-se alguns exemplos de pessoas ou famílias que, graças ao capital ou ao crédito que possuíam, chegaram a ocupar cargos na administração pública ou receberam títulos e comendas que lhes deram prestígio social.

Por poder econômico entende-se a propriedade, ou posse de terras, escravos, gado ou capital, decorrente do tropeirismo e invernagem, ou ainda, outras atividades econômicas importantes, como a extração da erva-mate, madeira ou minerais. No meio rural, o proprietário de terras ou de gado, tinha mais facilidades para obter financiamentos, conforme observou Victor Nunes Leal.⁸⁸

A expressão prestígio social engloba relações de compadrio, relações paternalistas, onde pessoas que se destacam por seu poder econômico, prestam favores pessoais de toda ordem à comunidade. Estes líderes são, portanto, convidados a participar de solenidades, batizar crianças, emprestam dinheiro, arran-

⁸⁸ LEAL, Victor N. Coronelismo.... p. 24.

jam emprego aos que os procuram, e prestam assistência social. A partir do estabelecimento destes laços, o prestígio social aumenta cada vez mais, o que faz com que o indivíduo seja quase sempre lembrado para ocupar cargos políticos ou para receber homenagens. A opinião destes líderes da comunidade passa a ter um peso muito grande em todas as decisões a serem tomadas, pelos poderes estabelecidos.

O poder político define-se pela ocupação de um cargo na política local, regional ou nacional, através do qual, o indivíduo passa a comandar os destinos da Vila, Cidade, ou Província que representa. A influência política vai além do mandato, quando a pessoa continua ligada a outro político influente, exercendo pressão e trocando favores, transcendendo a ação ao campo social.

Na região de Castro, identificam-se, em dois momentos do mesmo processo histórico, as relações entre os níveis econômico, social e político. A divisão nesses dois momentos, prende-se tão somente a razões de ordem analítica, visando uma ênfase distinta em cada um dos períodos. Assim, o primeiro momento se distingue do segundo, por se referir ao período em que se iniciam o povoamento da região e as concessões de sesmarias. O segundo momento, constitui-se num todo, no sentido de que há uma certa uniformidade ou continuidade, quanto à atividade econômica desenvolvida na região, abrangendo a fase áurea do tropeirismo e toda a fase referente aos Registros de Terras.

O primeiro momento seria, portanto, aquele caracterizado pelo poder dos grandes sesmeiros e primeiros povoadores da região. O segundo, estaria representado pelos tropeiros e invernadores de gado, cuja atividade se desenvolve no decorrer dos séculos XVIII e XIX, bem como pelos seus descendentes. A aná-

lise deste segundo momento, está centralizada nos anos de 1830-1900.

Inseridos neste momento, destacam-se períodos menores como:

1 - 1830-54, período em que funcionou o Registro do Rio Negro, que, com a emancipação política do Paraná, foi transferido para Itapetininga, para onde foram também as rendas da arrecadação dos impostos sobre a passagem de animais. Este período representa uma fase de intensificação do trânsito de tropas, o que se reflete na expressiva arrecadação do Registro do Rio Negro. Os tropeiros tiveram um papel de destaque nesta fase, especialmente no que se refere ao movimento de emancipação política da Província do Paraná. Eles faziam propaganda por meio de folhetos impressos. Atuavam junto às lideranças das Câmaras Municipais, no sentido do envio de Representações ao poder central, em favor das idéias emancipacionistas.

2 - 1854-1900, quando são feitos os Registros de Terras, nos quais se baseia este trabalho. É durante este segundo período, que a atividade tropeira encontra seus limites de expansão. Apesar da menor intensidade da atividade tropeira, a partir de 1876, aqueles que obtiveram grandes lucros, juntamente com suas famílias, puderam desfrutar de uma situação econômica-social privilegiada. Portanto, são os tropeiros, fazendeiros e seus descendentes, os grandes possuidores de terras, e, ao mesmo tempo, as pessoas mais influentes da sociedade.

Através da análise crítica de cada um desses momentos é possível captar as relações sociais que se estabelecem a partir das atividades econômicas e políticas desenvolvidas na comunidade local e regional — atuação dos sesmeiros, tropeiros, criadores e invernadores de gado. A ênfase será dada especialmente ao período que inicia em 1854.

6.1.1 - Os grandes sesmeiros

As sesmarias seriam dadas somente a pessoas que tivessem condições de aproveitá-las economicamente, com objetivo de povoar e colonizar. Esta exigência pressupõe pessoas com capital financeiro suficiente para adquirir gado, escravos, ou, no mínimo, estabelecer benfeitorias para desenvolver a atividade agrícola. Muitas vezes, o titular da sesmaria era representado por um preposto, que se constituía em seu representante legal junto às terras obtidas.

No início, não se limitou o número de sesmarias a serem distribuídas a um mesmo sesmeiro. Portanto, a mesma pessoa poderia obter uma sesmaria em São Paulo, outra em Minas Gerais e outra em Pernambuco. Os que possuíam várias sesmarias eram grandes proprietários, mas, muitos indivíduos que possuíam apenas uma, também o eram, considerando-se a vasta extensão da mesma.

Apesar da exigência de "cultivo e morada habitual", sob pena de perder o direito às terras obtidas por Carta de Sesmaria, as evidências mostram que poucas vezes, as sesmarias não aproveitadas voltaram a ser consideradas terras devolutas e foram redistribuídas. O que ocorreu neste caso, como em tantos outros, foi o distanciamento entre a lei e sua aplicação.

Segundo Raymundo Faoro, se a exigência não fosse cumprida no prazo determinado, a sesmaria era de fato retomada pelo poder público, que a dava a outra pessoa, sem nem mesmo fazer constar na carta, o seu posseiro anterior.⁸⁹ Outros autores porém, dizem

89

FAORO, Raymundo. Os donos.... 2 v.

que muitas vezes, apesar do não cumprimento das exigências legais, as sesmarias permaneciam com seus "donos".

Um dos motivos pelos quais as terras permaneciam improdutivas era o fato de que muitas vezes as solicitações visavam apenas as regalias, prestígio e poder que pudessem proporcionar ao seu titular.⁹⁰ A sesmaria era, neste caso, um meio de ascensão social e não uma forma de produzir riqueza.

O município de Castro teve seu povoamento iniciado com as sesmarias concedidas a paulistas, especialmente ao clã familiar TAQUES DE ALMEIDA, no início do século XVIII, cujo primeiro representante foi Pedro Taques de Almeida. Transcreve-se a seguir trecho da obra de Marina L. Ritter, baseado no livro de José Pedro Novaes Rosas,⁹¹ para demonstrar a forma como se deu a concentração das terras em mãos de algumas famílias.

Em 1713, José de Gois e Moraes, João Pedroso de Barros e João Gonçalves de Siqueira, seus primos, obtiveram a sesmaria de Carambeí, limite com Bartolomeu Paes de Abreu e Antonio Pinto Guedes. Em 1725 Gois e Moraes recebia a sesmaria (uma légua e meia em quadra) no Tibagi, próximo a Fortaleza. Um ano depois, uma légua em quadra entre as suas fazendas de Carambeí e São Romualdo, e em 1734 meia légua em quadra nos Campos de São João. Procurando ampliar suas propriedades, solicitou mais uma légua e meia em quadra nos Campos de São Francisco, região do Tibagi. Além destas terras dadas em sesmarias, seus cunhados Antonio Pinto Guedes e Bartolomeu Paes de Abreu venderam-lhe suas áreas. O Capitão Gois e Moraes em 1751 arrematou a sesmaria do Capão Alto por 2:000\$000, vendendo-a neste mesmo ano ao Convento do Carmo de São Paulo, pela mesma quantia. Esta fazenda localizava-

⁹⁰ RITTER, Marina L. As sesmarias.... p.33.

⁹¹ ROSAS, José P.N. A fundação.... p.13-4.

se entre os rios Iapô e Maracanã e possuía três sedes: Capão Alto, Cunhaporanga e Vassoural. Os Carmelitas, além das diversas propriedades que possuíam, compraram a fazenda do Fundão, do Sargento-mór Cristóvão Pinheiro França, por 2:000\$000. José de Gois e Moraes, Martinho de Oliveira e Antonio Pinto Guedes, coletivamente receberam uma légua em quadra entre o rio Pitanguí e Iapô; mais tarde esta área foi vendida a Gois e Moraes. Este último obteve outra sesmaria próximo ao rio Iapô e em 1727 conseguiu mais seis léguas quadradas no rio Sapucaí, São Paulo.⁹²

Percebe-se que José de Goes e Moraes tornou-se um sesmeiro com tantas, ou mais terras que seu pai, Pedro Taques de Almeida. Apesar disto, permaneceu em São Paulo, não chegando a residir na região. As terras de José de Goes e sua família abrangiam as áreas dos atuais municípios de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa. As áreas de terras dos TAQUES foram ampliadas através de novas solicitações e pela compra entre elementos da própria família.*

Os TAQUES, assim como outras famílias, estabeleceram um elo de ligação entre Castro e São Paulo, expresso por laços familiares e de compadrio, além de interesses econômicos e políticos. Assim sendo, procura-se destacar, em especial, a participação da família TAQUES na vida social, política e econômica da região, como forma de demonstrar a hipótese acerca da concentração da terra e da influência que os grandes proprietários exerciam na esfera política. A riqueza destas famílias derivou-se tanto

* Neste estudo, o termo família é usado no sentido mais abrangente, ou seja, incluindo parentes consanguíneos e colaterais.

⁹² RITTER, Marina L. As sesmarias.... p. 168-9.

das grandes extensões de terras obtidas em sesmarias, como das atividades pastoris que desenvolveram — tropeirismo, criação e invernagem de gado.

Nas vilas e cidades do interior, o título de proprietário de terras expressava poder, dentro do sistema dominante. As Câmaras Municipais eram constituídas pelos chamados "homens bons", representantes da elite agrária com seus privilégios e regalias. A autoridade militar, judiciária e administrativa era exercida pelos grandes sesmeiros, que ocupavam postos de Coronéis e Capitães Mores da milícia e ordenança local.

No início, os Capitães-mores eram nomeados pelos Governadores Gerais, mas, a partir de 1709, passaram a ser nomeados pelas Câmaras. Os Capitães-mores eram bastante influentes na sociedade, sendo seu poder praticamente incontestável.

Em geral, os comandantes militares recebiam terras em Sesmarias, principalmente no Paraná. Além das terras, os títulos honoríficos e patentes militares garantiam, ao seu titular, prestígio e poder, e, em consequência, este era um meio eficaz de se manter o paternalismo, e garantir a lealdade dos poderosos em relação à Coroa.⁹³

Destaca-se a participação na política, de Pedro Taques de Almeida, no cargo de Capitão-mór de São Paulo, e de Manoel Gonçalves de Aguiar, que foi Sargento-mór da Infantaria paga da praça de Santos. (Anexo⁶) Este, por ordem do governador do Rio de Janeiro, realizou uma expedição (1711) à costa sul da Colônia, com dois objetivos: — econômico — explorar o comércio

⁹³ RITTER, Marina L. As sesmarias.... p.95-6.

de gado; militar — assegurar a posse da terra para a Coroa portuguesa.

Percebe-se que, embora inicialmente, o comércio de gado pudesse ter surgido de forma relativamente espontânea, neste período, já fazia parte de uma estratégia política visando o povoamento e o abastecimento de regiões como Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, visava garantir o domínio da Coroa Portuguesa até a região do Prata.

Bartolomeu Paes de Abreu, também sesmeiro dos Campos Gerais, exerceu o cargo de Juiz Ordinário em São Paulo. Propôs a abertura de uma estrada até o Rio Grande do Sul, que estabeleceria ligação entre Curitiba e a Nova Colônia de Sacramento. A estrada foi concluída, em seu trecho final, por Manoel da Rocha Carvalhais, depois da contribuição e sacrifício de muitos. Em recompensa, Carvalhais recebeu em sesmaria as terras entre os rios Iapó e Pirai.

Outro nome que se destaca, é o do tropeiro José Félix da Silva, "senhor da Fortaleza", que aos poucos, obteve diversas sesmarias, como a da Lança, Furnas, Fortaleza, Fazendinha, Taquara, Monte Alegre e outras. Somente as quatro últimas, somavam uma área de 81.000 alqueires, aproximadamente. Contribuiu de forma significativa com a expedição de Guarapuava, pois, desde 1809 até o seu final, forneceu o gado de sua fazenda, além de manter o serviço de selarias do 1º Regimento de Cavalaria de Milícias de Curitiba. Seu nome, juntamente com o de outros moradores da região de Castro, está ligado à criação da Vila Nova de Castro, conforme o que foi registrado no dia 20 de janeiro de 1789:

No dia 20 de janeiro de 1789, ... o povo reunido na presença do Ouvidor Rondon, aberto o pelouro saíram eleitos para juizes ordinários o Capitão Inácio Taques de Almeida e o Tenente-Coronel José Félix da Silva; para Vereadores, Guilherme Pereira dos Santos, Joaquim José de Ávila e Antonio Castanho; para Procurador da Câmara foi eleito o Alferes Francisco Ferreira de Andrade; Juiz de Órfãos, o Tenente Geremias de Lemos Conde. Reunidos em câmara, os vereadores passaram a ocupar os postos: José Félix da Silva, como Juiz Presidente; Guilherme Pereira dos Santos, Joaquim José de Ávila e Antonio Castanho como 1º, 2º e 3º Vereadores. Indicaram para Sargento-mor os cidadãos Miguel Pedroso Leite, Inácio Taques de Almeida e Geremias de Lemos Conde.⁹⁴

Luciano Carneiro Lobo, também tropeiro, foi Capitão-mor de Jaguariaíva e Coronel de Milícias. Era homem de grande prestígio e posses. Em suas terras, tinha 6.000 bois, 1.000 muares e, ainda, muitas éguas, potros, garanhões, touros especiais e reprodutores. Ele com sua influência, conseguiu elevar Jaguariaíva à Freguesia.⁹⁵

Pela análise do que foi exposto neste item, observa-se o destaque que tiveram na sociedade, os senhores de terras, sua força, para empreender mudanças, quando estas lhes interessavam, e, ampliar suas posses.

Os grandes sesmeiros paranaenses, seu prestígio e a organização social característica que deram origem, foram objeto de estudo de outras pesquisas, que desenvolveram especificamente esta questão.⁹⁶ O presente trabalho, entretanto, limitou-se a uma

⁹⁴ BORBA, Oney B. Pequena história.... p. 14-5.

⁹⁵ CARNEIRO, David. Galeria de ontem.... p.

⁹⁶ RITTER, Marina L. As sesmarias.... Cap. 3.

introdução, já que o período estudado nesta pesquisa, refere-se principalmente, à segunda metade do século XIX.

6.1.2 - Os tropeiros e seus descendentes

Na fase do tropeirismo, o poder econômico, prestígio social e sua relação com envolvimento político, podem ser detectados através da análise sobre as pessoas que compunham a Guarda Nacional. Esta organização, foi criada em 1831 e, até 1870, prestou relevantes serviços à ordem pública, auxiliando o exército nas guerras estrangeiras. Depois de 1870, segundo Basílio de Magalhães, tornou-se meramente decorativa.⁹⁷ Esta perda gradativa da força representada pela Guarda Nacional, deve-se à criação do exército regular e à ampliação de suas atividades.

Procura-se demonstrar aqui, a hipótese da conservação do poder político e econômico dos grandes proprietários. Há uma continuidade expressa pela participação dos filhos e netos dos principais tropeiros e fazendeiros, na esfera política.

Analisando a bibliografia, os dados que tratam dos grandes possuidores de terras e as informações obtidas nos livros que trazem a Relação dos Camaristas e Prefeitos, procurou-se acompanhar alguns nomes que se destacaram na história da região de Castro.

Na análise dos Registros de Terras, considerou-se, para os objetivos deste capítulo, apenas os indivíduos que possuíam mais de 500 ha., ou seja, propriedades médias, grandes e muito grandes,

⁹⁷ LEAL, Victor N. Coronelismo.... p.19-21.

na segunda fase da pesquisa (1893-96). Foram considerados também, os familiares destes, quando foi possível a identificação. Excluídos os possuidores que não indicaram a área de seus imóveis e também os possuidores da primeira fase da pesquisa.

Os tropeiros e invernadores de gado, destacavam-se nos postos de comando da Guarda Nacional, graças ao progresso econômico alcançado através das duas atividades mais lucrativas da época, na Comarca e na Província.

Quanto à composição da Guarda Nacional no Brasil como um todo, Basílio de Magalhães observa que:

Eram de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, os que exerciam em cada município, o comando-em-chefe da Guarda Nacional, ao mesmo tempo que a direção política, quase ditatorial, senão patriarcal, que lhes confiava o governo provincial.⁹⁸

A sociedade formada a partir das atividades do tropeirismo era representada por grupos sociais com força política e econômica. Estes grupos, mesmo após o declínio dessas atividades, conservaram grande parte da riqueza obtida, onde a terra foi o bem mais valioso.

O movimento das tropas foi, por vários anos, responsável pela maior parte da renda da Província, devido ao imposto cobrado sobre a passagem de animais no Registro do Rio Negro.⁹⁹

A influência dos tropeiros nas decisões administrativas da Província, pode ser confirmada pelas preocupações relativas ao

⁹⁸ LEAL, Victor N. Coronelismo.... p. 21.

⁹⁹ PARANÁ. GOVERNO. 1857. (Carvalhaes). Relatório apresentado pelo Vice-Presidente da Província do Paraná José Antonio Vaz de Carvalhaes, no dia 7 de janeiro de 1857. p.74. Rolo nº 2. Microfilme.

imposto territorial, reveladas pelo Presidente da Província em 1863:

... recahindo sobre toda propriedade territorial, irá affectar a pequena lavoura, o comércio de herba-mate (...) e ao de animaes, visto como o preço do arrendamento das invernadas se elevará em prejuízo dos tropeiros, classe importante, cujos interesses convém attender-se, por ser a que concerne com a principal renda da Província.¹⁰⁰

O tropeirismo foi bastante lucrativo também para o tropeiro, conforme observou Aida M. Lavalle:

O acúmulo de capitais e concentração de propriedades foi prerrogativa dos comerciantes de muares que traziam grandes tropas do Sul, embora alguns houvessem iniciado essa atividade sem muitos recursos, precisando de empréstimos para realizá-la.¹⁰¹

Os comerciantes de gado de maior destaque dos Campos Gerais eram, muitas vezes, agentes financeiros, concedendo empréstimos a outros tropeiros e pessoas da comunidade. Estes empréstimos eram saldados mediante as transações efetuadas em Sorocaba. Entre estes comerciantes-tropeiros, destacam-se o Capitão Balduino de Almeida Taques, David Antonio Xavier da Silva, Hermógenes Carneiro Lobo, Francisco Ignácio de Almeida, Fortunato de Paula Carneiro, Candido Marcondes Carneiro, Tristão Carneiro Lobo, Francisco de Paula Machado.¹⁰² (Anexo 7)

¹⁰⁰ PARANÁ. GOVERNO. 1863. (Nogueira). Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Paraná Antonio Barbosa Gomes Nogueira, no dia 15 de fevereiro de 1863. 112 p. p.31. Ro-lo nº 3. Microfilme.

¹⁰¹ LAVALLE, Aida M. Análise quantitativa.... p. 75-6.

¹⁰² LAVALLE, Aida M. Análise quantitativa.... p. 177-80.

A participação destes comerciantes-tropeiros na Guarda Nacional, pode ser confirmada a partir de alguns exemplos, como os TAQUES, CARNEIRO LOBO, entre outros.

No que se refere à família TAQUES, pode-se citar Balduino de Almeida Taques, que ora recebe o título de Capitão, ora de Tenente Coronel. Deve-se observar, porém, que este nome consta de praticamente todas as obras que se referem à região de Castro, em diferentes períodos. Ocorre que havia duas pessoas com este mesmo nome e mesmo título de Tenente Coronel. O primeiro, agente financeiro do tropeirismo, era avô do segundo, que, em 1895, foi prefeito em Ponta Grossa. (Anexo 6).

Para verificar e acompanhar a participação destes indivíduos e de suas famílias na comunidade regional, foram elaboradas genealogias parciais, conforme anexos 6 e 7.

Apesar das genealogias em anexo, foi necessário registrar alguns dados biográficos destes indivíduos no próprio texto.*

Deve-se considerar que era tradição, em algumas famílias, dar o nome do avô a um dos filhos. Em alguns momentos, isto dificultou a distinção entre os indivíduos com o mesmo nome. Outras vezes, no nome do filho ou do neto, apenas invertia-se a posição dos nomes que compunham o sobrenome, por exemplo: Inácio de Almeida Taques e Inácio Taques de Almeida. Outra questão refere-se ao costume de atribuir-se o sobrenome do padrinho ao afilhado e não o de família. Algumas vezes, mesmo os irmãos, não tinham sobrenomes iguais. No caso das mulheres, ao se casarem,

* Os dados biográficos e genealógicos mencionados neste capítulo foram extraídos basicamente das obras de: CARNEIRO, David. Galeria de ontem e de hoje. Curitiba, Vanguarda, 1963, 2 v.; e, NEGRAO, Francisco. Genealogia Paranaense. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1950. 6 v.

perdiam o nome de família, adotando o do marido. O parentesco foi indicado, neste trabalho, apenas quando comprovado por bibliografia ou outros documentos.

O Tenente Coronel Balduino (19) foi nomeado chefe de Legião da Guarda Nacional dos municípios de Curitiba, Castro e Lapa, por ocasião da revolução paulista de 1842. Foi um dos que defendeu a 5.^a Comarca, visando a sua não participação na revolução.

Entre os CARNEIRO LOBO, pode-se citar Hermógenes Carneiro Lobo, que comandou a guarda dos campos de Palmas.

O Capitão Cirino Borges de Macedo foi Juiz ordinário, comerciante de gado e vereador, nos primórdios da Vila Nova de Castro. Ele tinha sociedade nos negócios, com o Tenente Coronel Manoel Gonçalves Guimarães. Pertencia ao partido liberal e tinha muito prestígio junto à comunidade castrense.

Além dos nomes citados, deve-se mencionar a participação dos Barões nas questões políticas e sociais da época.

O Barão de Antonina, João da Silva Machado, nasceu no Rio Grande do Sul. Como tropeiro adquiriu sua fortuna. Eleito em 1821, às côrtes de Lisboa, não assumiu seu pôsto. Participou da fundação da colônia alemã do Rio Negro (1826) e, em 1829, foi Tenente Coronel das Milícias. Atuou em 1842 — como Coronel honorário do exército e chefe de Legião — com a intenção de separar os revoltosos de Sorocaba, dos Farrapos. Representou a 5.^a Comarca na Assembléia Provincial de São Paulo. Foi também senador, após a emancipação.

Sua participação no conflito farroupilha lhe deu prestígio e o título. Visando o aproveitamento de grandes áreas de terras devolutas, encomendou as medições e obteve o direito de

posse sobre elas, graças às suas amizades políticas. Procurou manter a posição social e política que alcançou.

O Barão de Tibagi, José Caetano de Oliveira, nasceu em Sorocaba. Primeiramente foi peão, depois tropeiro. Foi um dos fundadores da cidade de Palmeira, juntamente com seu sogro e cunhados. Dirigiu a abertura de algumas estradas e foi Alferes de milícias no tempo da Colônia. O título, recebido em 1858, resultou, provavelmente, das atitudes conservadoras frente à revolta de Sorocaba e à questão da emancipação política do Paraná. Recebeu ainda, as comendas da Rosa e de Cristo, na ordem de Cavaleiro. Embora não tenha exercido um cargo político-administrativo, teve influência decisiva nas questões que se colocavam para a sociedade da época.

O Barão e Visconde de Guarapuava, Antonio de Sã Camargo, descendente de paulistas e nascido em Palmeira, dedicou-se desde o início ao tropeirismo. Casou-se com sua prima, Zeferina Marcondes de Sã. Procurou criar e desenvolver obras em benefício da comunidade, como: escolas, bibliotecas, Santa Casa de Curitiba, Santa Casa de Paranaguã, Teatro de Guarapuava, Igrejas, entre outras. Durante a Guerra do Paraguai, equipou seu batalhão, fornecendo desde o fardamento até as armas. Ele era comandante do 7º Batalhão de Cavalaria da Guarda Nacional. Por isso foi Cavaleiro da Ordem da Rosa e Barão. Foi ainda, Vice-Presidente da Província em 1865, além de ocupar todos os cargos de eleição popular no regime monárquico. Recebeu, ainda, o título de Visconde.

O Barão de Guaraúna, Domingos Ferreira Pinto, era fazendeiro e possuía grande capital. Participou das atividades pecuárias também como tropeiro. Atuava na política provincial

com seu irmão, Capitão Joaquim Ferreira, que era chefe político de Conchas. Foi Major da Guarda Nacional, tendo recebido o título de Barão, por ter sido visitado por D. Pedro II em 1880.

Bonifácio José Batista, Barão de Monte Carmelo, nasceu na Lapa. Seus avós paternos foram povoadores dos Campos de Ponta Grossa, e, do lado materno, era neto do Sargento-mór Francisco Teixeira de Azevedo. No início de suas atividades como tropeiro tinha poucos recursos, mas, depois acumulou considerável fortuna. Foi presidente do partido liberal na Comarca de Castro, onde contribuiu para a elevação da Vila à categoria de Cidade. Foi também deputado à Assembléia Provincial em 1858-59 e Coronel, comandante superior da Guarda Nacional. Entre suas obras, consta a criação da Biblioteca Pública de Castro. Participou da Revolução Federalista, fornecendo dinheiro e animais. Pelo casamento, obteve imenso patrimônio. Como herança de sua sogra, recebeu a fazenda de Monte Alegre, com 63.000 alqueires e 4.000 cabeças de gado. Construiu casa na fazenda e passou a criar animais de raça. A herança recebida com a morte de seu sogro, Brigadeiro Manoel Inácio do Canto e Silva, aumentou ainda mais seu capital.

O Brigadeiro Manoel Inácio do Canto e Silva, nascido em Jaguariaíva, era neto de José Félix da Silva. Suas fazendas tinham capacidade de abrigar 20.000 cabeças de gado para invernada, cujo custo era de mil réis por temporada. Teve influência na política interna da Província, garantindo a paz antes da emancipação, o que lhe rendeu a Comenda de Cristo, em 1842. Era componente da primeira assembléia provincial do Paraná, e Coronel Comandante do regimento de Cavalaria da Guarda Nacional de Castro e Guarapuava. Como Coronel prestou importantes serviços

durante a Guerra do Paraguai. Também foi anfitrião de D. Pedro II.

O Coronel David dos Santos Pacheco, Barão dos Campos Gerais, era filho de Manoel dos Santos Pacheco — capitão de ordenanças e Maria Coleta da Silva, descendente dos fundadores da Lapa. Seguindo a tradição da família, foi tropeiro, fazendeiro e comerciante de gado, no que foi sócio do Barão de Antonina. Na esfera política, foi deputado à Assembléia Provincial, Comandante Superior da Guarda Nacional e 1º Vice-Presidente da Província. Era do partido Liberal, como quase todos os políticos vinculados ao tropeirismo. Durante a Guerra do Paraguai, treinou e deu uniformes aos voluntários da Pátria. Era proprietário de grandes fazendas, duas no Paraná e uma em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

Outro grande tropeiro, embora não tenha recebido nenhum título, foi Joaquim de Rezende Correia de Lacerda. Era filho de Manoel José Correia de Lacerda e de Leocádia Cassiana de Rezende. No tropeirismo, recebeu a ajuda do Barão dos Campos Gerais. Na Guerra do Paraguai, sendo Alferes da Guarda Nacional, preparou e instruiu aqueles que seguiam para a campanha. Era membro destacado, do partido Liberal. Atuou na Revolução Federalista e assumiu o comando da praça após a morte de Gomes Carneiro. Foi ainda senador da República e chefe político eminente.

Os filhos e netos dos barões e tropeiros da região também tiveram destaque na sociedade, como se pode verificar a seguir.

O Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá nasceu na Palmeira, em 1827. Era filho dos Barões do Tibagi. Foi Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais. Deputado na Primeira Assembléia Provincial, contribuiu para a criação da Legislação Provincial. Foi eleito deputado à Assembléia Geral, representando o Paraná em

três legislaturas. Assumiu o cargo de Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1864. Foi o último presidente da Província do Paraná, em 1889, tendo como ideologia, o liberalismo.

Retomando a família Taquês, procura-se observar dois dos filhos de Anna Luiza de Assumpção e Antonio José de Assumpção. São eles, o Major Virgilio de Assumpção Taques e o Tenente Coronel Balduino de Almeida Taques (29).

O Major Virgilio, casou-se com Guilhermina de Macedo Taques, irmã do Coronel Olegário Rodrigues de Macedo. Foi um grande criador de gado vacum na Fazenda do Vorã. Esta fazenda foi subdividida entre seus filhos. A estância da Cruz do Vorã, 500 alqueires, passou a pertencer a suas filhas Julieta e Maria da Conceição; a de Pedra Branca do Vorã, que passou ao seu sobrinho e genro, Major Arthur Alfredo Taques, tinha cerca de 800 alqueires. O Major Virgilio possuía ainda as fazendas de Curralinho e Barreiros, no Tibagi.

Os dados expostos, exemplificam a divisão da propriedade entre irmãos. Percebe-se que, algumas vezes, conforme se observa também nos Registros de Terras, a propriedade era dividida apenas enquanto direito de cada um, e não na prática, permanecendo de fato, unida.

O Tenente Coronel Balduino de Almeida Taques, foi Prefeito de Ponta Grossa, tendo assumido o cargo em 1895, na vaga deixada por Manoel Vicente de Bittencourt em janeiro do mesmo ano.¹⁰³ Foi ainda Deputado à Constituinte do Paraná. Era proprietário

¹⁰³ DAMI. Relação dos Camaristas. 21 set./1892 a 1896; 1890 a 1900. (Doc. 0732).

da fazenda Santa Cruz. Casou-se em primeiras núpcias, com Maria da Luz dos Santos e, em segundas núpcias, com Ambrosina da Rocha Bahls. Seu filho Manoel Antonio dos Santos Taques foi Camarista em Ponta Grossa, quando o pai foi Prefeito. Teve, ao todo, dezesseis filhos.

Constata-se que em geral, as famílias eram bastante prolíferas. A tendência seria que, com a divisão da herança entre os diversos filhos, houvesse o empobrecimento do clã. Esta tendência era minimizada, ou retardada, através de sociedades e casamentos entre famílias abastadas.

Observa-se, conforme exposto neste capítulo, que era bastante comum a união, através de vínculos familiares e de amizade, dos interesses e dos poderes na esfera judicial, econômica e política. Assim, pode-se citar, conforme genealogias apresentadas: a união, pelo casamento, entre os MACEDO e os TAQUES, em dois momentos; - as associações e casamentos nas famílias dos Barões, como por exemplo, o casamento do Visconde de Guarapuava com a filha do Barão do Tibagi, sua prima.

Analisa-se a seguir a participação de outros indivíduos na política, acerca dos quais não foram obtidas muitas informações, além daquelas constantes nos Registros de Terras e nas Relações dos Camaristas e Prefeitos da Região.

O primeiro deles é o Coronel Olegário Rodrigues de Macedo, que foi um grande fazendeiro e político de Castro. Ocupou por quatro mandatos, quase consecutivos, o cargo de Prefeito de Castro (1892, 1900, 1904 e 1912), e o de Camarista, de 1896-1900. Nos Registros de Terras selecionados para a amostragem, constam em seu nome, três imóveis, embora apenas um tenha sua área indicada (18 hectares).

Ainda na família MACEDO, provavelmente irmão do Coronel Olegário, aparece o Coronel Indalécio Rodrigues de Macedo, que também foi Prefeito de Castro (1908-1912). Nos Registros de Terras constam 13.612 hectares, como sendo seus. Em comum com sua irmã, tinha uma invernada avaliada aproximadamente, em 5.300\$000 (cinco contos e trezentos mil rês). Recebeu ainda por herança, com a morte de seu sogro, a fazenda de criar Maracaná.

O Coronel Sebastião José de Madureira foi outro grande fazendeiro e criador de gado. Era proprietário da Fazenda Boa Vista, que se limitava com as fazendas Caxoeira e Jutuba. Também a fazenda São Daniel, uma das maiores da região, a ele pertencia e fazia divisas com Carambey e São João. Os dois imóveis somados teriam a área de 16.000 hectares. Sua cunhada, Mariana Marques de Madureira, tinha três imóveis, sendo que dois deles somavam 489 hectares. Um destes imóveis representava uma parte de terra dentro da fazenda São Daniel.*

O filho do Coronel Sebastião, Dr. Javert de Madureira, era médico e foi Secretário de Finanças do Governo do Paraná. Adotou, em suas fazendas, métodos bastante produtivos.

Um nome que não poderia ficar sem menção, é o do Dr. Francisco Xavier da Silva, que cumpriu três mandatos como Prefeito de Castro (1877; 1889 e 1896). Governador, também por três mandatos (1892, 1900 e 1908), tinha convicções republicanas, embora não se apegasse a nenhum partido em especial. Empreendeu

* Geralmente, os imóveis eram registrados um a um, numa seqüência de declarações do mesmo indivíduo. Portanto, as pessoas que aparecem duas ou mais vezes na amostragem terão grande probabilidade de possuir outros imóveis além destes.

grandes obras, levando os interesses do Estado acima de interesses partidários.¹⁰⁴ Além destes cargos, foi ainda, Senador.

Da mesma família, pode-se citar Paulino Xavier da Silva, que foi Camarista em Jaguariaíva, em 1896, e o Coronel Virgílio Xavier da Silva, que foi Prefeito em Jaguariaíva, em 1908, ambos irmãos do Dr. Francisco. Aparece ainda, Leopoldo Xavier da Silva, que foi Camarista em Piraí em 1908.

Nos registros de imóveis, destaca-se também o nome do Capitão Felisbino Gonçalves Pereira Bueno, tropeiro de Castro. Aparece nestes registros, um imóvel medindo 1.500 hectares.¹⁰⁵ Em um documento do Museu do Tropeiro, há o registro de um imóvel denominado "Sítio dos Órfãos" (sítio de cima) e outro como sendo parte do "Sítio do Padre José Loureiro" (sítio de baixo). A área total dos dois sítios era de 1.650 alqueires (682 ha). O sítio de baixo foi vendido por 20:000\$000 para o Governo Federal, para ali fundar a Colônia Iapô. O custo da medição foi 2:000\$000. É bem provável que o imóvel constante dos Registros de Terras corresponda ao sítio de cima.¹⁰⁶

A participação política do Capitão Felisbino, ocorre em 1894, quando os "maragatos" tomam a cidade e nomeiam Herculano de Albuquerque para Prefeito, juntamente com os camaristas Pedro Carneiro de Melo, Felisbino Gonçalves Pereira Bueno, Francisco Stumbo, João Geisler, José Nunes de Marins e Aureliano Teixeira Batista. Foi neste ano que se instalou, em Castro, a

¹⁰⁴ MARTINS, Romário. História do p. 83-4.

¹⁰⁵ DAMI. Registro de Terras.

¹⁰⁶ BUENO, Fidelis Franco. Tropeiro: Felisbino Gonçalves Pereira Bueno - dados biográficos e referências históricas. Boletim informativo do Museu do Tropeiro. Castro, Museu do Tropeiro, 1979.

Capital provisória do Estado. O Capitão Felisbino participou da Guarda Nacional, conforme relata Fidelis Franco Bueno: "Apesar do incidente 'maragato' ou por causa dele, Felisbino foi nomeado por Decreto Federal, Tenente Coronel, Comandante do 17º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional".¹⁰⁷ Isto ocorreu em 23 de maio de 1898. O filho do Capitão Felisbino, Napoleão Gonçalves Pereira Bueno, também declarou um imóvel, porém de área indeterminada.

A Revolução Federalista deixou, de fato, sua marca nos municípios paranaenses, como se pode observar através da Relação de Prefeitos e Camaristas, em 1892.¹⁰⁸ Na Câmara Municipal de Tibagi, além do prefeito Telêmaco Morosini Borba, aderiram à Revolução mais quatro membros da Câmara, um faleceu, um mudou-se e outro renunciou. Em 16 de março de 1895 foi eleito Prefeito, Frederico Harrison Mercer, e, três meses depois, os Camaristas. Além de outros, estavam José de Macedo Taques e Francisco Ribeiro Taques. Com a eleição de 1896, retorna ao cargo de prefeito, Telêmaco Morosini Borba. Para primeiro Camarista, José Borges de Almeida Taques, e, entre os suplentes, Adolpho Taques.

Em 1908, novamente Telêmaco Morosini Borba é eleito prefeito de Tibagi. Com ele, entre outros, os camaristas Frederico Harrison Mercer e Leopoldo Leonel de Sá Mercer. Na suplência aparecem Theophilo Taques e Victor Taques. Ainda em 1908, em Ponta Grossa, aparece como suplente, Joaquim R. Carneiro Lobo.

¹⁰⁷ BUENO, Fidelis F. Tropeiro: Felisbino p. 6.

¹⁰⁸ DAMI, Relação de Prefeitos e Camaristas. 1892.

Observa-se, conforme exposto, que embora os TAQUES e os CARNEIRO LOBO participem da política no início do século XX, não ocupam posição de destaque. Em lugar destas, outras famílias passam a ocupar os cargos mais importantes, como por exemplo, os XAVIER DA SILVA, ROLIM DE MOURA, MERCER, MADUREIRA, MACEDO, BORBA, entre outros.

Depois de um período relativamente longo de predomínio político e econômico dos TAQUES na região, a sociedade em transformação faz surgir novos nomes que irão dominar política e economicamente a região, embora estes já não representem um poder tão austero.

O poder era mesmo absoluto, pois se exercia sobre a família e a sociedade, por ação direta ou indireta do pater-famílias, cuja ação educadora, compreendia inclusive, a escolha do noivo às filhas, segundo conveniências da posição e da fortuna, escolha da profissão do filho, e de um local, próximo aos seus domínios, para a moradia dos mesmos.¹⁰⁹

A dominação se dava também em relação ao judiciário, conforme se pode detectar no seguinte trecho da obra de OLIVEIRA VIANNA:

Esse caracter eletivo dos juizes ordinarios e de vintena os faz logicamente caudatarios dos potentados locais. De posse das camaras municipais e do aparelho eleitoral, os caudilhos rurais são escolhidos para os juizados os principais do seu clan, homens da sua parcialidade e confiança. Os votos são comprados por ocasião das eleições e já se sabe de antemão quaes são os eleitos.¹¹⁰

¹⁰⁹ VIANNA, F.J. Oliveira. Populações meridionais do Brasil. 4 ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1983. p. 51-2.

¹¹⁰ _____. _____. p. 201

Diante dos caudilhos e de seu mandonismo, a autoridade pública exerce o papel de mediadora. Mais tarde, com a centralização do poder, a influência destes chefes locais se torna cada vez menor.

No Brasil, as instituições familiares e religiosas foram as primeiras a se constituírem. O Estado surge bem mais tarde, como resultado do desenvolvimento do poder privado.¹¹¹

O poder privado extrapola os limites da família e domina a sociedade, em suas diferentes esferas. Assim sendo, o status social decorre, principalmente, da posse ou propriedade da terra, de gado e/ou de escravos. A concentração da propriedade revela o status da classe dominante.

O jogo de poder representa a busca de equilíbrio e afirmação de uma determinada camada social, no domínio político, social e econômico, seja através de associações ou casamentos, compra de votos, manipulação do poder judiciário, ou ainda, da compra de terras. Seria a tentativa da camada dominante, de perpetuar-se enquanto tal.

O domínio se exerce somente em relação a indivíduos que, de uma forma ou de outra, estejam subordinados. Assim, os despossuídos representam o outro lado da sociedade brasileira. Aquela sociedade formada pelos agregados, escravos e pequenos posseiros ou proprietários, que representam a história dos vencidos.

¹¹¹ DUARTE, N. A ordem privada.... p.1-17.

6.2 - Relações de trabalho

A presente pesquisa não permitiu que se detectasse a existência ou não de uma estrutura fundiária paralela àquela registrada pelos documentos oficiais. Assim, algumas questões poderiam ser levantadas: as terras da região foram todas registradas nestes documentos? Haveria nesse período, pessoas sem terras?

Procura-se responder a estas questões, na medida em que se elaboram algumas idéias acerca da organização social e econômica resultante do trabalho agro-pastoril na região.

É praticamente impossível chegar, através dos documentos oficiais, à história dos vencidos. O estudo das relações de trabalho, considerando-se que não se constituía em preocupação central da pesquisa, foi feito apenas com base na bibliografia, e é apresentado aqui, como complemento do trabalho.

Em Castro, como em outras regiões, havia dois tipos de economia numa mesma comunidade, ou seja, a unidade familiar e a empresa escravocrata. De um lado, a produção de gêneros de subsistência, de outro, a pecuária. Esta, mais dinâmica, definia a comunidade em função do sistema econômico regional, colonial e em relação à Metrópole.¹¹²

Quanto às questões colocadas, pode-se dizer que é bem provável a hipótese de que nem todas as terras foram registradas nos livros de registro, já que havia inúmeras dificuldades em relação à medição das mesmas e à taxa cobrada para que se fizesse o registro, entre outras questões.

Quanto à existência, ou não, de indivíduos sem terras, a

¹¹² IANNI, O. As metamorfoses.... p. 134.

resposta também é positiva, podendo-se incluir nesta categoria, os escravos, os agregados e os pobres — elementos marginalizados no contexto social. Os primeiros, viviam nas terras dos fazendeiros, trabalhando para eles. Algumas vezes, os agregados adquiriam suas próprias terras, depois de alguns anos de trabalho junto às fazendas. As pessoas que compunham as camadas intermediárias na pirâmide social da época, eram os pequenos sítiantes, os agregados, os pequenos comerciantes, e os trabalhadores artesanais. No topo da pirâmide estavam os senhores, e na base, os escravos.*

Na maior parte das regiões brasileiras, a posse de grande número de escravos era imprescindível, tendo em vista o tipo de trabalho realizado. Nas atividades pastoris dos Campos Gerais, eram necessários poucos escravos para executar o trabalho, se comparada aos engenhos de açúcar e à agricultura a eles associada.

Isto não significa dizer que não havia escravidão no Paraná, ou que ela não teve grande significação para nossa economia. Grande parte dos escravos da Região de Castro dedicavam-se principalmente às atividades domésticas e à agricultura de subsistência existente no interior das fazendas. Além das atividades ligadas à fazenda, os escravos acompanhavam seus senhores nas viagens de comércio de gado, ocupando as funções de peões, carregadores, entre outras.¹¹³

As relações escravistas vigoram no período Colonial e Imperial. Com a desagregação do sistema, surgem novas relações de

* Ver: MACHADO, B. Pinheiro. Formação da estrutura...; IANNI, O. As metamorfoses...; SANTOS, C.R.A. dos. L'Économie...

¹¹³ SANTOS, C.R.A. dos. L'Économie... p.230.

trabalho, mas permanece a visão do negro como servil. É, portanto, das relações de trabalho escravistas, que decorre a marginalização do negro, e, conseqüentemente, o preconceito racial, que se reflete ainda hoje na sociedade brasileira.

Os agregados eram os índios, os escravos alforriados ou libertos, os parentes do fazendeiro, ou pessoas por ele apadrinhadas. Eles não se constituíam numa categoria socialmente definida. Exploravam, às vezes, uma parcela das terras da grande fazenda, enquanto fossem fiéis ao dono das terras, prestando-lhe toda espécie de serviços.

A situação do agregado pode ser melhor entendida a partir do seguinte texto:

O agregado, embora ligado ao grande senhor e seu subordinado, não pertencia à organização normal da grande lavoura. Exercia a função de feitor de escravos, capataz e até capanga, cuidando da segurança pessoal do sesmeiro. Enquanto a arbitrariedade do sesmeiro estivesse a seu favor e ele continuasse submisso e bajulador, não teria que lutar pela sobrevivência, sem esquecer as dificuldades impostas pela realidade social.¹¹⁴

Apesar do agregado ser considerado trabalhador livre, ele permanecia muito dependente do fazendeiro, tanto econômica, quanto socialmente. Ficava, portanto, preso à fazenda.

Além dos escravos e agregados, havia a figura do preposto, que corresponderia ao cargo de administrador das fazendas. Eram pessoas privilegiadas, muitas vezes encarregadas de organizar as atividades econômicas da fazenda. A remuneração destes, muitas vezes, constituía-se na quarta parte das crias, após

¹¹⁴RITTER, M.L. As sesmarias.... p. 92.

cinco anos de trabalho. Assim, passado algum tempo, poderiam solicitar sesmarias, pois já teriam gado suficiente, o que os tornaria aptos para tal aquisição.

O trabalho familiar aparece tanto ao nível da grande fazenda quanto nos pequenos sítios que produzem apenas para a própria subsistência.

O tropeirismo foi uma das atividades mais importantes da Província do Paraná, e não teria se desenvolvido de forma eficiente, se não contasse com a participação da família do tropeiro, na sua sustentação.

O tropeiro geralmente buscava e conduzia suas tropas pessoalmente à feira de Sorocaba. Na fazenda, ficavam seus familiares, os agregados e os escravos, se os tivesse. Durante aproximadamente, seis meses por ano, ele se ausentava.

O papel da mulher neste período foi fundamental, uma vez que era ela quem ficava à frente de tudo, concentrando em suas mãos, a organização e os afazeres da casa e da fazenda na ausência do marido. Era ela, portanto, que dirigia a economia doméstica e a educação dos filhos. Nas funções de esposa, mãe e fazendeira, dava toda a assistência ao marido em sua atividade, comandando os camaradas, agregados, capatazes, empregados e escravos, e, com isto, algumas destas mulheres, obtiveram destaque, mesmo numa sociedade conservadora e paternalista como era a do século XIX, na região.

Como exemplo da dedicação da mulher, cita-se a seguir, um trecho acerca de Cherubina Rosa Marcondes de Sá, esposa do Barão do Tibagi, que foi também Viscondessa de Tibagi.

Nessas constantes viagens do marido,
D. Cherubina empunhava o leme da casa,

com aquella firmeza e segurança de que sua mãe — D. Anna Maria — deixara tão bons exemplos. Nada parecia, na ausência do chefe; pelo contrário, tudo se mantinha em curso activo e prospero. Roças, no Pinheiral, plantadas e colhidas em tempo proprio; gado convenientemente cuidados, produção constante de todo o necessário ao consumo domestico e ao abastecimento do pessoal das propriedades proximas, bem como tecidos e roupas para os das (sic) mais longinquoas; a tudo isso se attendia, no "Sitio", sob a direcção da dona da casa.¹¹⁵

A exemplo de dona Cherubina, muitas outras esposas de tropeiros, tiveram papel fundamental no desenvolvimento das actividades económicas da região.

Os filhos dos tropeiros também os auxiliavam, à medida que os acompanhavam ou os substituíam, quando necessário.

Pode-se ainda destacar outras peculiaridades decorrentes da actividade tropeira, além da activa participação das mulheres. Era uma necessidade intrínseca à própria actividade do tropeiro, que este se ausentasse, por longos períodos, de sua residência. Assim, era natural que na sociedade paternalista do começo do século XIX, se procurasse preservar a mulher, enquanto seu esposo estivesse ausente. Pode-se observar isto pelo depoimento de um dos entrevistados.

Licínio aprendeu a ser tropeiro com meu avô... conheceu a filha do comerciante de Tomazina a quem vendia mercadorias e pediu a moça em casamento. Casaram-se, Chegando a Castro, ... teve que fazer uma viagem para o Rio Grande. Não querendo deixar a mulher recém-casada com parentes..., deixou-a interna num colégio de freiras aqui de Castro. ... minha mãe ficou lá no colégio, aprendeu al-

¹¹⁵ NEGRÃO, Francisco. Genealogia.... p. 361.

guma coisa, inclusive aprendeu a pintar,
.... 116

Conforme se observou, a vida do tropeiro, do fazendeiro e de sua família era simples, mas bem estruturada, ou seja, baseada em uma sólida organização social, que deveria ser preservada. Quando sua situação financeira melhorava, procuravam, a todo custo, mantê-la.

Nos pequenos sítios de subsistência, bem como entre os imigrantes vindos no final do século XIX, a única mão-de-obra disponível era a familiar. A família produzia e consumia, praticamente nas mesmas proporções. Mesmo entre os que se dedicavam ao comércio ou à alguma indústria incipiente, a família era a mão-de-obra utilizada.

A participação do imigrante na economia paranaense, se deu através da produção agrícola e artesanal em pequena escala e da comercialização dos produtos no mercado local.

As Colônias de imigrantes funcionavam como instâncias de cooperação, representada pela solidariedade no trabalho, na aplicação de capitais, nas atividades de lazer, e como forma de solucionar problemas que interferissem negativamente na comunidade.

Com as transformações estruturais ocorridas, no final do século XIX no sistema político, econômico e social, estabeleceu-se uma nova realidade social, em que as relações de trabalho fundamentam-se em novas bases. O trabalho assalariado incorpora-se, de forma predominante ao sistema econômico-social brasileiro.

¹¹⁶ BUENO, Fidelis Franco. A região de Castro. Castro, 1980. Entrevista concedida a Benilde M. Lenzi em 20 jul. de 1980. p. 5-6.

CONCLUSÕES

A partir da análise realizada, apresentam-se a seguir, algumas conclusões acerca da estrutura fundiária de Castro, região coberta naturalmente por campos, que vem sendo usados para as atividades pastoris, desde sua descoberta.

Quanto ao povoamento da região, foi possível traçar, em linhas gerais, as fases em que se desenvolveu, bem como — a partir da discussão do modelo proposto por Brasil Pinheiro Machado — demonstrar a especificidade de Castro, que se constituiu, inicialmente, em sub-núcleo determinado pela expansão da célula fundamental paulista, e, mais tarde, torna-se centro social de irradiação. Esta questão poderá ser retomada e discutida por outros pesquisadores.

Observou-se que a predominância da pequena propriedade — sítios e partes de terras — na região, no período estudado, ocorre apenas quanto ao número de imóveis, e não em relação à área abrangida por estes imóveis. Se fosse efetuado um mapeamento dos imóveis, segundo o tipo e atividade econômica a ele associada, seria facilmente constatado o predomínio, em termos de área ocupada, dos imóveis médios, grandes e muito grandes, associados às atividades agro-pastoris — criação, invernação e tropeirismo. Assim, a economia de subsistência dos pequenos imóveis aparece em segundo plano, apesar de constituir-se em atividade essencial para a população da região.

Ficou comprovado que, de fato, algumas famílias concentravam em suas mãos o poder econômico e político, resultando em prestígio social. Embora tenha-se procurado acompanhar, no decorrer do século XIX, algumas destas famílias, visando demonstrar seu poder, não significa que sejam estas, as únicas que se destacavam, ou que tenham hoje, a mesma projeção social. Atualmente, o poder econômico de tais famílias está diluído, assim como sua participação na política. Porém, outros nomes destacaram-se no decorrer do século XIX e início do século XX, persistindo a centralização do poder político e econômico. Mudam os indivíduos, mas a elite dominante permanece no desempenho de sua função.

Independentemente dos nomes, fica clara, no capítulo cinco, a concentração da posse ou propriedade da terra na segunda metade do século XIX.

Percebe-se que, embora muitos tropeiros se dissessem liberais ou fossem filiados ao Partido Liberal, suas atitudes revelavam posições conservadoras, no sentido de preservar o status adquirido. Procuravam, muitas vezes, manter-se neutros em relação aos conflitos, visando obter o apoio do governo para os objetivos que procuravam atingir como, por exemplo, a emancipação política do Paraná.

Constatou-se que a pesquisa nos Registros de Terras é válida, e revela os contornos mais gerais de uma estrutura agrária. Não permite porém, quantificar a produção de cada imóvel e não fornece detalhes acerca das benfeitorias. Estes dados poderão ser encontrados, certamente, nos documentos referentes à contabilidade de algumas fazendas, que poderão, eventualmente, ser encontrados em arquivos particulares.

A utilização do fichário — imagem para o tratamento dos dados contidos nos Registros de terras, é bastante eficiente, permitindo uma visualização concreta da realidade.

A realização desta pesquisa revelou a necessidade de outros estudos acerca do Paraná e da região de Castro, como por exemplo:

- a delimitação e mapeamento da divisão administrativa da Província do Paraná, mostrando sua evolução — desmembramentos, criação e supressão de municípios;

- reconstituição da história de cada um dos movimentos sociais revolucionários que se desenvolveram no século XIX e XX;

- estudos sobre a população de Castro, que venham a esclarecer certas divergências nas informações.

Atualmente — o que deverá ser comprovado por outras pesquisas — talvez não se destaquem famílias, já que o poder se despersonalizou devido à complexidade da organização produtiva. Assim, se poderia falar em grupos econômicos, cooperativas, agro-indústrias que dominam a produção e a comercialização dos produtos da região. O pequeno produtor de Castro, não tem soberania sobre sua própria terra, já que esta é penhorada, como forma de garantir o financiamento da produção.

ANEXOS

	Página
ANEXO 1 - Originais dos Registros de Terras - 1. ^a e 2. ^a fases..	143
ANEXO 2 - Formulário de arrolamento de terras.....	147
ANEXO 3 - Planilhas de arrolamento de terras, de nºs 1 a 5 ..	151
ANEXO 4 - Listagem de observações.....	156
ANEXO 5 - Tabelas de códigos usados na tabulação dos dados constantes dos Registros de Terras.....	157
ANEXO 6 - Árvore genealógica parcial: família TAQUES DE ALMEIDA..	163
ANEXO 7 - Árvores genealógicas parciais.....	164
ANEXO 8 - Concentração da propriedade (Tabs. 1 e 2).....	165
ANEXO 9 - Procedimentos técnicos.....	166

Originais dos Registros de
Terras - 1.^a e 2.^a fases.



Li. n.º 10

*Servirá este livro para nelle fa-
zer-se o registro das terras possui-
das nesta Parochia, conforme o
disposto no artigo 7.^o e seguintes
do regulamento de 30 de Janeiro
de 1854, e está por mim nume-
rado, e rubricado no alto de cada
folha á direita com a rubrica de
quem uso - que é a seguinte - Formosa
e para constar livro este termo, que
assino. Villa de Castro 1.^o de Fe-
v. de 1854.*

Off. Ignacio José de Moraes F. de Pa.



No 1º

Terras que possui Antonio José Xavier de Xavier e Albuquerque na Parochia da Villa de Castro.
 São Antonio José Xavier de Xavier e Albuquerque, abaixo assinado seu senhor, e possuidor das terras seguintes nesta Parochia = Terreno favorido do campo de criação, e terras lavradas denominada Fazenda de São João as quaes dividem-se por um lado com a Fazenda de Carumbou, desde as vertentes do rio São João, e por elle abaiçho até onde faz barra no rio Pitanguy, e por este abaiçho dividindo com os Campos de Eduardo José d'Almeida e outros, até sua foz no rio Tibagy, e por elle abaiçho até a barra do Lagoado grande denominada do Lagoado de São Francisco, e por este Lagoado acima dividindo-se com os Campos por Vincentes ao meu curubado Domingos Martins de Araujo, até onde toma o nome de arreo das Cascuras de; por elle acima dividindo os Campos de meu curubado Antonio Cornelio de Araujo até a restinga secca, e por ella adiante até a grotão que espra nas terras lavradas do Vto meu curubado Domingos Martins de Araujo, e por estas terras lavradas até a entrada do mato chamado dos Crados em rumo ao paredão da entrada dos Crados e costeando este paredão que he minha divisa de matos com meu curubado Domingos até a defrontura das Capoeiras, e matos por Vincentes ao Capitão Manoel Martins de Araujo sobre um espigão, ed'ahi até as vertentes do já mencionado rio de São João. = Esta fazenda e terras lavradas, por tance-me em folha de partilha pelo Inventario feito na Frequeria da Palmeira por morte de meu sogro Capitão Domingos Ignacio de Araujo, e doação feita por minha sogra Dona Jozeffina da Gama de Franca por Escriptura Publica. lançada no Livro de Notas do Tabelião João Vicente Leite de Campaio, e em seguida no Livro Municipal da Villa de Castro. e anexada de São João 18 de Fevereiro de 1855. = Assinado = Antonio José Xavier de Xavier e Albuquerque. Villa de Castro 25 de Fevereiro de 1855.

Emolun.
 24000
 Correcia.

M. J. Xavier José Corr.
 O. J. José Trau de Quadros

No 2º

Terras que possui Domingos Martins de Araujo no Terreno de Castro.
 Domingos Martins de Araujo possui uma parte



Termo de abertura

Este livro, que é o primeiro volume de uma obra de grande importância para o conhecimento da história da cidade de Curitiba, foi elaborado com o auxílio de vários autores, que, por sua vez, foram auxiliados pela direção da Prefeitura Municipal de Curitiba, e, especialmente, pela Comissão de História da Cidade, criada pelo Sr. Prefeito Municipal Sr. Francisco de Assis de Almeida, em 1934, e, mais tarde, pelo Sr. Prefeito Municipal Sr. Francisco de Assis de Almeida, em 1935.

Francisco de Assis de Almeida

Presidente da Comissão de História da Cidade

Francisco de Assis de Almeida

Francisco de Assis de Almeida

N.º 1.



O Registro de terras alienadas do Barro de São José, da Comarca de Curitiba, contém as seguintes informações:

O terreno compreendido por uma área de 100 metros de comprimento e 50 metros de largura, situado no bairro de São José, contém as seguintes informações:

Este terreno foi adquirido por uma pessoa física, cujo nome é mencionado no documento de compra e venda, e o mesmo foi registrado no Livro de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, sob o nº 100.



COLETADO POR:

DATA DA COL

/ /

A - IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DE DADOS

- 01 - Arquivo: _____
- 02 - Livro: _____ Nº _____
- 03 - Nº do registro _____ Fls./Pgs. _____
- 04 - Data da declaração: ___/___/___
- 05 - Data do despacho: ___/___/___
- 06 - Data do registro: ___/___/___
- 07 - Lei Nº: _____ Data: ___/___/___
- 08 - Data do regulamento: ___/___/___ Artigo: _____

B - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

- 09 - Paróquia ou Freguesia: _____
- 10 - Bairro/Quart./Lugar: _____
- 11 - Distrito: _____
- 12 - Município/Cidade/Vila: _____
- 13 - Comarca: _____
- 14 - Província/Estado: _____
- 15 - Tipo ou Denom. do Imóvel: _____
- 16 - Localização: _____
- 17 - Centro de Consumo Próximo: _____
- 18 - Distância da Cidade: _____

C - CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO

- 19 - Nome do Ocupante: _____
- 20 - Condição: 1 Prop. 2 Poss. _____
- 21 - Há quanto tempo: _____
- 22 - Idade: _____
- 23 - Sexo: 1 M. 2 F. _____
- 24 - Grau de Instrução: 1 ALF. 2 ANALF. _____
- 25 - Estado Civil: 1 S 2 C 3 V 4 D 5 UC. _____
- 26 - Residência: _____
- 1 Na Prop. 2 No Mun. Cid./Vila 3 Na Prov./Estado 4 Outra Prov. ou Estado _____
- 27 - Profissão: _____
- 28 - Nome do Cônjuge: _____
- 29 - Nome do Ocupante Antecedente: _____
- 30 - Condição: Prop. 2 Poss. _____
- 31 - Mesma Família? 1 Sim 2 Não 3 Impossível Determinar _____
- 32 - _____

33 - ORIGEM DO IMÓVEL

- 1 Compra
- 2 Compra em hasta pública
- 3 Doação
- 4 Herança
- 5 Posse
- 6 Posse braçal
- 7 Posse não legitimada
- 8 Sesmaria
- 9 Terras públicas
- 10 Troca
- Outra: _____

34 - TIPO DE DOCUMENTO EXISTENTE

- 1 Escritura pública
- 2 Folha de partilha
- Outro: _____

35 - LOCAL ONDE SE ENCONTRA O DOCUMENTO:

D - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

36 - TIPO DE COBERTURA

- 1 Campos
- 2 Campos de criar
- 3 Campos de pastagens
- 4 Capoeiras
- 5 Capões
- 6 Invernada
- 7 Logradores
- 8 Matas lavradas
- 9 Matos
- 10 Matos de criar
- 11 Pastagens
- 12 Terras lavradas
- Outro: _____
- _____
- _____

37 - ACESSO AO IMÓVEL

- 1 Caminho: _____
- 2 Caminho de tropa: _____
- 3 Estrada: _____
- 4 Rio: _____
- Outro: _____
- _____

38 - RECURSOS HÍDRICOS

- 1 Córrego
- 2 Mananciais
- 3 Rio
- Outro: _____

39 - ATIVIDADES ECONÔMICAS

- 1 Agricultura (genérica, s/especif.)
- 2 Algodão
- 3 Alho
- 4 Arroz
- 5 Batata
- 6 Batata-doce
- 7 Cebola
- 8 Cereais (genérico, s/especif.)
- 9 Feijão
- 10 Frutas
- 11 Legumes
- 12 Mandioca
- 13 Milho
- 14 Trigo
- 15 Verduras
- Outro: _____

- 30 Criação (genérica, s/especif.)
- 31 Criação de aves
- 32 Criação de bovinos (s/especif.)
- 33 Criação de bovinos de leite
- 34 Criação de bovinos de corte
- 35 Criação de caprinos
- 36 Criação de equinos
- 37 Criação de gado (s/especif.)
- 38 Criação de muaras
- 39 Criação de ovinos
- 40 Criação de suínos
- Outro: _____

50 Extrativismo (genérico, s/especif.)
 51 Extração de calcário
 52 Extração de erva-mate
 53 Extração de talco
 Outro: _____

Tropeirismo: _____
 Invernagem: _____
 Comércio: _____
 Indústria: _____

E - BENFEITORIAS

40 - EXISTEM BENFEITORIAS NO IMÓVEL? 1 Sim 2 Não 4 Não consta no doc

41 - EDIFICAÇÕES E/OU INST. PRODUTIVAS.

- 1 Carijo
 2 Casa
 3 Casa de morada
 4 Curral
 5 Engenho
 6 Estrebaria
 7 Forno
 8 Monjolo
 9 Negócio
 10 Olaria
 11 Paioi
 12 Potreiro
 Outro: _____

42 - OUTROS TIPOS DE BENFEITORIAS

- 30 Árvores frutíferas
 31 Cerca
 32 Delimitações
 33 Pedreira
 34 Quintal
 35 Roçada
 36 Valo
 Outro: _____

F - SISTEMA DE TRABALHO

43 - SISTEMA DE TRABALHO ADOTADO:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Arrendamento | <input type="checkbox"/> 8 Escravo |
| <input type="checkbox"/> 2 Assalariado (s/especif.) | <input type="checkbox"/> 9 Familiar |
| <input type="checkbox"/> 3 Assalariado horista | <input type="checkbox"/> 10 Parceria |
| <input type="checkbox"/> 4 Assalariado jornaleiro | <input type="checkbox"/> Outros: _____ |
| <input type="checkbox"/> 5 Assalariado semanal | _____ |
| <input type="checkbox"/> 6 Assalariado mensalista | |
| <input type="checkbox"/> 7 Assalariado empreiteiro | |

G - LIMITES

44 -

- 1 Demarcado claramente 2 Não demarcado 3 Demarcação confusa

H - DADOS SOBRE A ÁREA E PREÇO DO IMÓVEL

45 - EXISTEM DADOS SOBRE A ÁREA? 1 Sim 2 Não 3 Área de tamanho ignorado

46 - QUANTIDADE DE ÁREA: (em ha ou alq.)

- 1 - Total Declarada: _____
- 2 - Total Declarante: _____
- 3 - Cultivada: _____
- 4 - Não Cultivada: _____
- 5 - Pastagens _____
- 6 - Outra: _____

47 - CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL: 1 Pequeno 2 Médio 3 Grande

48 - EXISTEM DADOS SOBRE O PREÇO? 1 Sim 2 Não 3 Preço ignorado

49 - DISCRIMINAÇÃO DO PREÇO: (ÁREA/VALOR) (em libras)

OBSERVAÇÕES

ARROLAMENTO DE TERRAS
NOS ARQUIVOS DO DAMI.

N.D.F.	44.	45.	46. QUANTIDADE DE ÁREA (ha)						47.	48.	49. VALOR DA ÁREA						CONVERSÃO EM LIBRAS			
	LIMITES T27	EXIST. DADOS S/ÁREA T23	TOTAL DECLARADA	TOTAL DECLARANTE	CULTIVADA	NÃO CULTIVADA	PASTAGENS	OUTRA	CLAS. DO IMÓVEL T28	DADOS SOBRE PREÇO T23	CÓD. T28	CONTOS	MIL	RÉIS	CÓD. T28	CONTOS	MIL	RÉIS	CÓD.	VALOR

TABELAS DE CÓDIGOS USADOS NA TABULAÇÃO DOS DADOS CONSTANTES DOS REGISTROS DE TERRAS:*

TABELA Nº 2

NOMES DE BAIRROS OU QUARTEIRÕES*

TABELA Nº 1

LIVROS DE REGISTRO**

1ª Fase

- 01 - das Terras Possuídas nesta Parochia
Nº 1 de 1º de junho/1854 - Conf. art. 91 e segs. do regulamento de 30 de janeiro/1854 (Nº 8 - DAMI).
- 02 - das Terras Possuídas nesta Parochia
Nº 2 de 1º de janeiro/1856 - Conf. art. 91 e segs. do regulamento de 30 de janeiro de 1854. (Nº 9 - DAMI).
- 03 - das Terras Possuídas nesta Parochia
Nº 3 de 5 de fevereiro/1856 - Conf. arts. e regulamentos acima mencionados. (Nº 10 - DAMI).
- 04 - das Terras Possuídas nesta Parochia
Nº 4 de 2 de maio/1856 - Conf. Art. e regulamento supra citados. (Nº 11 - DAMI).
- 05 - das Terras Possuídas nesta Parochia
Nº 5 de 2 de maio/1856 - Art. e Regulamentos supra citados. (Nº 12 - DAMI).
- 06 - das Terras Possuídas nesta Parochia
Nº 6 de 22 de maio/1856 - Art. 91 e segs. 30/01/1854. (Nº 13 - DAMI).
- 07 - das Terras Possuídas nesta Parochia
Nº 7 de 22 de maio/1856 - Art. e Regulamentos acima citados. (Nº 14 - DAMI).

2ª Fase

- 08 - das Terras Possuídas a Título Legítimo de Compra, Legitimação ou Revalidação, ou Concessão Independente de Revalidação a que se refere o artigo 107 do Regulamento de 8 de abril de 1893 situadas no Districto e Município de Castro. (Nº 1, sendo nº 64 na classificação do DAMI)
- 09 - das Terras Possuídas a Título Legítimo de Compra, Legitimação ou Revalidação, ou Concessão Independente de Revalidação a que se refere o artigo 107 do Regulamento de 8 de abril de 1893 situadas no Districto e Município de Castro. (Nº 2, sendo nº 65 na classificação do DAMI na capa numerado em algarismos romanos como sendo número III).
- 10 - de Terras Sujeitas à Legitimação ou Revalidação a que se refere o artigo 108 do Regulamento de 8 de abril de 1893 situadas no Districto de Castro, Município de Castro. (Nº 1, sendo nº 66 na classificação do DAMI numerado em algarismos romanos como sendo nº II).

- 005 - Agostinhos
007 - Amparo
010 - Aparição
012 - Aterradinho
015 - Campina(s)
020 - Capella
022 - Capoeira
025 - Catanduva ou Catanduval
030 - Cercadinho
035 - Conceição
040 - Enxovia
045 - Fundão
050 - Furnas
055 - Jararaca
060 - Lageado
065 - Lago
070 - Lagoa(s) (2 lagoas)
075 - Lança
080 - Lopes
082 - Maria da Graça
085 - Morros
090 - Paquetã
095 - Pedras
097 - Pinhalsinho
100 - Pirahy
105 - Pirahy-Mirim
- 110 - Primeiro Quarteirão da Cidade
115 - Ribeira
120 - Ribeirinha
125 - Rio-abaiixo
130 - Santa Cruz
135 - Santa Quitéria
137 - Santa Rita
140 - Santo André
145 - Santo Antonio
150 - São Lourenço
152 - Sétimo Quarteirão da Cidade
155 - Segundo Quarteirão da Cidade
156 - Sexto Quarteirão da Cidade
157 - Sinsa ou Cinza
160 - Socavão
163 - Tapera
165 - Terceiro Quarteirão da Cidade
170 - Tijuco-Preto
175 - Tirania
180 - Tocum ou Tucum
185 - Tronco
190 - Volta Grande
195 - Vorã
999 - Não Declarado

TABELA Nº 3

CONVENÇÕES PARA A TABULAÇÃO

- 1 - Sim
2 - Não
3 - Impossível determinar
4 - Não consta no documento
5 - Área de tamanho ignorado
- 6 - Preço Ignorado
7 - Não se aplica
8 - Outros
9 - Não declarado

TABELA Nº 4

NOMES DOS DISTRITOS

- 05 - da Comarca de Castro
07 - da Cruz Alta
10 - de Jaguariahiba ou Jaguariahiva
15 - Policial de Catanduva
18 - Distrito da Lagoa
- 19 - Distrito do Lago
20 - Policial dos Morros
25 - Policial do Socavão
27 - da Freguesia de Tibagy
30 - da Vila de Castro
99 - Não declarado

* Nas tabelas de codificação, as denominações, palavras ou expressões retiradas dos próprios registros, foram mantidos na ortografia da época.

** Nos livros de código 08, 09 e 10, o número dos formulários deverão iniciar pelo código 08, 09 e 10 respectivamente. No número do FORMULÁRIO, devem constar sempre setedígitos.
Ex: - LIVRO nº 02, registro nº 1 = 02-001-00
- LIVRO nº 10, registro 200 = 10-200-00
- LIVRO nº 08, reg. 20, imóvel 2 = 08-020-02

*-Verificar se os nomes de lugar coincidem com os nomes de bairros ou quarteirões, então assinala-se o código desta tabela.
-Os nomes de LUGAR que não coincidirem, ou que são mais específicos, deverão aparecer na listagem, conforme relação nº 1.

TABELA Nº 5 - TIPO DO IMÓVEL*

- 01 - Chácara
- 02 - Fazenda
- 03 - Invernada
- 04 - Parte de Chácara
- 05 - Parte de Fazenda (Logradores, parte de logradores, potreiro)
- 06 - Parte de Invernada
- 07 - Parte de Sítio
- 08 - Parte de Terras - Não especificada, incluindo (congonhas, campos, parte de terreno, capoeiras, posse de terras, ervais, rincão, terras lavradas, sorte de terras, um cultivado, posses de faxinais, campinas, serrado, matos de vassados, campos de criar, terras de lavar).
- 09 - Propriedade
- 10 - Sítio
- 11 - Terras - não especificada
- 12 - Terreno
- 13 - Área ou parte (especificada em quantidade)**
- 14 - Casa de morada
- 15 - Estabelecimento
- 16 - Roça
- 88 - Outro
- 99 - Não declarado

TABELA Nº 6 - CENTRO DE CONSUMO PRÓXIMO (ou Mercado de Destino dos Produtos)

- 1 - Castro
- 2 - Curitiba
- 3 - Diversos pontos do Estado de São Paulo
- 4 - Ponta Grossa
- 5 - São Paulo
- 8 - Outros (Piraí, etc.)
- 9 - Não declarado

TABELA Nº 7 - CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO

- 1 - Proprietário
- 2 - Possheiro
- 9 - Não Declarada

TABELA Nº 8 - SEXO

- 1 - Masculino
- 2 - Feminino
- 9 - Não declarado

TABELA Nº 9 - MUNICÍPIO/CIDADE/VILA

- 1 - de Castro
- 2 - de Guarapuava
- 8 - Outro
- 9 - Não declarado

* Quando possível identificar, anotou-se no item próprio, as características, origem e outros detalhes que apareceram neste item. Quando o nome do imóvel apareceu, foi relacionado na LISTAGEM DE OBSERVAÇÕES.

** Assinalou-se código 13, quando apesar de não especificado o tipo do imóvel, constava sua área. A cada cód. 13, correspondeu uma quantidade em ha no item 15 da Planilha. Ex: "Tenho 2 ha de terras", ou, "tenho duas partes de terras de dez ha cada uma..."

TABELA Nº 10 - COMARCA

- 1 - de Castro
- 2 - Paranã
- 8 - Outra
- 9 - Não declarado

TABELA Nº 11 - GRAU DE INSTRUÇÃO

- 1 - Alfabetizado
- 2 - Analfabeto
- 9 - Não declarado

TABELA Nº 12 - ESTADO CIVIL

- 1 - Solteiro
- 2 - Casado
- 3 - Viúvo
- 4 - Desquitado
- 5 - União Consensual
- 9 - Não declarado

TABELA Nº 13 - RESIDÊNCIA

- 1 - Na propriedade
- 2 - No Município/Cidade/Vila
- 3 - Na Província/Estado
- 4 - Outra Província ou Estado
- 9 - Não declarada

TABELA Nº 14 - PROFISSÃO

- 1 - Lavrador
- 2 - Fazendeiro
- 9 - Não declarada

TABELA Nº 15 - CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO (Ocupante Antecedente)

- 1 - Proprietário
- 2 - Possheiro
- 9 - Não declarada

TABELA Nº 16 - LOCAL ONDE SE ENCONTRA O DOCUMENTO

- 1 - DAMI - Curitiba
- 2 - na Freguesia da Palmeira
- 3 - Tabelião João Vicente de Leite Sampaio - Castro
- 4 - José Pereira Barbosa - Castro
- 5 - Escrivão Lourenço Pereira Jordão - Vila de Castro
- 6 - São Xavier - Município da Cruz Alta
- 8 - Outro (incluimos: tabelião; nas notas da Vila; etc.)
- 9 - Não declarado

TABELA Nº 17 - ORIGEM DO IMÓVEL

- 01 - Compra
- 02 - Compra em hasta pública (Leilão, arrematação)
- 03 - Doação (dáviva)
- 04 - Herança (legado, sucessão)
- 05 - Posse
- 06 - Posse braçal
- 07 - Posse não legitimada
- 08 - Sesmaria
- 09 - Terras Públicas
- 10 - Troca (permuta)
- 11 - Meação
- 12 - Carta de Aforamento da Câmara Municipal
- 88 - Outra (dívida; por negócio; dívida com hipoteca; dívida no inventário)
- 99 - Não declarado (não especificado)

TABELA Nº 18 - TIPO DO DOCUMENTO EXISTENTE

01 - Escritura pública (escritura; escritura de venda)
02 - Folha de partilha (inventário; título legítimo de herança, ata do espólio)
03 - Escritura particular
04 - Recibo
05 - Registro Paroquial - (1957)
06 - Testamento
07 - Título legítimo de compra (Papel de venda; contrato de compra e venda; Duplicata; Título legítimo de compra e venda; Título de compra do governo).
08 - Papel de Troca.
88 - Outro (título legítimo; título legítimo de legado; Notas; Termo de Arrematação; Carta Régia; Certidão; Registro; Certidão Jurídica)
99 - Não declarado (não especificado)

TABELA Nº 19 - TIPO DE COBERTURA

01 - Campos - s/especificação - (Campinas; Campinho; Gramados)
02 - Campos de criar (matos de criar; matos de pastagem)
03 - Capoeiras (cerrado; capuavas)
04 - Capões
05 - Carrascaes
06 - Faxinais
07 - Logradores
08 - Matos ou Matas - s/especificação (matos queimados; restinga de matos)
09 - Pastagens (campos de pastagens; internada; pasto)
10 - Terras lavradas (matas lavradas; terras de cultura; Matos lavrados, cultivado; plantações; lavoura; congonghas)
11 - Terras (s/especificação)
12 - Ervais
88 - Outro (catanduvas; restinga seca)
99 - Não declarado

TABELA Nº 20 - VIAS DE ACESSO AO IMÓVEL E LIMITES *

1 - Caminho	4 - Rio
2 - Caminho de tropa	8 - Outro (picada)
3 - Estrada	9 - Não declarado

TABELA Nº 21 - RECURSOS HÍDRICOS

1 - Córrego	8 - Outro (arroyo, ribeirão, vertente, olho d'água, lageado, lagos, lagoão, riachos, águas)
2 - Mananciais	
3 - Rio	9 - Não declarado

TABELA Nº 22 - ATIVIDADES ECONÔMICAS

01 - Agricultura - genérica s/especificação - (plantações)	07 - Cebola
02 - Algodão	08 - Cereais - genérico s/especificação
03 - Alho	09 - Feijão
04 - Arroz	10 - Frutas
05 - Batata	11 - Legumes
06 - Batata-doce	12 - Mandioca
	13 - Milho

* Colocar quantidade e código - ex: "... rio Yapô e Pirahy" Foi indicado da seguinte maneira: 2-4 (dois rios);
- O nome do rio, estrada, etc, quando indicado, será colocado na LISTAGEM, de acordo com os códigos da RELAÇÃO Nº 2. Ex: Conforme indicamos acima, os códigos seriam: D-1 (Yapô) e D-2 (Pirahy).

TABELA Nº 22-ATIVIDADES ECONÔMICAS (cont.)

14 - Trigo	40 - Criação de suínos
15 - Verduras	41 - Criação de animais
16 - Erva-mate	50 - Extrativismo - genérico s/especificação
30 - Criação - genérica s/especificação	51 - Extração de calcário
31 - Criação de aves	52 - Extração de erva-mate
32 - Criação de bovinos s/especificação	53 - Extração de talco
33 - Criação de bovinos de leite	60 - Tropeirismo
34 - Criação de bovinos de corte	61 - de gado muar
35 - Criação de caprinos	70 - Invernagem
36 - Criação de equinos	71 - de gado muar
37 - Criação de gado s/especificação	80 - Comércio
38 - Criação de muares	90 - Indústria
39 - Criação de ovinos	91 - Fábrica de cal
	88 - Outra
	99 - Não declarada

TABELA Nº 23 - PROVÍNCIA OU ESTADO

1 - do Paraná
9 - Não declarado

TABELA Nº 24 - EDIFICAÇÕES E/OU INSTALAÇÕES PRODUTIVAS *

01 - Carijo	13 - Mangueira
02 - Casa	14 - Capella
03 - Casa de morada	15 - Rancho (arrançamento ...)
04 - Curral	16 - Casa de negócio
05 - Engenho (roda p/o fabrico da farinha de mandioca)	17 - Tapera
06 - Estrebaria	19 - Chiqueiro
07 - Forno	20 - Muros de tijolos
08 - Monjolo	77 - Não se aplica
09 - Negócio	88 - Outro (mais benfeitorias)
10 - Olaria	99 - Não declarado
11 - Paiol	
12 - Potreiro	

TABELA Nº 25 - OUTROS TIPOS DE BENFEITORIAS (Item 42)

30 - Árvores frutíferas (bananal, laranjeira, etc.)	40 - Pedras calcáreas
31 - Cerca	41 - Invernadas
32 - Delimitações	42 - Grande queda d'água
33 - Pedreira	77 - Não se aplica **
34 - Quintal	88 - Outro (gramado, árvores de espinhos, plantações (21), lavoura, planta, feitorias, culturas, cultivado, pastagens (18) mais benfeitorias herval (22,45), parreiras, mangueiras, madeira de de lei, pátio, arvoredos).
35 - Roçada	
36 - Valo	
37 - Quedas para monjolo	
38 - Piquete	
39 - Muros de pedra	99 - Não declarado ***

* - Assinalar código 77, quando no item 40 da Planilha estiver assinalada a opção 2 ou 4, e nos itens 41 e 42 nada constar.

- Assinalar a quantidade e o código referente à benfeitoria. Ex: 2-2 (duas casas); 3-12 (tres potreiros).

** - Assinalar código 77, quando no item 40 estiver assinalada a opção 2 ou 4, e nos itens 41 e 42 nada constar.

*** - Assinalar código 99, quando no item 40 estiver assinalado código 1, e neste item nada constar.

TABELA Nº 26 - PARÓQUIA OU FREGUESIA - (Item 09)

01 - da Vila de Castro (Santa Ana de Castro)	07 - Não se aplica*
02 - de Jaguariáhiba	08 - Outras
03 - de Tibagy	09 - Não declarada

TABELA Nº 27 - LIMITES - (Item 44)**

1 - Demarcado claramente	3 - Demarcação confusa
2 - Não demarcado	9 - Não declarado

TABELA Nº 28 - ESPECIFICAÇÃO DA ÁREA (p/indicação do preço)***

1 - Total declarada	5 - Pastagens
2 - Total declarante	7 - Não se aplica
3 - Cultivada	8 - Outra
4 - Não cultivada	

TABELA Nº 29 - CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL EM ESTRATOS DE ÁREA (ha) (item 47)****

1 - Mini - 0 — 50 ha
2 - Pequeno - 50 — 500 ha
3 - Médio - 500 — 2.000 ha
4 - Grande - 2.000 — 5.000 ha
5 - Muito Grande - 5.000 — 15.000 ha
9 - Não declarada

RELAÇÃO Nº 1 - NOMES DE LUGAR E LOCALIZAÇÃO (excetuando-se os nomes que coincidem com os nomes de Bairros ou Quarteirões) - Indicar o código na listagem.

002 - Agudinho	030 - Barra da Pampulha
003 - Agudo	031 - Barrinha
005 - Alegrete	032 - Boa Vista
006 - Amparo	033 - Boa Esperança
010 - Apom ou Apuan	035 - Boa Vista de Dentro
012 - Alves	040 - Boqueirão
015 - Area ou Areia Branca	045 - Botiatyba
018 - Arroio do Tigre	050 - Botiã ou Butiã
019 - Arroio do Taquaral	055 - Brejo ou Bufo d'Água
020 - Areias	056 - Campina do Estrépe
021 - Arroio da Aponhã	057 - Campo do Cajuru
022 - Arroio da Caipóra	058 - Campinas das Pedras
023 - Arroio do ou de Ferro	060 - Campo dos Silvas
024 - Africanos	061 - Campo Comprido
025 - Barra(s)	062 - Campo de Dentro
026 - Barra Grande	065 - Campo Novo
027 - Barra Braba	066 - Cabeceira do Arroio da Paina
028 - Barra do Arroio da Quebrada Funda	070 - Capados
029 - Barreiro	075 - Capadinhos

* Assinala-se o item 7, em todos os registros ou formulários da segunda fase da pesquisa.

** Quando aparecer código 1 ou 3, e no espaço correspondente tiver sido indicado ou especificados os limites, transcrevê-los na LISTAGEM.

*** - Transformar a área para hectare. (Ver tabela do SIMONSEN).
- Indicar código 7, quando no item 45 tiver sido assinalado código 2 ou 5 e nada constar neste item.
- No preço do imóvel (item 49 da Planilha), anotar o código da área, conforme tabela 28, e o valor em réis.

**** Classificação a partir de critérios descritos.

080 - Capão Bonito	261 - Mata Grosso
085 - Capinzal	262 - Mato da Ribeira
087 - Capão Alto	263 - Mato Limpo
088 - Capuavinha	265 - Morcego(s)
090 - Caratuva	270 - Moreno
091 - Cassador	272 - Morro Pelado
092 - Cavernas	273 - Morro do Mastro
093 - Caveiras	274 - Morro Grande
095 - Caxoeira	275 - Olhos d'Água
096 - Casa Branca	276 - Orphãos
097 - Castelhana ou Castilhano	280 - Onça
100 - Caxoeira Roncadeira	281 - Orema
102 - Cruz das Almas	283 - Painera (Paineiras)
105 - Cercado	285 - Paiol
106 - Cerca Velha	290 - Paiol Velho
107 - Chaves	292 - Palmeirinha
110 - Cigana	295 - Palmital
115 - Congonha	296 - Palmitos
120 - Corredeiras	300 - Pampaia
125 - Duas Lagoas	305 - Pampulha
130 - Espigão	310 - Papudos
132 - Espigão Alto	315 - Passo dos Bois
133 - Espigão dos Caitês	320 - Pé Cumprido
140 - Escorredores	325 - Pedreira
145 - Fábrica de Cal	330 - Pedrinhas
150 - Faxinal	335 - Pelourinho
155 - Fervedor	340 - Pereira
157 - Francisca Lemes	342 - Pessegueiros
160 - Frias	345 - Pinheiro Seco
162 - Fundo do Campo	346 - Pinhal
165 - Fundo do Pilato	350 - Pitanguí
170 - Funil	351 - Potreiro
175 - Furquilha	352 - Potreiro Grande
177 - Gramado	353 - Porcos
180 - Gruta	354 - Potreiro Luiz
182 - Guararema	355 - Potreiro dos Laras
185 - Gabiroba	357 - Puchanervo
186 - Goalhos	360 - Pulador
187 - Boqueirão	362 - Quebrada Funda
189 - Herval do Xaxim	365 - Queimado
190 - Herval	370 - Ressaca do Capão Bonito
191 - Herval Grande	372 - Retãme
192 - Itaimbé	375 - Ribeirão
193 - Jacu	376 - Ribeirãozinho
195 - Jaguariáhiba	377 - Ribeirão do Barulho
197 - Jaguaricatú	378 - Ribeirão da Ilha
200 - Jutuva	380 - Ribeirão Bonito
205 - Lageado da Conceição	381 - Ribeirão da Taquara
210 - Lagoa Bonita	382 - Ribeirão do Catanduva
215 - Lagoa da Água	385 - Ribeirão da Faltura
220 - Lagoa Feia	387 - Ribeirão do Conceição
225 - Lagoa dos Ferreiras	388 - Ribeirão do Marimbondo
226 - Lagoa Seca	390 - Ribeirão Grande
227 - Lagoa da Taipuitanga	391 - Ribeirão de São Miguel
230 - Laranjeira	392 - Ribeirão da Moura
235 - Lavrinha	393 - Ribeirão da Viúva
240 - Macacos	394 - Rio da Cinza
242 - Machadinho	395 - Rincão do Espigão
245 - Machico	396 - Rincão do Cercado
250 - Maracandiva	400 - Rio Bonito
135 - Escorredeiras	405 - Rio Claro
255 - Marmeleiro	407 - Rio da Canha
260 - Mato Dentro	410 - Rio do Turvo

412 - Rio dos Tatitos	452 - Silva	D- 6 - Thabor	E- 6 - do Meio
415 - Rodeio (Campo do Rodeio)	455 - Sitio Grande	D- 7 - Cunhaporanga	E- 7 - Ribeirão do Padre
417 - Ronda	457 - Sitio do Canto	D- 8 - do Poço	E- 8 - da Caxoeira Roncadeira
420 - Roque	460 - Tamanduã	D- 9 - Jutuva	E- 9 - de Santo Anselmo
425 - Rozeta	465 - Tapanhacoanga do Morro Pelado	D-10 - Caratuva	E-10 - Córrego do Bom Sucesso
427 - Salto	470 - Tapera	D-11 - São João	E-11 - Córrego do Ferro
430 - São José	475 - Tapera da Laranjeira	D-12 - Tibagi	E-12 - Ribeirão do Socavão
432 - São Francisco Xavier	476 - Taquara	D-13 - das Areias	E-13 - Ribeirão do Monjolo
435 - São Luis	480 - Terra Baixa	D-14 - dos Marcegos	E-14 - Ribeirão Grande
440 - São Thomé (S.T.de Dentro)	481 - Tijuco	D-15 - Jaguarihiba	E-15 - Ribeirão do Apuam
442 - Samambaia	485 - Tysico	D-16 - Bonito	E-16 - Ribeirão do Catanduva
445 - Serra	490 - Três Barras	D-17 - Fortaléza	E-17 - Córrego do Morro Pelado
446 - Serrado	495 - Tripa-Coração	D-18 - Ribeirinha	E-18 - Córrego da Congonha
447 - Sertão da Marinha	496 - Villela	D-19 - Sinsa	E-19 - Córrego dos Pullos
448 - Sertão da Moreninha	497 - Villinha da Palmeira	D-20 - da Ribeira	E-20 - Córrego do Fundo da Cerca
450 - Sertão	498 - Xaxim	D-21 - Japoque	E-21 - Córrego do Barreiro
451 - Sertão do Paraná	999 - Não declarado	D-22 - Feio	E-22 - Córrego do Barro Amarelo
		D-23 - Bananal	E-23 - Córrego Lageado
		D-24 - Onça	E-24 - Ribeirão Frio
		D-25 - Jaguaruçu	E-25 - Córrego do Monjolino
		D-26 - Itararê	E-26 - Ribeirão do Carambey
		D-27 - Jaguaricatú	E-27 - Ribeirão do Bananal
		D-28 - Capivary	E-28 - Ribeirão dos Morcegos
		D-29 - Boa Vista	E-29 - Córrego do Aterrado
		D-30 - Cassandoca	E-30 - Córrego das Pedras
		D-31 - Cercado	E-31 - Córrego Felícia
		D-32 - Taquara	E-32 - Ribeirão do Cercado
		D-33 - Taquarasú	E-33 - Córrego da Lavrinha
		D-34 - Caratuva	E-34 - Ribeirão Guabirola
		D-35 - Aparição	E-35 - Ribeirão do Tigre
		D-36 - Paina	E-36 - Taboão
		D-37 - Pinhal	E-37 - Capinzal
		D-38 - Turvo	E-38 - da Barra
		D-39 - Apom ou Apuam	E-39 - da Lagoa
		D-40 - Lageado	E-40 - da Boa Vista
		D-41 - Cragoatá ou Cragoatã	E-41 - Funil
		D-42 - Taboão	E-42 - de São Lourenço
		D-43 - Socavão	E-43 - Ribeirão da Canha
		D-44 - das Pedrinhas	E-44 - Passo de Taboa
		D-45 - Pedras	E-45 - do Rodeio
		D-46 - Pampulha	E-46 - Mato Limpo
		D-47 - Canhada Funda	E-47 - do Ribeirãozinho
		D-48 - Casa Nova	E-48 - do Lagoão
		D-49 - Passinho	E-49 - da Faisqueira
		D-50 - Funil	E-50 - Aterrado
		D-51 - Paiol Velho	E-51 - da Restinga Grossa
		D-52 - Paiol	
		D-53 - Burro	
		D-54 - da Conceição	
		D-55 - Barra	
		D-56 - Marmeleiro	
		D-57 - Capinzal	
		D-58 - Barreiro	
		D-59 - Cabriúva	
		D-60 - Quebrada Funda	

RELAÇÃO Nº 2 - referente às tabelas 20 e 21 - NOMES DOS CAMINHOS, CAMINHO DE TROPA, ESTRADAS, RIOS, CÓRREGOS, MANANCIAS, Etc.

A - CAMINHO.

A- 1 - p/.Lavrinha
 A- 2 - p/.Ribeira
 A- 3 - Particulares
 A- 4 - p/.os Palmitos
 A- 5 - do Paiol
 A- 6 - p/.o Assungui
 A- 7 - do Ribeirãozinho
 A- 8 - Das Areias
 A- 9 - p/.Santo Antonio
 A-10 - do Arroio Bonito
 A-11 - da Taquara
 A-12 - a Castro e Serro Azul
 A-13 - Vicinal
 A-14 - p/.Socavão
 A-15 - p/.Lagoa
 A-16 - p/.os Vizinhos
 A-17 - de São Lourenço
 A-18 - da Lomba
 A-19 - a Castro
 A-20 - ao Fundão

B - CAMINHO DE TROPA

C - ESTRADA:

C- 1 - do Catanduva a Castro
 C- 2 - Bairro de S.Sebastião - Castro
 C- 3 - Geral
 C- 4 - Velha do Tronco
 C- 5 - Geral ou Velha p/. Ponta Grossa
 C- 6 - Geral da Ribeira
 C- 7 - ao Sertão do Fundão
 C- 8 - p/.o Piraí
 C- 9 - p/.o Jaguarihyva
 C-10 - p/.o Assungui
 C-11 - do Socavão
 C-12 - p/. São José
 C-13 - Velha da Lança

C-14 - p/. o Sul
 C-15 - p/. os Palmitos
 C-16 - p/. a Ribeirinha
 C-17 - Velha
 C-18 - das Areias
 C-19 - Velha do Tijuco-Preto
 C-20 - Nova
 C-21 - A São Paulo e outros pontos do Estado
 C-22 - p/.o bairro do Rio-Abaixo
 C-23 - p/.Santa Quitéria
 C-24 - do Fundão p/.Castro
 C-25 - p/.o Tibagi
 C.26 - p/.o Pitanguy
 C-27 - p/ Aldeamento de São Jerônimo
 C-28 - p/.Tirania
 C-29 - Jataí
 C-30 - p/.o Serro Azul
 C-31 - p/.o Ribeirão Grande
 C-32 - do Rio Bonito
 C-33 - p/.o Bairro de São Lourenço
 C-34 - p/.Castro
 C-35 - a diversos pontos do Estado
 C-36 - Carroçável a São Paulo
 C-37 - p/.o Funil
 C-38 - p/.a Ronda
 C-39 - p/.São Tomé
 C-40 - da Colina
 C-41 - p/.a Lagoa
 C-42 - p/.a Lavrinha

D - RIO

D- 1 - Iapó
 D- 2 - Piraí
 D- 3 - Pirahy-Mirim
 D- 4 - dos Palmitos
 D- 5 - Pitanguy

D- 6 - Thabor
 D- 7 - Cunhaporanga
 D- 8 - do Poço
 D- 9 - Jutuva
 D-10 - Caratuva
 D-11 - São João
 D-12 - Tibagi
 D-13 - das Areias
 D-14 - dos Marcegos
 D-15 - Jaguarihiba
 D-16 - Bonito
 D-17 - Fortaléza
 D-18 - Ribeirinha
 D-19 - Sinsa
 D-20 - da Ribeira
 D-21 - Japoque
 D-22 - Feio
 D-23 - Bananal
 D-24 - Onça
 D-25 - Jaguaruçu
 D-26 - Itararê
 D-27 - Jaguaricatú
 D-28 - Capivary
 D-29 - Boa Vista
 D-30 - Cassandoca
 D-31 - Cercado
 D-32 - Taquara
 D-33 - Taquarasú
 D-34 - Caratuva
 D-35 - Aparição
 D-36 - Paina
 D-37 - Pinhal
 D-38 - Turvo
 D-39 - Apom ou Apuam
 D-40 - Lageado
 D-41 - Cragoatá ou Cragoatã
 D-42 - Taboão
 D-43 - Socavão
 D-44 - das Pedrinhas
 D-45 - Pedras
 D-46 - Pampulha
 D-47 - Canhada Funda
 D-48 - Casa Nova
 D-49 - Passinho
 D-50 - Funil
 D-51 - Paiol Velho
 D-52 - Paiol
 D-53 - Burro
 D-54 - da Conceição
 D-55 - Barra
 D-56 - Marmeleiro
 D-57 - Capinzal
 D-58 - Barreiro
 D-59 - Cabriúva
 D-60 - Quebrada Funda

E - CÓRREGO E RIBEIRÃO:

E- 1 - da Varzea Grande
 E- 2 - do Penteado
 E- 3 - Maracaná
 E- 4 - Xaxim ou Chaxim
 E- 5 - Capados

F - MANANCIAS

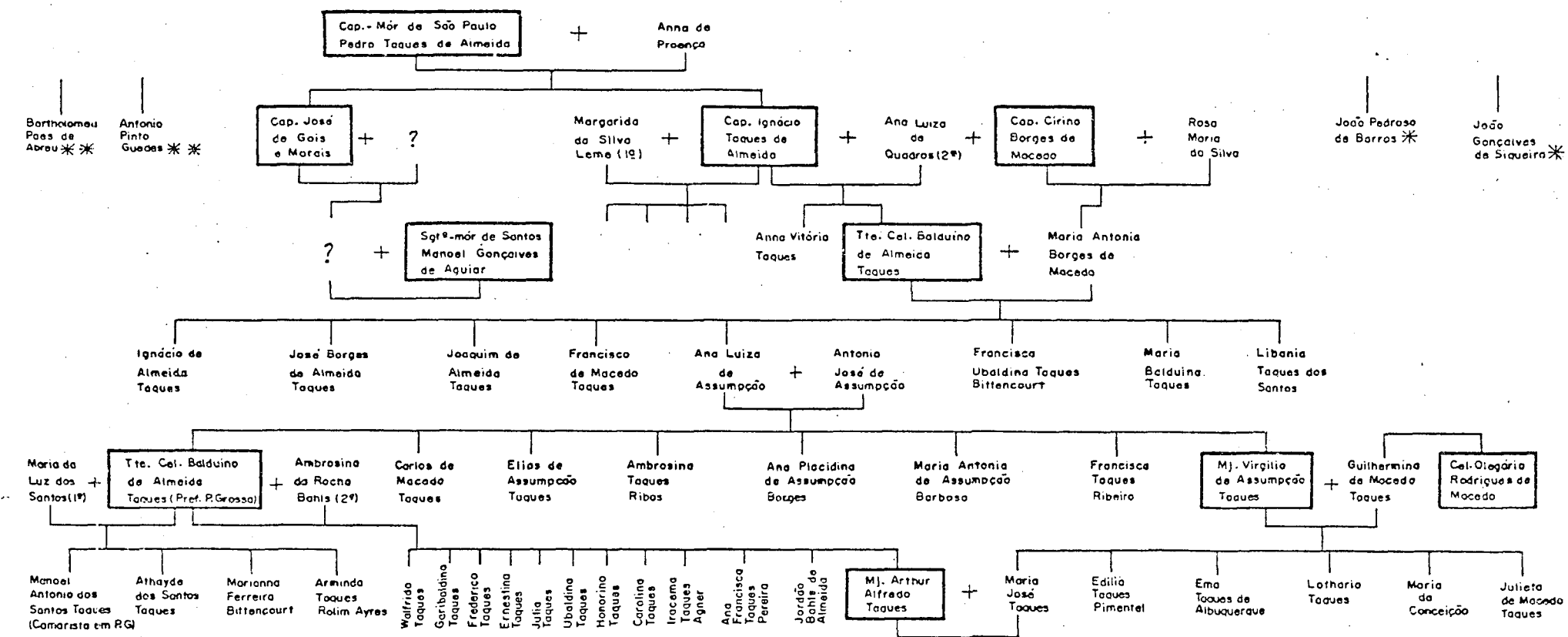
G - LAGEADO

H - ARROIO

H- 1 - do Barro Amarelo
 H- 2 - Josésinho
 H- 3 - do Monjolo
 H- 4 - do Aterrado
 H- 5 - da Faisqueira
 H- 6 - Tijuco-Preto
 H- 7 - Rosário
 H- 8 - Herval
 H- 9 - Pedrinhas
 H-10 - Taboão

H-11 - Barreiro	H-26 - Caipóra
H-12 - Diogo	H-27 - dos Corredores
H-13 - Cristóvão	H-28 - Macaco
H-14 - Onça	H-29 - da Gruta
H-15 - Caratuva	H-30 - do Porco
H-16 - D'agua quente	H-31 - das Vassouras
H-17 - Pedras	H-32 - da Taquara
H-18 - Butica	H-33 - do Leão
H-19 - Maria da Graça	H-34 - Ar. do Tucunduva
H-20 - Restinga Grossa	H-35 - Ar. do Mirim
H-21 - Pequeno	H-36 - das Aroeiras
H-22 - Pampulha	H-37 - da Caxoeira
H-23 - Paiol	H-38 - Morro Grande
H-24 - Taguarã	H-39 - Mato Grande
H-25 - do Pinheiro Seco	

ANEXO 6 - ÁRVORE GENEALÓGICA PARCIAL: FAMÍLIA TAQUES DE ALMEIDA



OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA TAQUES. * * *

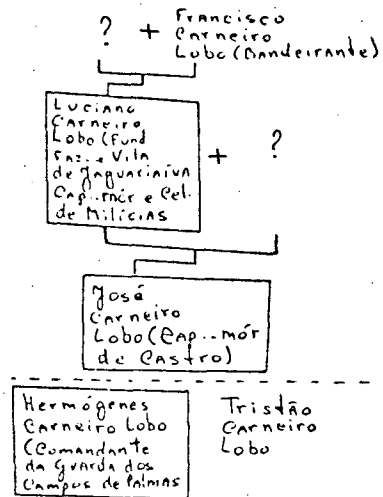
- José de Macedo Taques
- José Borges de Almeida Taques
- Adolpho Taques
- Theophilo Taques
- Victor Taques
- Francisco Ribeiro Taques

- * - Primos de José de Góis e Morais.
- * * - Cunhados de José de Góis e Morais.
- * * * - Nomes que registram participação política da família, no final do séc. XIX e início do séc. XX, sem identificação do ramo específico de descendência a que pertencem.

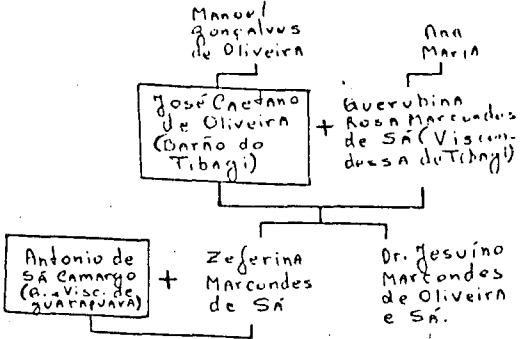
Fonte: NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1950. 6v.; Registros de Terras de Castro - D.A.M.I.; BORBA, Oney Barbosa. Povoadores dos Campos Gerais do Paraná. Curitiba, Litero-técnica, 1969; ROSAS, José R.N.. A fundação da cidade de Castro. Curitiba, Vicentina, s.d.

ANEXO 7 - ÁRVORES GENEALÓGICAS PARCIAIS:

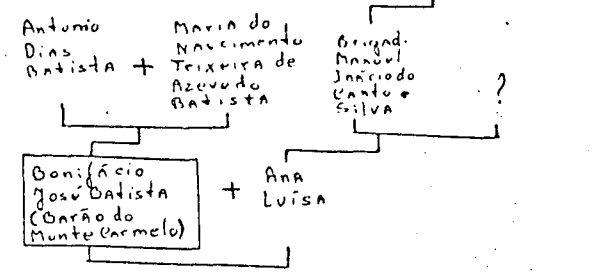
1 - Família CARNEIRO LOBO:



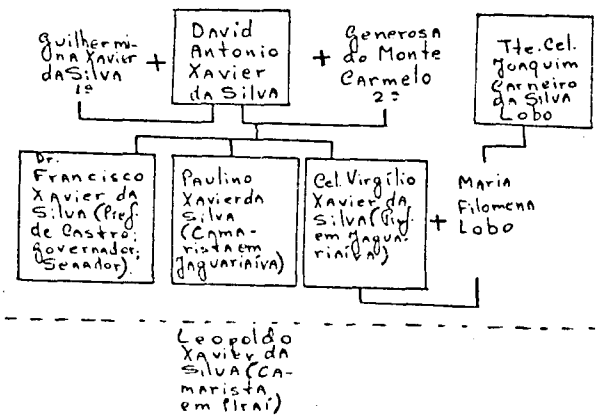
2 - Família OLIVEIRA:



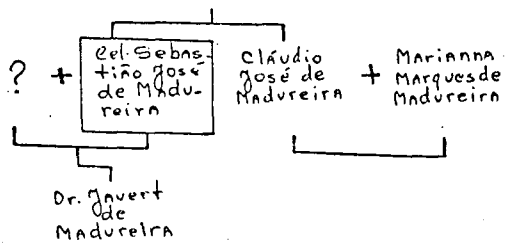
3 - Família BATISTA:



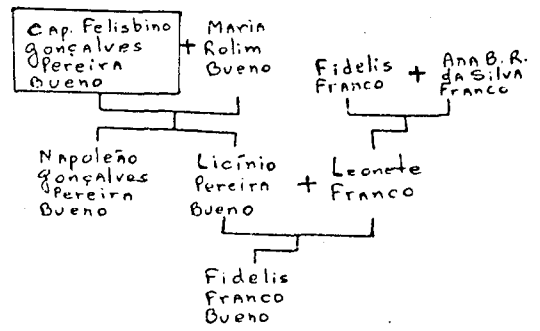
4 - Família XAVIER DA SILVA:



5 - Família MADUREIRA:



6 - Família BUENO:



FONTE: NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1950. 6v.; DAMI, Registros de Terras de Castro; BORDA, O. O Lavadores dos Campos Gerais do Paraná. Curitiba, Litero-Técnica, 1969; ROSAS, J. P. N. A fundação da cidade de Castro. Curitiba, Vicentina, s.d.; CARNEIRO, DAVID. Galeria de entum e de hoje. Curitiba, Vanguarda, 1963. v. 1; BUENO, Fidelis Franco. Aborigine de Castro. Castro, 1980. Entrevista concedida a Benilde M. Lenzi em 20 jul. de 1980.

ANEXO 8

Concentração da propriedade

TABELA 1 - Distribuição dos imóveis por estratos de área, segundo o número de ocupantes em cada imóvel: CASTRO-1893-6

Nº DE OCUPANTES EM CADA IMÓVEL	ESTRATOS DE ÁREA					NÃO DETER- MINADO	TOTAL
	MINI	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	MUITO GRANDE		
Um ocupante	32	30	7	2	5	33	109
Em comum e/ou pró-indiviso c/ dois ocupantes	10	14	3	4	4	123	158
Em comum e/ou pró-indiviso c/ três e mais ocu- pantes	7	12	7	0	2	70	98
TOTAL	49	56	17	6	11	226	365

FONTE: DAMI. Registros de Terras do município de Castro. 1893-6TABELA 2 - Número de imóveis e área compreendida em cada estrato:
Castro - 1893-6

ESTRATOS DE ÁREA	NÚMERO DE IMÓVEIS		ÁREA EM HA.	
	Nº	%	Nº	%
Mini	49	13,42	1.043	0,81
Pequeno	56	15,34	9.572	7,40
Médio	17	4,66	12.878	9,95
Grande	6	1,64	17,150	13,25
Muito Grande	11	3,01	88.748	68,59
Não determinado	226	61,93	-	-
TOTAL	365	100%	129.391 ha	100%

FONTE: DAMI. Registros de Terras do município de Castro - 1893-6.

ANEXO 9

Procedimentos técnicos

1 - Preenchimento do formulário

O preenchimento do formulário, foi feito da seguinte maneira:

Número do formulário: é composto do número do livro, número do registro e do número do imóvel. Por exemplo: livro nº 1, registro nº 5, onde foram declarados dois imóveis distintos. Aí seriam dois formulários, onde o primeiro nº 01-005-01 e o segundo nº 01-005-02;

Item 18: quando a distância da cidade não foi indicada em quilômetros, foi feita transformação no próprio formulário;

Nome do ocupante: inicia-se pelo sobrenome em caixa alta, e após a vírgula, o nome em caixa baixa.* Quando havia mais de um ocupante, os nomes foram todos indicados, e se o espaço não era suficiente, eles apareceram na observação. Os dados pessoais indicados na seqüência, referem-se no caso, ao primeiro nome indicado. A razão para o destaque dado ao sobrenome, está na possibilidade de separar facilmente os imóveis do mesmo ocupante e identificar nomes de mesma procedência familiar, já que este dado é necessário para verificar a concentração da propriedade nas

* Todos os nomes que apareciam na declaração, constam no formulário, com o sobrenome em caixa alta.

mãos de determinadas famílias.

Item 20 e 30 a respeito da condição de ocupação: nestes itens foi assinalado proprietário, quando a origem fosse através de compra ou herança, e posseiro, quando fosse através da posse. Nos outros casos, se não estivesse de alguma forma indicada uma destas condições, estes itens permaneceram em branco.

Sexo: foi assinalado com base no nome, pois não havia outras indicações a respeito.

Grau de instrução: assinalou-se alfabetizado, se o declarante assinou a declaração, e analfabeto, se outro assinou por ele, por não saber escrever.

Estado civil: foi obtido também de forma indireta, quando havia indicações sobre o cônjuge. Se o cônjuge era falecido, seu nome era precedido do seguinte sinal "+".

Nome do ocupante antecedente: obtido quando o declarante indicava o nome da pessoa de quem comprou, herdou, etc.

Item 31: indica se o ocupante antecedente é da mesma família do declarante, e foi obtido quando estava claramente indicado, ou quando foi possível determinar através de informações indiretas.

Item 36, tipo de cobertura: foi obtido pelas características do imóvel indicadas no decorrer do registro.

Item 37, acesso ao imóvel: refere-se tanto às vias que dão acesso ao imóvel, como aos rios, estradas e caminhos que formam os limites do imóvel.

Item 38, recursos hídricos; foi obtido através da informação sobre os limites e no decorrer do registro.

No item 44, referente aos limites, assinalou-se demarcado claramente, quando havia indicação de confrontantes e limites e se estavam ao norte, sul, leste ou oeste do imóvel. Registrou-se demarcação confusa, se alguma destas indicações não apareciam e fosse indicado um limite de existência breve, ou de difícil identificação, por exemplo, uma cerca caída, uma árvore, etc. Na descrição dos limites, foram considerados somente os acidentes geográficos relativamente importantes, e a indicação do nome dos confrontantes, quando estes apareciam. Era próprio da época a demarcação confusa dos limites.

Item 46: a área foi indicada inicialmente, como no registro, ou seja, em léguas, braças, alqueires, etc., para depois ser calculada e convertida para uma única medida. A conversão foi feita para hectare, no próprio formulário, para que os critérios de classificação do imóvel pudessem ser formulados. A área total declarada (formulário), é a maior unidade. A área total do declarante, corresponde à sua parcela dentro desta unidade maior. Havendo dados sobre a área cultivada, não cultivada, de pastagem, ou outra especificação qualquer, foi colocada nos itens correspondentes.

Item 47, classificação do imóvel: inicialmente foram estabelecidos, conforme critérios já descritos, dez estratos de área, depois reagrupados em cinco estratos, como segue:

0 — 50 ha	1 - 0 — 50 ha
50 — 100 ha	
100 — 200 ha	2 - 50 — 500 ha (pequeno)
200 — 500 ha	
500 — 1.000 ha	3 - 500 — 2.000 ha (médio)
1.000 — 2.000 ha	
2.000 — 5.000 ha	4 - 2.000 — 5.000 ha (grandes)
5.000 — 10.000 ha	
10.000 — 15.000 ha	5 - 5.000 — 15.000 ha e mais
15.000 e mais ha	(muito grande)

2 - Procedimentos adotados na codificação e tabulação dos dados:

Visando facilitar a tabulação dos dados, foram feitas tabelas de codificação, para todos os dados do formulário, com exceção do nome do lugar; nome do imóvel; limites e confrontantes; nome das estradas, caminhos, rios, córregos e outros acidentes geográficos; sistema de trabalho e observações. Portanto, estes dados não constam das planilhas, mas, de uma listagem, para que a informação, embora bastante específica, não se perca.

Quando apareceram mais de um ocupante, foram indicados na planilha, apenas os dois primeiros nomes, e os demais constam da observação. Estes nomes aparecem todos em caixa alta, o sobrenome precedendo ao nome e separados por vírgula.

Para possibilitar maior clareza e uma redução das inúmeras opções que se apresentaram no preenchimento dos formulários, foram necessários reagrupamentos em alguns itens, conforme tabelas de codificação em anexo.

Todas essas alterações foram necessárias, e basearam-se em testes ou observações feitas no decorrer do levantamento de dados. A supressão, inclusão ou englobamento desta ou daquela opção, dependeu da freqüência com que ocorreu, do significado que encerrava e de sua importância nesta pesquisa. Estas alterações foram previamente discutidas com técnicos experientes, o que permitiu avaliar a viabilidade de tais mudanças.

3 - Tratamento dos dados:

Para elaboração do fichário-imagem, foram selecionadas somente as variáveis mais diretamente relacionadas com os objetivos da pesquisa, e os dados mais freqüentes. Estas variáveis passaram a compor, horizontalmente, a matriz do fichário. Na vertical, foram dispostas as fichas, cada uma correspondendo a um imóvel.

As manipulações foram feitas exaustivamente, explorando todas as possibilidades. O resultado de cada série de manipulações foi fotografado, e serviu para documentar os diferentes gráficos, permitindo que se retomasse a análise e se efetuassem comparações.

Finalmente, as fotos foram copiadas, preparando-se a apresentação dos gráficos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias manuscritas:

- 1 CASTRO. Cartório do Cível. Livro de Inventários - 1850-1889.
- 2 CASTRO. Cartório de Registro de Imóveis. Livro de Transcrição de Imóveis - 1870-1901.
- 3 CASTRO. Livros de registro das terras possuídas na Parochia da Vila de Castro, conforme artigo 91 e seguintes, do regulamento de 30 de janeiro de 1854. N^{os} 1-7, 1854-56. No Departamento de Arquivo e Microfilmagem, Curitiba.
- 4 _____. Livros de registro das terras possuídas a título legítimo de compra, legitimação ou revalidação, ou concessão independente de revalidação, a que se refere o artigo 107 do regulamento de 8 de abril de 1893 situados no Distrito e município de Castro. N^{os} 1-2, ago./1893 e out./1895. No Departamento de Arquivo e Microfilmagem, Curitiba.
- 5 _____. Livro de registro de terras sujeitas à legitimação ou revalidação a que se refere o artigo 108 do regulamento de 8 de abril de 1893 situados no Districto de Castro, Município de Castro. N^o 1, 1893. No Departamento de Arquivo e Microfilmagem, Curitiba.
- 6 PARANÁ. Assembléia Legislativa. Mensagens à Assembléia Legislativa do Estado. 1895-1924.
- 7 PARANÁ. Relação dos Prefeitos, camaristas e suplentes das Câmaras Municipaes do Estado. 1892, 1893, 1896, 1908. No Departamento de Arquivo e Microfilmagem, Curitiba. Docs. n^o 0717, 0732 e 0733.

Fontes de História Oral:

- 8 BARBOSA, Odorico. A região de Castro. Castro, 1980. Entrevista concedida a Benilde M. Lenzi em 23 jul. 1980.
- 9 BORBA, Oney Barbosa. A região de Castro. Castro, 1980. Entrevista concedida a Benilde M. Lenzi em 19 jul. 1980.

- 10 BUENO, Fidelis Franco. A região de Castro. Castro, 1980. Entrevista concedida a Benilde M. Lenzi em 20 jul. 1980.
- 11 CARDOSO, Jayme A. Cursos de semiologia gráfica. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. Curso.
- 12 FERRARI, Conceição. A região de Castro. Castro, 1980. Entrevista concedida a Benilde M. Lenzi em 20 jul. 1980.
- 13 MARTINS, Álvaro Carneiro. A região de Castro. Castro, 1980. Entrevista concedida a Benilde M. Lenzi em 19 jul. 1980.
- 14 MARTINS, Ester Meira. A região de Castro. Castro, 1980. Entrevista concedida a Benilde M. Lenzi em 20 de jul. 1980.
- 15 MOURA, Manoel Rolim de. A região de Castro. Castro, 1980. Entrevista concedida a Benilde M. Lenzi em 23 jul. 1980.
- 16 SOUZA, Silvio Marques de. A região de Castro. Castro, 1980. Entrevista concedida a Benilde M. Lenzi em 23 jul. 1980.

Fontes impressas e/ou microfilmadas:

- 17 ABREU, Alcioly T. A posse e o uso da terra - modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba, 1981. 364 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 18 ARAÚJO, Silvia M. P. de. Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba, Projeto, 1982. 215 p.
- 19 ARAÚJO, Silvia M. P. de & CARDOSO, Jayme A. O gráfico como instrumento de pesquisa: o fichário - imagem. Curitiba, 1986. Trabalho apresentado na 38ª Reunião Anual da S.B.P.C., a ser publicado na Revista Ciência & Cultura nº 15, março/1987.
- 20 AZAMBUJA, Família. Casa de Azambuja. Genealogia da família Rolim de Moura. Doc. cedido por Manoel Rolim de Moura. 3 p.
- 21 BALHANA, Altiva Pilatti. Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais. Boletim da Universidade do Paraná, Departamento de História, Curitiba, (3):28-52, jun. 1963.
- 22 BALHANA, A.P. & outros. Campos Gerais: estruturas agrárias. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1968. 268 p.
- 23 BENCI, S. J. Jorge. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos. São Paulo, Grijalbo, 1977. 224 p.

- 24 BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia. 14(2), out./dez. 1952.
- 25 BERTIN, Jacques. Sémiologie graphique. Paris, Gauthiers Villard Mauton, 1967. 417 p.
- 26 BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná; 3 anos de vida em suas florestas e campos, 1872-1875. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974. 420 p.
- 27 BLOCH, Marc. Introdução à História. Lisboa, Gráf. Imperial, Publicações Europa-América, 1965.
- 28 BOLETIM DA DIVISÃO DE GEOGRAFIA. Departamento de Geografia, Terras e Colonização, Curitiba, n. 1, 1953; n. 1, 1964; n. 3, 1967.
- 29 BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ. Curitiba, DAMI, 1980-86.
- 30 BOLETIM INFORMATIVO DO MUSEU DO TROPEIRO. Castro, Museu do Tropeiro, 1979.
- 31 BORBA, O. B. Os castrenses e a nossa independência. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 18:239-43, 1973.
- 32 _____. Pequena história de Castro. Curitiba, Gráf. Vicentina, 1972. 86 p.
- 33 _____. Povoadores dos Campos Gerais do Paraná. Curitiba, Litero-Técnica, 1969. 54 p.
- 34 _____. Rua das tropas. Jornal do Iapó, Castro, 15 out.1976.
- 35 _____. Um pouco de história. Jornal do Iapó, Castro, 15 jan. 1976. Resumo da palestra proferida na Câmara Municipal de Castro.
- 36 BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto nº 1432 de 23/09/1854- Crea a repartição especial das terras públicas na Província do Paraná. In: Colleção das leis do Império do Brasil de 1854. v. 15, pt. 1, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1854.
- 37 _____. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. In: Colleção das leis do Império do Brasil. 1850. v. 11, pt.1, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909. p. 234.
- 38 _____. Regulamentação para execução da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, a que se refere o decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854.
- 39 BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. Lisboa, Presença, 1972.

- 40 BREPOHL, Marionilde Dias. Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre história regional. História Questões e Debates, Curitiba, 2(2):15-22, jun.1981.
- 41 BRESCIANI, Maria Stella Martins. Suprimento de mão-de-obra para a agricultura: um dos aspectos do fenômeno histórico da abolição. Revista de História, 53(106):
- 42 CANABRAVA, A. P. A estrutura da propriedade rural em São Paulo (1818). Rio de Janeiro, EIAP/FGV, 1977. 2 p. Resumo da Comunicação apresentada no Seminário sobre Evolução e Modernização da Agricultura Brasileira. Mimeografado.
- 43 _____. A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818. Estudos Econômicos, São Paulo, 2(4), 1972.
- 44 CARDOSO, Ciro. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1979. 210 p.
- 45 CARDOSO, Ciro Flamarion S. & BRIGNOLI, Héctor P. Os métodos da história. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 528 p.
- 46 _____. Houve feudalismo no Brasil? In: PINSKY, Jaime. O modo de produção feudal. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- 47 CARDOSO, Jayme A. Essai d'utilisation des listes electorales dans l'etude de la population du Parana (Brésil) vers 1870. Paris, 1977. 404 p. Thèse, Doctorat de 3 ème. Cycle, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- 48 _____. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. História Questões & Debates, Curitiba, 2(2):5-13, jun.1981.
- 49 _____. Construção de gráficos e linguagem visual. História: Questões & Debates, Curitiba, 5(8):37-58, jun.1984.
- 50 CARDOSO, Jayme A. & WESTPHALEN, Cecília M. Atlas histórico do Paraná. Curitiba, Projeto, 1981. 78 p.
- 51 CARNEIRO, David. Galeria de ontem e de hoje. Curitiba, Vanguarda, 1963.
- 52 CARONE, Edgard. A primeira república. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. p. 103-108.
- 53 CORRÊA, Carlos Humberto P. História oral (Teoria e Técnica). Florianópolis, UFSC, 1978. 91 p.
- 54 COSTA, Odah R. G. A ação empresarial de Ildelfonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, na conjuntura paranaense. Curitiba, 1974. 333 p. Tese, Livre Docência, Universidade Federal do Paraná.
- 55 _____. A reforma agrária no Paraná. Curitiba, 1977. 318 p. Tese, Professor Titular, Universidade Federal do Paraná.

- 56 COSTA, Odah R. G. Estruturas agrárias de Curitiba - Paraná - 1850-1900. Curitiba, 1981. 3 p. Projeto de Pesquisa apresentado em seminário dia 19/03/81, no Departamento de História da UFPR.
- 57 _____. O preço de terras na colônia Içara - 1939-1968. Curitiba, Ed. A. M. Cavalcante, 1974. 178 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 58 DAUMARD, Adeline. Cinco aulas de história social. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1978. 125 p.
- 59 DUARTE, Nestor. A ordem privada e a organização política nacional. 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966. 129 p.
- 60 ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1, Campos do Jordão, 1978. Anais. Belo Horizonte, ABEP, s.d. p.603-19.
- 61 FAORO, R. Os donos do poder. 2. ed. Porto Alegre, Globo, 1975. 2 v.
- 62 FAZENDA Fortaleza - histórico. 6 p. No Museu do Tropeiro, Castro.
- 63 FENELON, Dea R. 50 textos de história do Brasil. São Paulo, Hucitec, 1974.
- 64 FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. 6. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1950. 2 v.
- 65 FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976. 284 p.
- 66 _____. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 5. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975. 344 p.
- 67 GENOVESE, Eugene. Economie politique de l'esclavage. Paris, 1968.
- 68 _____. Roll, Jordan, roll. New York, Vintage Books, 1976. 823 p.
- 69 GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 2. ed. São Paulo, Ática, 1978. 592 p.
- 70 _____. Resposta a uma agressão pessoal. Encontros com a civilização brasileira, Rio de Janeiro, (5):237-9, nov.1978.
- 71 GOULART, José Alípio. Tropas e tropeiros na formação do Brasil. Rio de Janeiro, Conquista, 1961. 268 p.
- 72 GUIMARÃES, Alberto Passos. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 362 p.
- 73 _____. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968. 255 p.

- 74 HISTÓRIA do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. 4 v.
- 75 IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo; apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo, Difel, 1962. 312 p.
- 76 _____. O colapso do populismo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. 223 p.
- 77 IMÓVEL FORTALEZA, Tibagi. Documentos. Proprietário Antonio Marques de Souza. Tibagy.
- 78 LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. 7. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971. 288 p.
- 79 LAPA, José Roberto do Amaral. A história em questão. Petrópolis, Vozes, 1976. 204 p.
- 80 _____. org. Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980. 210 p.
- 81 LAVALLE, A. M. Análise quantitativa das tropas passadas no Registro do Rio Negro - 1830-1854. Curitiba, 1974. 180 p. Tese, Livre Docência, Universidade Federal do Paraná.
- 82 LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- 83 LEMOS, C. C. Coronelismo e oligarquias no Brasil. Curitiba, 1980. Texto não publicado. 20 p.
- 84 LIMA, Ruy Cirne. Pequena história territorial do Brasil. Sesmarias e terras devolutas. 2. ed. Porto Alegre, Sulina, 1954.
- 85 LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História da agricultura Brasileira: Combates e controvérsias. São Paulo, Brasiliense, 1981. 170 p.
- 86 LOPES, José C. da V. Esboço histórico da fazenda Santa Rita. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 20:55-144, 1974.
- 87 MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. Boletim da Universidade do Paraná, Departamento de História, Curitiba, (3):1-27, jun. 1963.
- 88 _____. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, Curitiba, 1951. 26 p.
- 89 MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 3(4):199-221, abr.1980.

- 90 MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 2. ed. São Paulo, Lech, 1981. 157 p.
- 91 MARTINS, Romário. História do Paraná. 3. ed. Curitiba, Guaíra, s.d. 378 p.
- 92 MAURO, Frédéric. Do Brasil à América. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- 93 _____. O Brasil e a América Latina: conjuntura econômica e estrutura social desde a época colonial (um estudo comparativo). In: PELAEZ, Carlos Manoel & BUESCU, Mircea (Coord). A moderna história econômica. Rio de Janeiro, APEC, 1976.
- 94 MELLO, João Manoel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982. 182 p.
- 95 MERCER, Edmundo A. & MERCER, Luiz Leopoldo. História de Tibagi. Curitiba, CENICOM, s.d. 196 p.
- 96 MERCER, J. F. Notas cronológicas sobre o município de Castro. No Museu do Tropeiro, Castro. 10 p.
- 97 MOTA, Paulo Roberto. Movimentos partidários no Brasil. Rio de Janeiro, F.G.V., 1971.
- 98 MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo. São Paulo, Tip. de Costa Silveira, 1838.
- 99 MÜLLER, Geraldo. Estado, estrutura agrária e população. Petrópolis, Vozes, 1980. 141 p.
- 100 MURICY, J. Candido da Silva; TOURINHO, F. A. Monteiro; RIBAS, J. Lourenço de Sã. Descrição geral da Província do Paraná. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 2(7):87-101, 1918.
- 101 NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1950. 6 v.
- 102 O PARANÁ em 1853. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, Curitiba, 1(1), 1917.
- 103 PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, Hucitec, 1981. 235 p.
- 104 PARANÁ. Leis, decretos etc. Lei nº 68, de 20 de dezembro de 1892. In: _____. Leis e regulamentos do Estado do Paraná de 1892. Curitiba, Typ. da Impr. Paranaense, 1893.
- 105 _____. Acto nº 35, de 18 de abril de 1893. In: _____. Leis e regulamentos do Estado do Paraná de 1892. Curitiba, Typ. da Impr. Paranaense, 1893.
- 106 _____. Regulamento a que se refere o Decreto nº 1 de 8 de abril de 1893. In: Leis e regulamentos do Estado do Paraná de 1892. Curitiba, Typ. da Impr. Paranaense, 1893.

- 107 PARANÁ. Governador (Lupion). Mapa genealógico dos municípios paranaenses. Curitiba, D.A.T.M., 1956. Microfilme.
- 108 PARANÁ. Governo, 1854 (Fernandes Jr.). Relatório apresentado ao Exmo. Presidente da Província do Paraná Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos pelo Chefe de Polícia Antonio Manoel Fernandes Junior em julho de 1854. Curityba, Typ. Lopes, 1854. Microfilme.
- 109 PARANÁ. Governo, 1857. (Carvalhaes). Relatório apresentado pelo Vice-Presidente da Província do Paraná José Antonio Vaz de Carvalhaes, no dia 7 de janeiro de 1857. Microfilme.
- 110 PARANÁ. Governo, 1862. (Nogueira). Relatório apresentado (...) pelo Presidente da Província do Paraná Antonio Barbosa Gomes Nogueira, no dia 15 de fevereiro de 1862. Curityba, Typ. Paranaense, 1862. Microfilme.
- 111 PARANÁ. Governo, 1863. (Nogueira). Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Paraná Antonio Barbosa Gomes Nogueira, no dia 15 de fevereiro de 1863. 112 p. Microfilme.
- 112 PARANÁ. Governo, 1876. (Lins). Relatório apresentado à (...) pelo Exmo. Presidente da Província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins, no dia 15 de fevereiro de 1876. Curityba, Typ. Paranaense, 1876. 148 p. Microfilme.
- 113 PARANÁ. Governo, 1881. (Pedrosa). Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Paraná Dr. João José Pedrosa no dia 16 de fevereiro de 1881. Curityba, Typ. Paranaense, 1881. Microfilme.
- 114 PARANÁ. Governo, 1884. (Bello). Relatório apresentado (...) pelo Presidente da Província do Paraná Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, no dia 22 de agosto de 1884. Typ. Paranaense, 1884. 113 p. Microfilme.
- 115 PARANÁ. Governo, 1888. (Faria Sobrinho). Relatório apresentado (...) pelo Presidente da Província do Paraná Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho, no dia 22 de dezembro de 1888. Curityba, Typ. Paranaense, 1888. Microfilme.
- 116 PELÁES, C. M. & BUESCU, M. (Coord.). A moderna história econômica. Rio de Janeiro, APEC, 1976. 260 p.
- 117 PILATTI, BALHANA, Altiava. Formação da população paranaense. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 10:40-51, 1969.
- 118 PINSKY, Jaime (Org.). Capital e trabalho no campo. São Paulo, Hucitec, 1977.
- 119 PINTO, Elizabete Alves. População de Castro a partir das listas nominativas de habitantes - 1800-1830. Tese de Doutorado em andamento.

- 120 POPULATION. Paris, INED, nov. 1975. Nº especial.
- 121 PRADO JR., C. A questão agrária no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1979. 188 p.
- 122 _____. A revolução brasileira. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1968. 369 p.
- 123 _____. História econômica do Brasil. 19. ed. São Paulo, Brasiliense, 1976. 364 p.
- 124 _____. História quantitativa e método da historiografia. Debate & Crítica, São Paulo, 3(6):1-19, jul.1975.
- 125 RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962. 108 p.
- 126 RITTER, Marina Lourdes. As sesmarias do Paraná no século XVIII. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980. 248 p.
- 127 ROCHA, Augusto Faria. Subsídio para a história do Paraná. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 5(1/2):7-13, jan./jun.1951.
- 128 ROCHA POMBO, J. F. Memória de Castro. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 22:75-94, 1974.
- 129 _____. O Paraná no Centenário (1500-1900). 2. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1980. 147 p.
- 130 ROSAS, J.P.N. A cidade de Castro e seu nome. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 6(1/2):39-45, jan./jun.1953.
- 131 _____. A fundação da cidade de Castro. Curitiba, Gráf. Vicentina, s.d. 124 p.
- 132 SAINT-CLOUD. Escola Normal Superior. Colóquio, 1965. BOUVIER, Jean. História social e história econômica. 15-16 de maio 1965.
- 133 SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de São Paulo. Trad. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, Martins, 1972. 357 p.
- 134 SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Arquivos da cidade de Castro. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, Curitiba, (16):3-128, 1972.
- 135 _____. L'Économie et la société esclavagistes au Paraná (Brésil) de 1854 a 1887. Paris, 1976. 362 p. Thèse, Doctorat de 3^{ème}. Cycle, Université de Paris X.

- 136 Preços de escravos na Província do Paraná: 1861-1887 (estudos sobre as Escrituras de Compra e Venda de Escravos). Curitiba, 1974. 131 p. Tese, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 137 SILVA, José Graziano da. A estrutura agrária no Estado do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, 64:9-42, jul./set.1978.
- 138 Estrutura fundiária e relações de produção no campo brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2., São Paulo, 1981. Anais. São Paulo, ABEP, 1981.
- 139 Os índices de concentração da posse da terra e as modificações da estrutura agrária brasileira em 1960/70. Revista de Economia Rural, 14(1):287-310, 1976.
- 140 Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, Hucitec, 1981. 210 p.
- 141 SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil 1500-1820. 6. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969. 475 p.
- 142 SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1973. 280 p.
- 143 STEFANINI, Luís de Lima. A propriedade no direito agrário. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1978.
- 144 SZMRECSÁNYI, Tomás & QUEDA, Oriovaldo, org. Vida rural e mudança social. 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.
- 145 TOPALOV, Christian. Estruturas agrárias brasileiras. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978. 88 p.
- 146 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. Normas para apresentação de trabalhos. Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná, 1981. 183 p.
- 147 VIANA, Francisco José de Oliveira. Populações meridionais do Brasil; história - organização - psicologia 4. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938. 2 v.
- 148 WESTPHALEN, C. M. Um modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1971. 1 p.
- 149 WESTPHALEN, C. M. & outros. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, (7):1-52, set.1968.

- 150 WESTPHALEN, C. M. Paraná - zona de trânsito. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 7:(3/4):45-55, jul./dez.1957.
- 151 ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, U.S.P., 1951. 275 p.

Mapas:

- 152 ABREU, A. F. & outros. Mapa do Estado do Paraná. 1896. 1 mapa. Escala 1:1.000.000. (B.P.Pr.).
- 153 _____. Mappa do Estado do Paraná. 1908. 1 mapa. Escala 1:700.000.
- 154 BARTHELMESS, Heloisa. Área média dos estabelecimentos rurais - 1960. Curitiba, D.G.T.C., s.d. 1 mapa. (B.P.Pr.)
- 155 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Estado do Paraná: Escala 1:850.000. (B.P.Pr.).
- 156 BRASIL. Exército. Serviço Geográfico. Mapa regional de Tibagi. 1947. 1 mapa. Escala 1:250.000. (M.P.)
- 157 INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA. Estado do Paraná. Curitiba. 1 mapa. (I.T.C.F.)
- 158 MAPA altimétrico do relevo de partes das áreas dos municípios de Castro e Pirai do Sul - Pr. 1958. 1 mapa. (M.P.)
- 159 MAPA do Estado do Paraná. 1908. 1 mapa. (B.P.Pr.)
- 160 PARANÁ. Departamento Estadual de Estatística. Cartograma da Divisão Administrativa: 1952. 1 mapa. (B.P.Pr.)
- 161 PARANÁ. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Município de Castro. 1953. 1 mapa. Escala 1:150.000. (I.T.C.F.)
- 162 _____. _____. 1947/53. 1 mapa. Escala 1:400.000. (M.P.)
- 163 _____. Município de Jaguariaíva. 1947/53. 1 mapa. Escala 1:400.000. (M.P.)
- 164 _____. Município de Pirai do Sul. 1947/53. 1 mapa. Escala 1:250.000. (M.P.)
- 165 _____. Município de Tibagi. 1947/53. 1 mapa. Escala 1:600.000. (M.P.)
- 166 PARANÁ. Divisão Municipal - microregiões homogêneas. 1970. (B.P.Pr.)

- 167 PARANÁ. 1853 - Divisão Administrativa. (B.P.Pr.)
- 168 _____. 1889 - _____. (B.P.Pr.)
- 169 RIBAS, Manoel. Mapa do Estado do Paraná. Curitiba, D.T.C., 1938. 1 mapa. Escala 1:750.000. (B.P.Pr.)
- 170 RIVIÈRE, Carlos. Mappa da Província do Paraná. 1876. 1 mapa. (B.P.Pr.)
- 171 TOURINHO, Francisco A. M. Carta da Província do Paraná. 1881. 1 mapa. Escala 1:1.000.000. (B.P.Pr.)